

Vânia Araújo Barreto

**A “CONTINUIDADE” NEOLIBERAL DO GOVERNO
LULA EM PERSPECTIVA MACROSOCIOLÓGICA: UMA
ANÁLISE POLÍTICO-COMPARADA EM FLORESTAN
FERNANDES E IMMANUEL WALLERSTEIN**

Florianópolis, março de 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE SOCIOLOGIA POLÍTICA

**A “CONTINUIDADE” NEOLIBERAL DO GOVERNO
LULA EM PERSPECTIVA MACROSOCIOLÓGICA: UMA
ANÁLISE POLÍTICO-COMPARADA EM FLORESTAN
FERNANDES E IMMANUEL WALLERSTEIN**

Trabalho de dissertação apresentado à
banca examinadora como requisito para a
obtenção do título de mestre no Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política
sob orientação do Prof.º Dr.º Fernando
Ponte de Souza.

Mestranda: Vânia Araújo Barreto

Florianópolis, março de 2006.

Esta dissertação foi apresentada e julgada perante a Banca Examinadora para obtenção do título de mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora

Profº. Drº. Fernando Ponte de Sousa
Presidente

Profº. Drº. Jeffrey Cason
Membro

Profº. Drº. Caio Navarro de Toledo
Membro

Profº.Drº.Ary César Minella
Suplente

Agradecimentos

Realizar uma pesquisa é um trabalho bastante árduo e muitas vezes sólito. No entanto, mesmo os pesquisadores mais solitários em seu processo de busca pelo conhecimento têm muito a agradecer a pessoas que direta e indiretamente contribuíram para a realização e a conclusão de determinada pesquisa. Dessa forma, ofereço meus agradecimentos a pessoas cuja participação foi fundamental neste processo e cuja ausência teria tornado ainda mais difícil essa jornada. Primeiramente agradeço à minha mãe, Márcia L. Araújo Barreto e à minha irmã Vanessa Araújo Barreto, pelo apoio e carinho diários, mesmo em situações bastante desfavoráveis. Agradeço ao Maurício Machado Galvão, meu bem, por todo bem que me tem feito e por ter enfeitado o meu caminho com flores e tornado meus dias mais leves, coloridos e perfumados. À amiga e companheira do mestrado, Silvana Bittencourt, pelas conversas sobre a pesquisa. Às amigas e também companheiras do mestrado, Alessandra Espíndola, Liamara Terezinha Fornari e à amiga Ângela Rodrigues Arlamas, pela paciência e dedicação em ler este trabalho e as conseqüentes sugestões que foram de grande valia. Aos colegas do Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO) e ao Prof^o. Dr^o. Fernando Ponte de Sousa pelas tardes de estudos e debates a cerca dos escritos de Florestan Fernandes que muito me ajudaram e esclareceram minhas interpretações. E por fim, a todos que estiveram presentes nesse momento deixando um pouco de si na minha história.

*“Nem os limites institucionais, nem os não institucionais,
podem determinar nosso programa partidário e nossos
objetivos históricos de construir uma sociedade
socialista”.*

*Luis Inácio Lula da Silva, Documento do PT na primeira
Campanha Eleitoral em 1982.*

Resumo

Frente à crise política iniciada em 2005 com a revelação de uma rede de corrupção que envolvia políticos do Partido dos Trabalhadores e as diversas críticas que o governo Lula vêm sofrendo desde os primeiros meses de mandato, este trabalho oferece uma compreensão diferenciada da conjuntura política atual por meio de uma abordagem macrosocial que situa o fenômeno da “continuidade” neoliberal do governo na dinâmica e desenvolvimento histórico-estrutural do sistema capitalista e do capitalismo dependente no Brasil. Resgata-se, portanto, as teorias de Florestan Fernandes e Immanuel Wallerstein com o objetivo de compreender o fenômeno escolhido como expressão e reflexo da atual ordem social capitalista e do tipo de capitalismo desenvolvido no país a partir de uma revolução burguesa contra-revolucionária. A análise das diferenças teóricas entre os dois sociólogos gera, por fim, um debate em torno de suas implicações teóricas para a prática política e para a avaliação do papel do Estado no processo de construção de uma nova ordem social. Também resulta em uma crítica às experiências de movimentos e partidos de esquerda que se orientaram por uma interpretação simplista do processo revolucionário marxista, resumindo-o a duas etapas: tomada do poder do Estado e construção de uma sociedade socialista.

Abstract

Given the crisis politics initiated in 2005 with the revelation of a corruption net that involved politicians of the Partido dos Trabalhadores and the various criticisms launched against Lula's government since the first months of Lula's mandate, the present work offers a distinctive understanding of Brazil's current political conjuncture through a macrosocial perspective that places the government's neoliberal "continuity" within the historical-structural dynamics and development both of the capitalist system and of Brazil's dependent capitalism. This phenomena is studied in the light of Florestan Fernandes's and Immanuel Wallerstein's theories and are understood, therefore, as the expression and reflection both of the current capitalist social order and of the type of capitalism developed in the country by a counter-revolutionary bourgeois revolution. The analysis of the theoretical differences between the two sociologists leads to a debate around their theoretical implications to political practice and to the evaluation of the role of the Estate in the process of construction of a new social order. Also it generates a criticism of the experiences of movements and parties of left that if had guided for a simplista interpretation of the marxist revolutionary process, summarizing the two stages: taking of the power of the Estate and construction of a communist society.

Sumário

| | |
|---|------------|
| 1. Introdução..... | 12 |
| 1.1 Metodologia e Estrutura da Dissertação..... | 20 |
| 2. Capítulo 1: PT: Quem Sabe Faz a Hora, Não Espera Acontecer | 24 |
| 2.1 O Partido dos Trabalhadores <i>in</i> Retrospectiva Histórica | 25 |
| 2.2 A “Herança Maldita” do Governo Lula | 46 |
| 2.3 A Mudança Partidária se Concretiza na Continuidade do Governo Neoliberal..... | 54 |
| 3. Capítulo 2: Quem de fato Governa o País? A Verdadeira Função das Instituições Financeiras Multilaterais | 63 |
| 3.1 Surgimento, Desenvolvimento e Transformações das Instituições Financeiras Multilaterais..... | 65 |
| 3.2 A Histórica Relação do Brasil com o Fundo Monetário Internacional | 75 |
| 3.3 As Consequências das Políticas Neoliberais no Brasil e na América Latina | 81 |
| 4. Capítulo 3: Fernandes e Wallerstein: Abordagem Macrosocial como Fonte para Compreensão da Relação Histórica entre o Estado e o Capitalismo..... | 93 |
| 4.1 Análise da Especificidade da Sociedade Brasileira e sua Inserção no Mercado Mundial | 95 |
| 4.2 Análise do Sistema-Mundo Moderno..... | 107 |
| 5. Capítulo Conclusivo: Por que a “Continuidade” e não a Ruptura? | 123 |
| 6. Referências Bibliográficas | 144 |

Lista de Tabelas

| | |
|---|----|
| 1. Dívida Externa Anual (1990-2004) | 53 |
|---|----|

Lista de Quadros

| | |
|---|----|
| 1. População Pobre e Indigente na América Latina (1980-1997) | 87 |
| 2. Magnitude da Pobreza e Indigência em Porcentagem na América Latina (1980-1997)..... | 87 |
| 3. Inflação e Transações Correntes no Brasil (1994-2001)..... | 89 |
| 4. Transações Correntes Pré e Pós Plano Real (1990-2002)..... | 89 |
| 5. Dívida Externa, Dívida do Setor Público, PIB e Desemprego (1994-2001)..... | 90 |

Lista de Gráfico

| | |
|---|----|
| 1. Crescimento do Produto Interno Bruto por Habitante na América Latina (1950-1999)..... | 85 |
| 2. Gasto Público Social como porcentagem do Gasto Público Total (1990-1991 e 1998-1999)..... | 88 |

Introdução

É sabido que a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT), com a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002 para a presidência da República, significou, para muitos, a possibilidade de construção de uma nova alternativa à atual ordem social capitalista. No entanto, desde seu primeiro ano de mandato, o governo Lula apresentou-se como expressão da “continuidade” do legado neoliberal dos anos 90, dos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso. Isto gerou surpresa e decepção para grande maioria da população que acreditou na possibilidade de mudança social, já que o Partido dos Trabalhadores representou, em todos esses anos, uma alternativa revolucionária e inovadora com relação a outros partidos de esquerda, no que diz respeito a sua composição plural, proposições e até em sua dinâmica interna.

Vivenciando esta “decepção” política, várias questões sobre a situação foram se colocando, surgindo a necessidade, então, de compreender esse fenômeno de maneira científica. Muitos livros e artigos têm abordado esta questão mostrando os condicionamentos do Partido dos Trabalhadores e as estruturas que permanecem no nível das decisões e projetos políticos, evidenciando a “continuidade” e a permanência na ordem antes criticada e combatida pelo mesmo Partido.

O fenômeno do “continuismo” passou a ser quase que um consenso para intelectuais e cientistas políticos. A divergência existente entre as análises diz respeito ao modo e período da “conversão” petista à política neoliberal.

Para Coggiola (2004, p.12), o PT, durante toda sua trajetória política,

nunca teve uma definição programática operária independente, e sua estrutura político-administrativa foi rapidamente capturada por quadros oriundos da pequena-burguesia ‘de esquerda’ (ou nem tanto), ou seja, em momento algum da sua história pôde ser considerado como portador da independência política do movimento operário, inclusive expressada com limitações ideológicas.

Na mesma direção apontam as análises de Boito (2003, p.18), ao afirmar que “a CUT e o PT, ao contrário do que sugere a imagem pública dessas organizações, nunca definiram um programa de construção do socialismo no Brasil, mas, ao longo dos anos 80, lutaram pelo Estado de bem-estar social”.

Já, segundo Johnson (2003), o PT sofreu transformações ao longo de seu desenvolvimento. A princípio, o Partido representava os interesses dos operários e dos movimentos sociais. Com seu crescimento, sua composição social se modifica. Professores, profissionais liberais, funcionários e parlamentares do Partido compõem seus Diretórios e Congressos, aproximando-o a uma posição social-democrata.

Embora existam tais divergências quanto à transformação do Partido, há um consenso quanto ao “continuismo” no atual governo. Porém, é claro que em meio à “continuidades” existem, também, descontinuidades, como sua política externa caracterizada como anti-hegemônica e democrática, distanciando-se, neste aspecto, do governo Collor e FHC. No entanto, essas diferenças não são o suficientemente fortes para mudar o caráter neoliberal do governo.

Também, mesmo essa “continuidade” observada necessita de maior problematização, pois não se apresenta de forma linear, mas com diferenças específicas que caracterizam o atual governo. Isto significa que não é uma simples continuidade, mas uma continuidade com mudanças que possibilitam um maior aprofundamento quanto à inserção do neoliberalismo no país. Nesse sentido, o termo “mudanças conservadoras”, utilizado por Florestan Fernandes (1995), parece iluminar tal situação, uma vez que a mudança ocorre, mas sem alterar a cultura política autoritária e as estruturas de poder que muito possibilitam a relação de dependência com a burguesia internacional e o seu fortalecimento.

[O] raio de mudança é circunscrito e suas manifestações são canalizadas para um contexto psicossociológico, cultural e político especificamente autoritário e imobilista. Abortam, assim, os principais efeitos criadores e potenciais da

mudança e se multiplicam as interferências de controle intolerante, indireto ou direto, que a limitam à reprodução da ordem vigente, dissociando-se a mudança de rupturas com a tradição cultural e com as estruturas de poder existentes (FERNANDES, 1995, p.148).

Dessa maneira, a “mudança social conservadora” pressupõe “exterminação parcial ou global dos componentes reformistas-radicais e revolucionários da inovação e da mudança” (FERNANDES, 1995, p.147). Por isso, quando se utiliza, aqui, os termos continuidade e continuísmo entre aspas, considera-se a existência de determinadas mudanças conservadoras nesse processo.

Observando-se as análises realizadas sobre o tema, percebe-se que a maioria dessas se preocupa em evidenciar o caráter neoliberal do governo por meio de dados conjunturais da política macroeconômica, como: taxa de superávit primário, taxa de juros, a lucratividade de setores da economia (evidenciando o aumento da lucratividade do setor bancário em detrimento do setor produtivo), cortes no orçamento público, e as reformas propostas pelo governo. Também se limitam a evidenciar a dependência do governo brasileiro ao FMI e aos grupos internacionais e nacionais do capital através de explicações baseadas na origem daqueles que compõem o governo e em suas relações com setores do “grande” capital. Estas últimas parecem se aproximar da concepção de Ralph Miliband¹ (1975) sobre o caráter classista do Estado. Pois, nesta perspectiva, o Estado é percebido como instrumento de classe e seu caráter é explicado por meio de das relações interpessoais.

¹ Ralph Miliband em “O Estado na Sociedade Capitalista” (1970), desenvolveu uma análise empírica em países capitalistas avançados, demonstrando que a elite estatal é predominantemente pertencente às classes médias e altas, pois a “área de recrutamento é muito mais reduzida do que muitas vezes se imagina” (p.80). Dessa maneira, o Estado é percebido como instrumento de classe e seu caráter classista deve-se basicamente à *origem dos indivíduos* que compõem a elite estatal. Nicolas Poulantzas realiza uma crítica ao entendimento do caráter classista do Estado de Miliband, em “Debate sobre o Estado Capitalista” (1975), argumentando que este reduz o Estado a relações interpessoais e que, a participação de indivíduos da classe dominante no Estado não pode ser explicação para o caráter classista, uma vez que, isto é efeito e não causa. O Estado, para Poulantzas, é uma estrutura com função objetiva que *independe de quem o constitui*.

Outros trabalhos buscam explicar o motivo da “continuidade” neoliberal centralizando a análise no processo de reorientação do PT, ou sua direitização, através da reconstituição de sua trajetória política. Já outras análises nem se atentam a esse processo do PT, simplesmente explicam essa situação adjetivando-a como traição. Essa concepção do fenômeno levanta um problema bastante grave, pois gera uma redução explicativa centrada na vontade ou intenção política. É como se tudo dependesse dessa vontade política e como se esta não sofresse qualquer tipo de limitação externa.

Frente a estas constatações, procurou-se realizar uma abordagem diferenciada, buscando compreender a raiz do problema não somente em explicações microsociais, como o processo de reorientação do Partido, mas a partir de uma abordagem que conseguisse preencher a lacuna deixada pelos demais trabalhos, abraçando a estrutura social na qual o fenômeno está inserido. Foi preciso, portanto, utilizar teorias que desenvolvessem uma abordagem macrosociológica, buscando na história de longa duração elementos explicativos para a situação presente por meio da compreensão do Estado dentro da dinâmica do sistema capitalista.

A abordagem macrosociológica considera a sociedade em sua totalidade, não se limitando à análise de um fragmento do social. Portanto, possibilita uma visão de totalidade, na qual os acontecimentos ou fenômenos são conseqüências e causas da história e não fatos isolados em um único tempo. Para reforçar a escolha de determinada abordagem é apropriada a crítica desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels em “A Ideologia Alemã” (1998, p.37), sobre o “olhar” na história que apenas percebe “os acontecimentos históricos e políticos, lutas religiosas e, sobretudo, teóricos, e (...) [que] *compartilha*, em cada época histórica, *a ilusão dessa época*”, não conseguindo abarcar a totalidade na qual tais acontecimentos estão inseridos.

Por conseguinte, o que se apresenta como histórico “aparece separado da vida

comum, como extra e supraterraste” (MARX, ENGELS 1998, p.37). Assim, exaltam-se datas, reis, guerras, como se estes eventos fossem a força motriz e a explicação da história dos homens. A base real da história, isto é, a produção da vida é completamente excluída dessas abordagens.

Ao buscar a abordagem macrosocial que contempla não só os eventos ou acontecimentos, este trabalho partiu da idéia de multiplicidade do tempo de Braudel (1995-96), segundo a qual o tempo social não é uma única corrente, mas constitui-se de forma plural, isto é, com diversas velocidades e durações. Tal pluralidade do tempo (estrutura, conjuntura e acontecimentos), exige que os fenômenos sociais sejam analisados a partir da dialética desses diferentes tempos que configuram a história global ou total da humanidade. “Longa duração, conjuntura, evento se encaixam sem dificuldade, pois todos se medem por uma mesma escala, (...) participar em espírito de um desses tempos, é participar de todos” (BRAUDEL, 1995-96 p.72). Essa pluralidade e velocidades temporais são encontradas tanto na obra de Florestan Fernandes, ao sintetizar a dualidade da sociedade brasileira, quanto na de Immanuel Wallerstein, ao buscar compreender eventos históricos à luz de estruturas de longa duração.

Logo, a partir dessa proposta, foi realizada a escolha do referencial teórico orientada pelo método de análise pretendido, ou seja, a importância dada à história e ao tempo de longa duração para compreensão social. As estruturas que desenham e redefinem a dinâmica social são abordadas alcançando uma compreensão do todo, ou seja, uma análise macrosocial. Entretanto, tal escolha limitou-se a dois sociólogos apenas, pois não se desejava realizar uma pesquisa teórica que tratasse de maneira superficial vários estudos. Buscou-se um entendimento mais sólido sobre as teorias utilizadas e sobre o fenômeno empírico escolhido.

Esta perspectiva analítica é importante para o exame do governo atual, uma vez

que permite procurar, na temporalidade de longa duração, estruturas que persistem e que impossibilitam ou dificultam mudanças significativas na ordem social. O Estado não é redutível às relações interpessoais, ao contrário, faz parte de um longo desenvolvimento histórico e social, sendo consequência e causa deste processo, transformando e sendo transformado, adquirindo novas formas sem mudar velhas estruturas.

Dessa maneira, a dinâmica social se constitui por meio de dois movimentos: mudança e permanência, que interagem, configurando o presente no qual o passado não deixa de existir. A concepção de tempo plural permite compreender o fato de uma mudança estar acompanhada por permanências e continuidades que o momento histórico não conseguiu romper. Assim, a vitória de Lula nas eleições de 2002, representando um momento de mudança de governo, só foi possível, uma vez que, não conseguindo romper com as velhas estruturas, as aceitou e as incorporou, primeiramente em sua campanha e, posteriormente, de forma mais explícita, em seu governo.

Considerando isto, a primeira pergunta norteadora da pesquisa foi: para uma significativa transformação social são necessárias apenas vontade e intenção política? A partir desta questão, se buscou mostrar os constrangimentos que um governo de um país subdesenvolvido sofre, impedindo a realização de uma política autônoma que atenda determinada proposta partidária como a que o PT defendia.

No decorrer das leituras, tanto dos textos teóricos de Florestan Fernandes e Immanuel Wallerstein, quanto do processo de direitização do Partido, nas quais qual foi possível constatar que a dinâmica desse processo foi a gradual e crescente importância dada à “luta institucional” em detrimento da “luta de massas”, uma segunda questão surge: é possível uma mudança social a partir da instituição Estado? Com esse questionamento, a busca do entendimento da relação Estado de um país subdesenvolvido e sistema capitalista passou a ser freqüente na pesquisa. Também, foi

possível iniciar uma reflexão sobre o objetivo dos partidos de esquerda de alcançar o poder institucional ou de tomar o poder do Estado.

Logo, a discussão desenvolvida neste trabalho supera ou ultrapassa a questão ou a situação conjuntural do governo Lula. Em verdade, esta situação é abordada como ponto de partida empírico com a finalidade de se chegar à questão crucial da pesquisa, isto é, a relação do Estado de um país subdesenvolvido com o sistema capitalista e a possibilidade de mudança social significativa a partir desse Estado, ou por meio do poder institucional.

Com isso, o principal neste trabalho não é a análise conjuntural, que inevitavelmente foi realizada no primeiro momento da pesquisa, mas a análise macrosocial por meio dos trabalhos de Florestan Fernandes e Immanuel Wallerstein. O que se deseja evidenciar é a importância de tal tipo de abordagem para a compreensão da realidade social hoje apresentada, principalmente no que diz respeito à questão política.

Consequentemente, a pesquisa consiste em uma abordagem diferenciada dentro da ciência política, que geralmente tem como unidade de análise o Estado e as instituições políticas, atribuindo maior peso às estratégias políticas ou econômicas dos Estados para depois situá-las no contexto internacional. Nesta pesquisa considera-se como unidade de análise o sistema capitalista mundial, acordando com a seguinte reflexão de Fernandes (1995, p.142):

Um ideal simplista de cientificação levou sociólogos, historiadores e economistas a suporem que as sociedades nacionais são totalidades autônomas e autodeterminadas, que contém dentro de si mesmas todas as forças de sua organização, expansão e evolução.

Após todas essas considerações sobre a pesquisa, é possível sintetizar sua problemática com base na seguinte questão: quais os elementos explicativos, extraídos das obras de Florestan Fernandes e Immanuel Wallerstein, que se pode atribuir ao

fenômeno de “continuidade” do governo Lula?

Também, é possível encontrar no trabalho três propostas: a) defender a abordagem macrosociológica na ciência política; b) explicar o fenômeno da “continuidade” neoliberal a partir de uma perspectiva macrosociológica; c) realizar uma breve análise comparada das teorias de Fernandes e Wallerstein, observando o que elas trazem de contribuição para iluminar o problema e como essas teorias influenciam na prática política.

Toda pesquisa científica é um ardo caminho cheio de surpresas, incertezas e dúvidas onde o inesperado se encontra mudando o rumo pré-definido ou o ponto de chegada. Também, toda pesquisa científica parece ao pesquisador insuficiente para abarcar toda a complexidade na qual o fenômeno escolhido se encontra. É um conhecimento limitado, uma das muitas formas de abordar um problema, visto que o resultado possível é alcançado a partir das limitações pessoais do pesquisador, de sua visão de mundo, do conhecimento científico acumulado e do momento histórico em que foi desenvolvido.

Nesse sentido, tal investigação não só teve como resultado uma compreensão do problema, como também algumas questões colocadas para futuro debate e discussão, tanto no meio acadêmico quanto nos grupos, movimentos e partidos que buscam construir uma alternativa à ordem social existente.

O ponto de chegada avistado desde o projeto de pesquisa foi a constatação de que o fenômeno da “continuidade” não pode ser compreendido simplesmente como resultado de uma livre escolha ou vontade política. Percebeu-se que estruturas-históricas impediam seu contrário por meio de uma política institucionalizada, isto é, por meio do aparato estatal. E no caso do Estado brasileiro, observou-se que a possibilidade de ruptura política com a lógica do capital é *duplamente* dificultada em decorrência de uma

cultura política arcaica ainda predominante no Brasil (consequência de uma revolução burguesa contra-revolucionária), como também pela própria “*raison d’être*” da entidade Estado.

Consequentemente, a pesquisa constitui-se em uma crítica às experiências de movimentos e partidos de esquerda que orientaram sua atividade política por meio de uma interpretação simplista do processo revolucionário marxista, resumindo-o à estratégia de duas etapas: tomada do poder estatal e construção da sociedade socialista.

Em outras palavras, ao buscar compreender um fenômeno conjuntural no Brasil pela compreensão da relação do Estado com o sistema capitalista, o presente trabalho abarcou características e elementos tanto do capitalismo enquanto sistema mundial, quanto características específicas da sociedade brasileira no processo de inserção no mercado mundial. O resultado da pesquisa não se limitou à análise da “continuidade” do governo Lula, ao contrário, acabou por lançar um desafio a todos aqueles que se interessam pelo debate em torno da transformação social e ruptura com a ordem vigente: a construção de um projeto político que *supere os limites dos aparelhos estatais e do Estado nacional*.

1.1 Metodologia e Estrutura da Dissertação

Esta dissertação é composta por duas fases: a primeira constitui uma investigação da trajetória do Partido dos Trabalhadores até sua vitória nas eleições presidenciais em 2002, do caráter neoliberal do atual governo buscando investigar as “continuidades” em sua gestão, como também a atuação das Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) no sistema capitalista e a consequente interferência na política e economia do país; a segunda será composta por uma abordagem das teorias

macrosociais que utilizam o método da história de longa duração para buscar explicações para o fenômeno da “continuidade” do atual governo.

Na primeira fase realizar-se-á um retrospecto histórico e analítico da trajetória do Partido dos Trabalhadores – constituição, desenvolvimento, disputas internas e inflexões – demonstrando os reflexos da mudança que possibilitou a conquista à Presidência da República. A seguir, será feita uma breve descrição da chamada “herança maldita” que o PT recebeu ao assumir a Presidência a partir dos governos Collor e FHC, para posteriormente demonstrar a concretização das mudanças do Partido com a aceitação e “continuidade” da herança renegada.

Para tanto, realizou-se um breve exame da gestão do governo atual (limitada aos três primeiros anos devido à impossibilidade de continuar a pesquisa até o final de 2006), através de análises existentes sobre a orientação macroeconômica e as reformas políticas realizadas, buscando-se revelar “elementos estruturais e dinâmicos invariantes”. A importância de tal capítulo refere-se ao resgate de dados conjunturais que explicitem a “continuidade” do governo.

Como dito acima, ainda na primeira fase, a investigação também abarca o papel das IFMs no atual momento histórico do sistema capitalista, considerando a relação entre as IFMs e o governo brasileiro. Logo, foram utilizadas informações do sítio do Banco Mundial e da Rede Brasil, bem como publicações a respeito do tema.

A fase posterior é constituída pela análise interpretativa das teorias macrosociais de Florestan Fernandes e Immanuel Wallerstein, procurando compreender a relação entre Estado, mais especificamente o Estado de um país subdesenvolvido, e o sistema capitalista, uma vez que ambos os autores partem da idéia de análise a partir da totalidade e da história de longa duração, procurando compreender o presente sem ignorar as estruturas e permanências que configuram um todo. No entanto, ao final da

pesquisa juntamente com as explicações encontradas em suas teorias sobre o fenômeno de “continuidade”, observou-se não só prováveis aproximações teóricas, mas também divergências quanto ao tratamento da questão sobre transformação social e as conseqüentes implicações teóricas na prática política.

A fim de realizar esta análise comparativa das teorias dos autores citados, foi necessário limitá-la ao ponto central de interesse para a compreensão do fenômeno de “continuidade” do governo Lula. Tal ponto analítico diz respeito à relação existente entre Estado e capitalismo e a possibilidade de mudança através do Estado.

A estrutura da dissertação foi orientada pelo seguinte método analítico: partindo-se do microsocial - uma situação específica e aparentemente particular, o “continuismo” do governo Lula - chega-se ao macrosocial – o sistema capitalista mundial – para entender a dinâmica do todo e assim retornar à situação específica, compreendendo-a não mais como um objeto à parte, mas sim pertencente e delineado pelo todo que configura o social.

Neste sentido, o primeiro capítulo verificará a continuidade política neoliberal do governo Lula; o segundo capítulo abordará o papel das IFMs no processo de dependência política e econômica, representando, dessa maneira, um capítulo de transição do microsocial ao macrosocial; no terceiro, será realizada uma análise interpretativa das teorias de Florestan Fernandes e Immanuel Wallerstein; no quarto e último capítulo, o fenômeno do “continuismo” será explicitado à luz das teorias abordadas, ou seja, volta-se a situação específica tendo como bagagem o todo social já abordado.

A escolha em realizar primeiramente a análise conjuntural do fenômeno para posterior análise teórica baseia-se na negação da concepção de ciência enquanto conhecimento neutro. A dissociação entre o cientista e o homem político não é algo

possível. Assim recupera-se Max Weber² para justificar tal perspectiva, uma vez que este se opunha à existência de conhecimento científico imparcial, sendo que as concepções pessoais sobre o mundo interferem no caráter de imparcialidade da ciência. Todo conhecimento científico está constituído por uma visão de mundo, valores e ideais. Mediante juízos de valor, os cientistas manifestam os ideais que os animam.

Por certo que sem as idéias de valor do investigador não existiria qualquer princípio de selecção nem conhecimento sensato do real singular que do mesmo modo sem a fê do cientista na significação de um qualquer conteúdo cultural, resultaria completamente desprovido de sentido todo o estudo do conhecimento da realidade singular. Assim, a orientação da sua convicção pessoal e o reflexo dos valores no espelho de sua alma conferem ao seu trabalho uma direcção (WEBER, 1977 p.63).

No mesmo sentido, Fernandes se opõe à idéia de neutralização científica. Para ele o sociólogo é antes um homem político e sua contribuição intelectual é guiada por sua vontade política. “Qual seria a eficácia prática da contribuição intelectual do sociólogo se ele se omitisse diante dos ‘grandes dilemas históricos?’” (FERNANDES, 1995 p.163).

Nesta perspectiva, a análise conjuntural não se deve a elementos do referencial teórico abordado posteriormente, ao contrário, o referencial teórico escolhido é que constitui o fruto do posicionamento e das orientações políticas do pesquisador. Assim, no primeiro momento do trabalho é o ser político que fala e não o cientista neutro embasado em teorias que justifiquem suas afirmações. A “continuidade” do governo Lula é considerada como um pressuposto da pesquisa, um dado trazido pelo político para ser analisado pelo cientista. Pois, o reconhecimento do problema de pesquisa ocorre quando se percebe que determinada situação concreta se opõe ou ameaça os valores nos quais o pesquisador crê.

² Importante salientar que ao utilizar Marx Weber para embasar a idéia de negação do caráter imparcial da ciência, pois os valores do pesquisador constituem guias para a escolha do objeto de pesquisa e do método a ser utilizado, tem-se claro que a objetividade é inerente a pesquisa científica e apresenta-se por meio de um esquema lógico-interpretativo no qual sua validade e rigor é reconhecido cientificamente.

Capítulo I

PT: Quem Sabe Faz a Hora, Não Espera Acontecer

*Se não houver frutos
Valeu a beleza das flores
Se não houver flores
Valeu a sombra das folhas
Se não houver folhas
Valeu a intenção da semente (Henjil).*

A música “Para Não Dizer que Não Falei das Flores” de Geraldo Vandré, a qual pertence a frase que compõe o título desse capítulo, simbolizou por muito tempo a luta do Movimento dos Sem Terra (MST) fundado em 1984. Nesse momento, o MST recebia o apoio do Partido dos Trabalhadores, que defendia a luta e construção, pelos próprios trabalhadores rurais, de um novo caminho, de uma nova sociedade mais justa e igualitária. Segundo o Partido na época, nada está pronto ou será entregue pelas classes dominantes à classe dominada. Essa com sua ação política deve criar a sociedade que deseja, pois a mudança social só poderá provir dela. Foi defendendo essa idéia que o PT construiu sua forte base partidária, caracterizada como pluralista devido sua constituição que abarcava diversos movimentos sociais: sindicais, religiosos, rurais, indígenas, feministas e tantos outros.

Em 21 anos de existência, os trabalhadores rurais Sem Terra, continuam a “fazer a hora” da luta em busca da sociedade desejada ao reivindicar uma reforma agrária para se alcançar uma vida digna. Também, o PT “fez a hora”, não esperou acontecer. Entrou no jogo político institucional e utilizou-se das armas freqüentes e necessárias nesse campo de forças, conquistando, assim, a Presidência da República. O sonho, cultivado há 23 anos torna-se realidade. No entanto, de que maneira o Partido “fez a sua hora”? Como foi construído esse caminho ao poder estatal? E como se apresenta hoje a

realidade sonhada aos olhos da sociedade brasileira? Essas são as questões norteadoras desse primeiro capítulo da dissertação.

Como apontado anteriormente, essa pesquisa teve como pressuposto a “continuidade” neoliberal do atual governo. No entanto, não se limitando a tal afirmativa e entendendo que a mudança de orientação do governo faz parte de um longo processo de estruturas históricas e políticas da sociedade brasileira, far-se-á um resgate da trajetória política do Partido dos Trabalhadores, observando-se o processo de mudança que se operou ao longo de sua história e que culminou na “direitização” do Partido. Posteriormente, será realizada uma análise do processo de “neoliberalização” iniciada nos anos 90 que resultou na “herança maldita” do governo atual, e em seguida se abordará a atuação do governo Lula, evidenciando seu caráter neoliberal, especificamente, pelo exame de sua política macroeconômica e da reforma da previdência durante, aproximadamente, os seus três primeiros anos de governo.

2.1 O Partido dos Trabalhadores *in* Retrospectiva Histórica

O início da organização dos trabalhadores no Brasil pode ser datado em 1906, quando ocorreu o Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Este possuía forte influência anarquista, em uma época na qual o país já havia iniciado seu processo de transformação econômica baseada na agricultura de exportação, tendo como principal produto o café. Juntamente com esse “desenvolvimento” econômico, crescia o número de manifestações públicas, greves e fundações de sindicatos de resistência contra o modo de produção capitalista e suas conseqüências negativas no que diz respeito à condição de vida dos trabalhadores. As agitações continuaram principalmente em São Paulo quando, em 1922, funda-se o primeiro partido de origem operária, o Partido

Comunista do Brasil (PCB)³. Embora na época não tenha conseguido sair da clandestinidade, o PCB exerceu uma inegável importância para a conscientização da classe operária no Brasil.

Após o nascimento do PCB, o que se observa na sociedade brasileira é o surgimento de partidos de massa ou de trabalhadores a partir do movimento descendente. Ou seja, os partidos brotam do Estado, de cima para baixo, e não da sociedade. Conseqüentemente, não há enraizamento social efetivo, nem tampouco um envolvimento político das massas populares. Frente a uma necessidade política conjuntural, o Estado “cria” partidos e os “doa” aos trabalhadores, “facilitando”, assim, sua participação política e aliviando a tensão latente entre as classes. Quando a criação não provém do Estado propriamente, é realizada pelas elites intelectuais e/ou econômicas insatisfeitas com a ordem estabelecida.

Assim, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), fundada em 1935, foi o primeiro movimento nacional de massas que, embora com intensa adesão popular, foi criado a partir desse movimento descendente por ex-tenentes reformistas, liberais alijados do governo, socialistas e líderes sindicais inspirados nas Frentes Populares antifascistas e antiimperialistas de cunho reformista.

Na ditadura getulista do Estado Novo, no período de 1945 – 1950, Getúlio Vargas cria o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), exclusivamente para “possibilitar” à classe trabalhadora lutar contra o conservadorismo ainda semi-oligarca da União Democrática Nacional (UDN). Logo, o PTB foi mais um dos presentes do “pai dos pobres do Brasil” que, com a ideologia trabalhista, já havia concedido aos trabalhadores a legislação trabalhista e sindical. Posteriormente, após o período da ditadura militar que

³ Em agosto de 1961 passa a se chamar Partido Comunista Brasileiro.

limitou o campo político a dois partidos (Arena e MDB⁴), o PTB retorna ao cenário político. Porém, distancia-se dos objetivos originais que passam a ser incorporados pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1980: o “novo herdeiro do trabalhismo, um trabalhismo mais modernizado, mais à esquerda e de inspiração social-democrata” (GADOTTI & PEREIRA, 1989, p.18).

Contrariando tal tendência, o Partido dos Trabalhadores teve como origem a própria sociedade civil⁵, brotando e crescendo da insatisfação de vários grupos populares com a situação vivenciada no país de extrema pauperização, exploração e exclusão política e social. Segundo César (2002, p.372), foi o “primeiro partido institucional e de massas no país a se constituir a margem do Estado e em contestação aberta às elites que tradicionalmente o dominam”. Seu nascimento representa uma ruptura na história política brasileira caracterizada como excludente, elitista e autocrática. Com o surgimento do PT, grandes massas populares, de diversos grupos, categorias e movimentos passaram a participar politicamente tornando-se fazedores de sua própria história.

Meneguello (1989) sustenta e demonstra essa concepção de que o PT constituiu uma *novidade político institucional* na história política do Brasil. Em meio à conjuntura de “abertura política” ou redemocratização do país, o Partido dos Trabalhadores se formou em oposição ao sistema político proveniente da ditadura militar e propôs um sistema político efetivamente democrático com a participação direta da massa popular historicamente excluída. Essa novidade político institucional é observada na origem do Partido, em sua organização e em sua proposta política.

⁴ Aliança Renovadora Nacional, partido da situação, e Movimento Democrático Brasileiro, partido criado para ser oposição.

⁵ Importante esclarecer que a concepção de sociedade civil utilizada neste trabalho é a de um espaço perpassado por interesses antagônicos, ou seja, constituído pela luta de classes. Opõe-se, dessa maneira, à concepção de sociedade civil como um espaço virtuoso que se contrapõe ao Estado opressor.

A origem do PT, diferentemente dos demais partidos legais, surge de um movimento popular, o movimento grevista dos metalúrgicos do ABC paulista em 1979. Com a ditadura militar os sindicatos passaram a ser controlado direto e indiretamente pelo Estado, o que o resumiu a um sindicalismo burocrático e assistencialista. Porém, no fim da década de 1970, esse cenário começa a se modificar e um novo sindicalismo surge como uma identidade coletiva aspirando por autonomia política com as greves de 1978, 1979 e 1980.

O novo sindicalismo constitui uma nova força política ao não se limitar à reivindicação pela transformação na relação de trabalho, mas também pela transformação do sistema político vigente. A arena política é percebida neste momento como um *locus* legítimo de reorganização e representação dos interesses de toda nação. A consequência disso foi a aproximação da política na vida dos trabalhadores do ABC paulista e o debate sobre a possibilidade de se criar um partido “dos trabalhadores” e não “para os trabalhadores”. Um partido que representasse todas as massas trabalhadoras, empregadas ou não, e todos os excluídos socialmente, como índios, negros e mulheres, e que tivesse como eixo norteador o socialismo. Após debates e discussões sobre o caráter do futuro partido, chegou-se à seguinte definição: “um partido classista, com caráter amplo e massivo, de organização autônoma e independente dos próprios trabalhadores” (GADOTTI & PEREIRA, 1989, p.29).

É importante enfatizar que o PT surge em um período de crise e contestação do socialismo real, o que implicará um distanciamento da herança da Terceira Internacional Comunista⁶, pela qual vários partidos de esquerda se orientavam. Características como

⁶ A Terceira Internacional Comunista é uma associação de diversos partidos comunistas, fundada em 1919, tendo como origem a divisão da Segunda Internacional Comunista após a Segunda Guerra Mundial. Tal divisão se deu em três blocos: o bloco da direita que era formado por partidos que apoiavam os governos nacionais contra os inimigos que julgavam ser hostis ao socialismo; o bloco do centro que se opunha ao nacionalismo e defendia a paz mundial; e o bloco da esquerda, conduzido por Vladimir Lênin, que rejeitou tanto o nacionalismo quanto o pacifismo, propondo transformar a guerra entre as nações em

pluralismo, ausência de vínculos de dependência internacional e defesa pela democracia constituem evidências desse distanciamento.

Uma outra ruptura com as gerações anteriores⁷ dos partidos de esquerda, socialistas ou anti-sistêmicos, observada no surgimento do PT, diz respeito ao seu perfil ideológico classista. A definição de classe trabalhadora não se restringe ao operariado urbano, mas alcança trabalhadores rurais, profissionais liberais, trabalhadores informais, estudantes e toda massa excluída do sistema capitalista. Ao longo de sua trajetória política, com as experiências eleitorais, o Partido revisa seu entendimento de classe trabalhadora e o amplia a ponto de abarcar diversos setores sociais juntamente com diversas correntes ideológicas. A pluralidade ideológica e política é defendida e desejada pelo Partido, “uma uniformidade absoluta de pensamento político e ideológico, uma idéia de monolitismo é algo que contraria esse caráter amplo, aberto e de massa do PT” (GENUÍNO, 1986, p.105).

Em 13 de outubro de 1979, cento e trinta articuladores e convidados reúnem-se no salão de festas do Restaurante São Judas Tadeu em São Bernardo do Campo – SP, e lançam oficialmente o Movimento Pró-PT, elaborando a Declaração Política e elegendo a Comissão Nacional Provisória composta por 17 responsáveis pela direção do

uma luta de classes transnacional. Esse último bloco resultou na nova Internacional, proposta por Lênin já em 1915, orientada pela “guerra civil e não a paz civil”.

Extraído site: <http://cadete.aman.ensino.eb.br/histgeo/HistMildoBrasil/Intent35/1021Pt.html>. Acesso: 26/01/06.

⁷ Segundo Marco Aurélio Garcia os partidos de esquerda ou os que se autodesignam de socialistas no Brasil dividem-se em três gerações. Na primeira geração tem-se o Partido Comunista do Brasil (PCB) que surge em 1922 sob forte orientação teórico-prática da Terceira Internacional Comunista, concebendo a revolução como um projeto etapista e a democracia política como instrumental para esse fim. Na segunda geração destacam-se os partidos dissidentes do PCB que surgiram pós-64 e que se autodenominaram como “esquerda revolucionária”. A estratégia de ação combinava certo determinismo econômico (colapso eminente do capitalismo) e voluntarismo político. E a terceira geração é constituída pela esquerda-social que surge no final da década de 1970 com o Partido dos Trabalhadores que teve como origem movimentos sociais de tendências anticapitalistas resultando em uma heterogeneidade no plano ideológico.

Para maior aprofundamento ver: GARCIA, M.A. Contribuição para uma história da esquerda brasileira. In: MORAES, R. ANTUNES, R. & VERA, B. *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

GARCIA, M. A. Esquerdas: rupturas e continuidades. In: DAGNINO, E. (org.). *Anos 90 – política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

movimento que trabalharam para redigir o Programa do Partido e seu Manifesto. A fundação do Partido ocorreu em 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion em São Paulo, quando o Manifesto e o Programa do PT foram apresentados.

Para Meneguello (1989) a novidade política organizacional do Partido é observada na defesa por uma democracia participativa como orientação para o funcionamento interno do Partido, diferentemente dos demais (PDS, PDT, PTB, PMDB) que faziam parte do cenário político de redemocratização do país.

[A] novidade que o PT estabelece ao nível organizacional e estatutário é o fato de procurar traduzir no seu perfil formal uma proposta de funcionamento mais democrática, definida pelo estabelecimento de mecanismos de maior ligação entre as bases e o partido (MENEGUELLO, 1989, p.90).

A Carta de Princípios de 1º de maio de 1979, anterior à fundação oficial do Partido, demonstra essa proposta mais democrática construída por meio da organização e inserção das massas no debate político do país. Foi justamente essa questão que se tornou, anos depois, em um dos impasses e desacordos dentro do Partido, podendo ser resumida no conflito entre a “luta de massas” e a “luta institucional”:

O PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se *subordinarão* a seu objetivo maior que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas (CARTA DE PRINCÍPIOS *in* GADOTTI & PEREIRA, 1989, p.38, *grifo nosso*).

No discurso de Luís Inácio Lula da Silva na 1ª Convenção Nacional em 27 de setembro de 1981, percebe-se a importância maior dada à “luta de massas”: “não cremos que eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido” (*in* GADOTTI & PEREIRA, 1989, p.70). A mesma ênfase à “luta de massas” encontra-se no documento “O PT e o Parlamento”, escrito em 1981 por César Augusto Obter do Nascimento: “A prioridade fundamental do partido não é a luta parlamentar, e sim a organização dos trabalhadores, a partir de suas lutas nas fábricas, fazendas,

bairros, ruas e empresas” (*idem*, 1989, p.228). Na década de 80, o Partido realizou muitos feitos, com forte atuação nas lutas populares e de massas⁸.

Quanto à proposta política, a novidade se constitui na visão classista (bastante ambígua e próxima do conceito de trabalhador e massa popular); na defesa pela democracia representativa e direta com a inserção político-institucional de novos atores; e um projeto de sociedade socialista e democrática, bastante difuso e impreciso. Todos esses elementos foram agregados numa única proposta que se distanciou das demais oferecidas pelos outros partidos e que se configurou numa alternativa política única do período de reconstrução do sistema político brasileiro.

É importante ressaltar que a imprecisão na proposta política do Partido, no que diz respeito ao entendimento sobre o socialismo, não impede sua caracterização como um “partido contra a ordem”. A sociedade proposta pelo PT, por mais difusa que tenha sido apresentada, vai de encontro ao cerne do sistema capitalista – a propriedade privada. “Em linhas gerais, a sociedade proposta pelo PT é apresentada por uma equação simplificada, sem explorados nem exploradores, onde o requisito básico é a socialização da propriedade privada” (MENEGUELLO, 1989, p.111).

Grosso modo, isso pode ser confirmado pelas suas propostas eleitorais de 1982: a concretização de uma reforma agrária radical, a desconcentração da propriedade privada e a ascensão das classes trabalhadoras no governo. . Com essa proposta política o PT em 1982 participa de sua primeira disputa eleitoral.

Nesta campanha, o “PT *recusou a unidade das oposições sob o comando da burguesia*, discordando daqueles partidos que pretendiam fazer alianças, buscando

⁸ Em 1983, é lançada a “Campanha Diretas Já”, realizando o primeiro comício Pró-Diretas que reuniu, em 27 de novembro, 15 mil pessoas na Praça Charles Muller em Pacaembu – SP. Em 1984 a “Campanha Diretas Já” ganha as ruas. Também em 1983, durante a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizada em 23 de agosto, é aprovada a fundação da CUT. E em 1984 é fundado o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

colocar no mesmo bloco exploradores e explorados” (GADOTTI & PEREIRA, 1989, p.246, grifo nosso). O resultado desta campanha foi uma baixa densidade eleitoral, 3,1% de votos válidos (88,8% no Sudeste e desses 71,3% no estado de São Paulo), demonstrando um desequilíbrio eleitoral, na região Norte somente 2%, Centro-Oeste – 1%, Amapá e Mato Grosso do Sul – 0,1% e Roraima – 0%⁹. Foram eleitos apenas seis deputados em São Paulo, um em Minas Gerais e um no Rio de Janeiro.

Segundo Meneguello (1989, p.168), o resultado verificado nas urnas na campanha de 1982 significou que “a *novidade petista*, parcialmente expressa pela proposta dirigida especificamente aos ‘trabalhadores’, constitui um claro *limite político-eleitoral*: enquanto alternativa de representação, ficou restrito a uma fatia bastante específica do eleitorado”. Todavia, tal limitação só seria percebida na campanha de 1985.

No ano de 1983, após vários debates sobre a experiência eleitoral anterior, o PT elaborou um novo Projeto Político e discutiu sobre os meios para alcançar os objetivos através de lutas imediatas no *seio dos movimentos de massa*: sindicatos urbanos e rurais; associações de moradores; entidades de luta por direitos das mulheres, negros e índios; entidades sociais; entidades de defesa do patrimônio cultural brasileiro; comissões e comitês de defesa dos direitos humanos e entidades políticas e partidárias. Constava, ainda, em seu Projeto Político a chamada “novidade política”, que grosso modo pode ser resumida pela orientação classista de sua proposta.

Essa pluralidade de movimentos que constituía o Projeto Político de 1983 pode ser compreendida, também, como reflexo de uma tendência mundial. Para César (2002), o PT surge num momento de reorganização social, no qual a tendência mundial é o aumento dos movimentos sociais a partir de 1968. Nas nações desenvolvidas, esses

⁹ Fonte: Circular interna da Executiva Nacional de 30 de novembro de 1986 para o Diretório Nacional.

movimentos sociais buscavam autonomia frente ao Estado de bem-estar social que não conseguia, por sua vez, atender as diferentes demandas. No Brasil, enfrentava-se o Estado autoritário em plena crise econômica. Por isso, a luta brasileira caracterizava-se por ser mais imediata e de caráter material, uma vez que, reivindicava salários, saúde, saneamento, moradia, liberdades individuais, liberdade de associação e organização, anistia, reconstitucionalização e eleições diretas.

Neste Projeto Político, observa-se que o eixo norteador de luta é o socialismo, mas ainda bastante impreciso e não definido claramente pelo partido, estando em construção pelos próprios trabalhadores. Segundo Gadotti & Pereira (1989, p.77),

[o] Partido dos Trabalhadores busca a longo prazo a *construção do socialismo* e do *novo homem* aí implícito. Não o socialismo formal, de ‘cartilha’. Um socialismo cuja própria ‘definição’ ainda aparece em aberto para nós. Mas isto não implica a falta de um projeto revolucionário para construí-lo.

Para Francisco de Oliveira, intelectual ex-filiado ao PT, o argumento de que não se deve importar modelos “parece uma saudável desconfiança em relação às experiências do ‘socialismo real’, mas esconde na verdade a inexistência do socialismo como cultura, e uma malandra escusa de criticar a variegada, rica e contraditória experiência internacional” (OLIVEIRA, 1986, p.17).

Entretanto, essa definição em aberto ao apresentar limitações à orientação política, pode significar também seu caráter inovador frente aos partidos socialistas ou anti-sistêmicos antecedentes, como o Partido Social-Democrata Alemão e o Partido Comunista Italiano. Segundo César (2002), nos documentos do Partido faz-se explicitamente uma crítica ao socialismo de inspiração soviética, porém de forma indireta, ao se ampliar a definição de classe trabalhadora e ao se afirmar que a democracia é uma exigência do socialismo.

Sendo contemporâneo do debate que se iniciou na década de 1980 no Brasil

sobre a importância da democracia no projeto socialista¹⁰, o Partido afirmava que não há socialismo sem democracia, nem democracia sem socialismo. E dessa forma, o socialismo deveria ser construído não só a partir de sua base partidária, mas no conjunto da sociedade. Assim, ao preocupar-se com a ampliação de sua base, ao adjetivo de classe se acrescenta o adjetivo de massa, ao termo socialismo, acrescenta-se democracia.

Na campanha de 1985, o PT passa a ter uma estratégia diferenciada voltada para a expansão de sua base social. “A tarefa de construção de um partido de massas, através de um programa político socialista de unificação de amplos interesses, foi traduzida por uma nova forma de condução da imagem do partido”(MENEGUELLO, 1989, p.199). A proposta política dirigia-se, agora, a amplos setores sociais, inclusive a classe média.

Contudo, essas eleições foram marcadas por diversos acontecimentos que viriam a abalar a imagem do Partido: a greve canavieira dos trabalhadores rurais, na cidade de Lins, a qual resultou em mortes; e o assalto ao Banco do Brasil em Salvador por militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) - uma das tendências do PT - que queriam conseguir recursos para concretizar a revolução. Esses acontecimentos contribuíram para o ataque à imagem do Partido. Nessa campanha, o PT conquista as prefeituras de Fortaleza e Goiânia, não podendo assumir esta última devido à suspeitas de fraude eleitoral.

O resultado foi mais uma vez insatisfatório para o Partido, que, com isso, começou a repensar seu caráter de partido de núcleo e questionar sua validade. A

¹⁰ Um dos precursores desse debate é o brasileiro Carlos Nelson Coutinho com o livro “A Democracia Como Valor Universal” (1980) que revisa a teoria marxista utilizando-se de conceitos gramscianos e defendendo a concepção de democracia não enquanto tática, mas enquanto estratégia política ao projeto socialista. Para Coutinho (1992) apesar do PT incluir a luta pela democracia e pelo socialismo no centro estratégico de seu projeto político não esclarece se defende apenas a democracia de massas ou também a democracia representativa, com também condena o socialismo burocrático, mas não explicita que tipo de socialismo propõe.

circular interna¹¹ da Executiva Nacional, elaborada por Perseu Abramo¹² para o Diretório Nacional em 29 de novembro de 1986, revela que: a “maior parte dos núcleos de base que existiam em 79, 80, 81 e 82 dissolveram-se ou funcionavam precariamente” (in GADOTTI & PEREIRA, 1989, p.257). E ainda:

ou o núcleo de base não é a melhor forma de organizar o partido pela base e, neste caso, deve ser abolido de vez, ou continuar sendo a principal instância de atividade político-partidária e de garantia interna do PT, e, então, deve ser levado a sério, multiplicado, e abranger a totalidade dos filiados do partido (EXECUTIVA NACIONAL, circular interna, nov.1986, p.17 in GADOTTI & PEREIRA, 1989, p. 258).

Logo se percebe que a tensão entre a “luta de massas” e a “luta institucionalizada” começa a se intensificar, atingindo a estrutura interna do Partido. Os núcleos de base formados nos bairros e nos locais de trabalho já estavam em 1986 se extinguindo. O Partido não mais atribuía importância devida à manutenção de seus núcleos e voltava à atenção às urnas, ao aumento de votos e à conquista de maior número de cargos políticos. A atuação pela via institucional passava, aos poucos, a determinar a direção e as táticas do PT. Esta hipótese é confirmada ao se observar que um outro impasse passava a ser enfrentado pelo Partido nesse momento, como destaca Gadotti & Pereira (1989, p.258), que dizia respeito às suas finanças:

Até quando vamos continuar dizendo que o PT não é um partido de patrões, não tem recursos próprios, não faz campanhas milionárias (...). Um partido que pretende assumir o poder com os trabalhadores não pode continuar vivendo das vendas de estrelinhas, adesivos e agendas.

No mesmo sentido, César (2002, p.294) atenta para a oscilação da trajetória do PT, “ora de minimização da importância das instituições formais da democracia, ora de

¹¹ ABRAMO, P. Uma contribuição para o debate: Parte I – balanço Eleitoral do PT; Parte II – Análise da nova conjuntura política. São Paulo, novembro de 1986, mimeo., 36 p.

¹² Perseu Abramo foi sociólogo, jornalista e militante do Partido dos Trabalhadores. Durante toda a ditadura fez oposição ao regime militar. Participou das lutas por liberdades democráticas, por anistia, e em apoio às oposições e às greves sindicais, e por reformas partidárias. De 1981 a 1983 editou o Jornal dos Trabalhadores, órgão do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, e também foi responsável pela segunda fase do Boletim Nacional e outras publicações avulsas do PT. Morreu em 6 de março de 1996, aos 66 anos. No mesmo ano foi criada a Fundação Perseu Abramo (cujo nome é em sua homenagem) pelo Partido dos Trabalhadores para desenvolver projetos político-culturais.

valorização”. No início de sua formação, a tarefa principal do PT era a organização das massas populares, ou seja, viabilizar a participação política direta das massas. O caminho estratégico inicial era o acúmulo de forças para ruptura com a ordem vigente. No período pré-fundacional havia a predominância da visão de que “o socialismo se constituiria pela via de uma ruptura abrupta com a institucionalidade vigente” (*idem*, 2002, p.304). A democracia direta era a única admitida como valor permanente. Depois foi se incorporando a importância das instituições democráticas já existentes e conseqüentemente da democracia representativa.

Por conta dessas mudanças internas, na campanha eleitoral de 1986, o PT consegue triplicar sua bancada, porém ainda não havia alcançado o crescimento desejado. Elege 39 parlamentares às assembleias estaduais e 16 deputados à Assembleia Nacional Constituinte. No Sudeste, conquista 66,7% dos votos (quase o mesmo número de 1985, 66,72%); no Nordeste a porcentagem de votos caiu de 15,8% em 1985 para 9,5% em 1986; no Norte ocorre uma queda de 4,8% em 1985 para 2,4% em 1986; no Centro-Oeste houve quase uma equiparação, 7,8% em 1985 e 7,1% em 1986; e no Sul os números expressaram um aumento de 6,1% em 1985 para 13,6% em 1986¹³. Esses dados demonstram que o Partido alcançou, nessas eleições, um maior equilíbrio em termos de votos no território nacional.

Já na disputa eleitoral de 1988, o PT desponta como o grande vitorioso, conquistando 36 prefeituras e mil e sete vereadores e vereadoras. Foram seis milhões de votos, 10% dos sessenta milhões do eleitorado brasileiro. Tal resultado não se deu pela candidatura unipartidária, mas foi acompanhado pelas coligações realizadas com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido

¹³ Fonte: Circular interna da Executiva Nacional de 30 de novembro de 1986 para o Diretório Nacional.

Verde (PV) e Partido Humanista (PH). O PT logrou vitórias em regiões que representavam 30% do PIB nacional, isto é, em São Paulo, Porto Alegre, Vitória, Campinas, São Bernardo do Campo, Santo André, Diadema, Santos, Piracicaba e cidades do aço de Minas (Ipatinga, Timoteo, João Monlevale).

Em 1989 ocorre a primeira eleição livre e direta para Presidência da República. O PT se empenhou para entrar no jogo político democrático institucional. Houve neste momento a valorização da *institucionalidade democrática como espaço de ação transformadora*. César (2002, p.314) observa que no VI Encontro Nacional do Partido, “pode-se perceber a tentativa a articulação entre o objetivo estratégico socialista proposto pelo PT, as ações voltadas para frente de massas e a valorização progressiva do campo institucional”. Forma-se, então, a Frente Brasil Popular formada pelo PT, PC do B, PSB e PV. O PV abandona em 15 de julho por não concordar com a rejeição do PSB e PC do B à candidatura de Fernando Gabeira à vice.

Vale destacar o perfil dos eleitores do Partido. César (2002) analisou o perfil do eleitorado petista nas eleições de 1982 a 1990 e percebeu que majoritariamente os votos proviam de eleitores de regiões metropolitanas, do sexo masculino, mais escolarizados e melhor remunerados que a média dos brasileiros. Para César, esse perfil explicita a contemporaneidade do Partido, uma vez que se apresenta a formação de

um bloco social e político novo e de características próprias, através do quais segmentos socialmente diferenciados e recentemente surgidos no país se auto-reconhecem e lutam por sua admissão na arena de disputas políticas e pela ampliação de seus direitos de cidadania (CÉSAR, 2002, p.212).

Também, Meneguello (1989) utilizando-se de pesquisas eleitorais realizadas em 1982¹⁴, chama atenção para o perfil dos eleitores do PT. Diferentemente da capital paulista na qual o perfil dos eleitores foi identificado como pertencentes a estratos

¹⁴ Pesquisa realizada pelas instituições: IDESP, UNICAMP, UFMG, UFBA, IUPERJ, UFCE e Fundação Joaquim Nabuco (PE), nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza e Campinas.

econômicos mais baixos, ao ramo industrial e com baixa escolaridade, nas demais cidades pesquisadas, o PT atingiu um público pertencente a estratos mais favorecidos da população brasileira. A explicação para esse perfil desigual da capital paulista é dada pela proximidade da região de origem do Partido, o que fez com que o PT fosse mais intensamente identificado nessa região como um partido de trabalhadores industriais.

Entretanto, o perfil geral do eleitorado levanta um questionamento com relação a quais grupos sociais o PT realmente representava como também se pode especular sobre uma possível mudança na representatividade do Partido. Significa dizer, anteriormente reconhecido por grupos sociais explorados e excluídos em sua fundação, o PT passa a ser, posteriormente, identificado por um grupo de não excluídos e já integrado ao sistema sócio-econômico e político brasileiro.

Na primeira eleição presidencial em 1989, o candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva, chega ao segundo turno com o candidato do Partido da Renovação Nacional (PRN), Fernando Collor de Melo, porém perde com uma margem de diferença pequena. Somaram 31.076.364 ou 44,23% dos votos válidos, contra 35.089.998 ou 49.94%¹⁵, que elegeram Fernando Collor de Melo à Presidência da República.

No VII Encontro Nacional, em 1990, com a derrota eleitoral de 1989, o Partido discute, mais uma vez, seu projeto político e já observa, de maneira mais intensa, tensões internas quanto à “frente de massas” e à “frente institucional”. Colocava-se a necessidade de alargamento de sua base social, indo além do universo dos movimentos sindicais e populares. No entanto, havia oposições quanto ao aumento da importância da “frente institucional”. No documento do VII Encontro Nacional, encontra-se o seguinte trecho:

[h]á lacunas evidentes no desempenho do Partido tanto no plano institucional quanto no plano do movimento social. Muitos criticam o

¹⁵ Fonte: Banco de Dados Políticos das Américas (1999). Disponível em: <http://www.georgetown.edu/pdba/Eleidata/Brazil/pres89.html>. Acesso: 08/set/2005.

funcionamento real da democracia interna e se queixam de que o Partido se afastou das origens, fechando-se para as massas de trabalhadores e correndo o perigo de elitizar-se e burocratizar-se (*in* CÉSAR, 2002, p.319).

Apesar das oposições, a “frente institucional” começa a predominar com relação à “frente de massas”:

Reforça-se hoje a consciência de que a frente institucional não é um departamento estanque dentro da vida partidária. O detentor de um mandato desempenha transitoriamente uma função semelhante, do ponto de vista da construção partidária, ao papel desenvolvido por um sindicalista ou militante do movimento popular. Dentro da política de acúmulo de forças, o objetivo de nossa relação com a institucionalidade é a ocupação de espaços para a demonstração de que é possível uma nova forma de gerir a coisa pública, colocando o aparelho de Estado, com todas as suas limitações e características, a serviço dos setores oprimidos da sociedade (DOCUMENTO DO VII ENCONTRO NACIONAL *in* CÉSAR, 2002, p.325).

É neste período que se inicia de forma mais visível a mudança na estratégia de luta petista, que ocasionará o esforço em conquistar seu espaço na política institucionalizada¹⁶. Para tanto, incorpora-se práticas eleitoreiras ilegais, que fazem parte da cultura política brasileira, ainda enraizada no antigo regime caracterizado como oligárquico, patrimonialista, coronelista, autoritário, clientelista e elitista. O que antes era tático – participar das eleições – tornou-se estratégico.

Já nessa época, em entrevista, Florestan Fernandes apontava para o processo de enfraquecimento do poder revolucionário do PT devido à busca pelo poder institucional. Mal o partido se torna pujante e “imediatamente, quer conquistar o poder, quer fazer a revolução de cima para baixo (...) É uma ilusão pensar que aqui, no Brasil, nós possamos conquistar o poder legal e, daí, fazer uma revolução de cima para baixo” (FERNANDES, 1994, p.169).

Essa luta pela tomada do poder institucionalizado é percebida na reorientação de vertentes que compunham o Partido. A Organização Socialista Internacionalista (OIS) –

¹⁶ O termo “política institucionalizada” ou “política institucional” está sendo usado, neste trabalho, restritamente para se referir à política proveniente das instituições estatais.

Jornal O Trabalho – de forte orientação trotskista, se dissolveu na corrente reformista Articulação, fornecendo importantes dirigentes para o atual governo, como: Antonio Palocci, Luis Gushiken e Ricardo Berzoini. Também em uma entrevista concedida à Revista *Teoria e Debate* em 1991, Florestan Fernandes chama atenção para o espírito competitivo entre os próprios companheiros de partido. “Dentro do PT, está crescendo uma técnica eleitoral competitiva. O objetivo pessoal de vencer eleitoralmente prepondera sobre a ideologia, a política, a cooperação entre companheiros”. Isso evidencia a penetração do individualismo burguês que constitui a base de uma sociedade capitalista.

Assim, considerando essa predominância da “frente institucional”, é possível afirmar que o PT “fez a sua hora”, priorizando a busca incansável por cargos na máquina estatal, em detrimento da “frente de massas” que, além de exercer o papel de fiscalização do governo e exigir a concretização de direitos sociais, permite a conscientização política das massas para a construção de uma nova cultura política que venha a fortalecer a luta pela democracia e pelo socialismo defendido pelo Partido. Logo, observa-se a perda do caráter revolucionário e de ruptura com a ordem vigente e a solidificação de um caráter reformista, que faz do Estado burguês um instrumento de mudança e melhoria social.

Afastando-se radicalmente da posição que assumira desde seu lançamento como partido até seu VI Encontro Nacional em 1989, quando qualquer proposta de ação de governo era sempre acompanhada da ressalva de que não se tratava de ‘gerir o capitalismo’, as Resoluções do 1º Congresso percorreram longamente sobre as reformas propostas pelo PT e o projeto de desenvolvimento que ele se dispunha a construir, na vigência de uma ordem capitalista democrática (CÉSAR, 2002, p.337).

Boito (2003) também atenta para este momento da derrota eleitoral de 1989 como o início da transformação do Partido. No entanto, diferentemente da idéia de reorientação de “cima para baixo”, para o referido autor, esta mudança ocorreu

primeiramente em sua base, isto é, no sindicalismo do ABC paulista, para posteriormente atingir a direção do Partido. Após as eleições de 1989, houve a substituição do sindicalismo de “confronto à ordem” pelo “sindicalismo propositivo dentro da ordem”. Frente a circunstâncias de desemprego e baixo crescimento econômico, essa camada de trabalhadores mobiliza-se a favor do neoliberalismo, na ilusão de alcançar maior crescimento econômico e conseqüentemente mais empregos:

Desde a experiência da Câmara Setorial da Indústria Automobilística, o sindicalismo do operariado das montadoras aproximou-se da burguesia industrial e, particularmente, da Fiesp. Essa aproximação precedeu a aproximação entre a candidatura Lula em 2002 e esse mesmo setor da burguesia brasileira. Nesse processo, a direção política seguiu as bases sindicais – a ‘conversão’ se iniciou na base e se irradiou para a cúpula. Foi a experiência da câmara setorial que serviu de ensaio para uma iniciativa política mais ambiciosa (BOITO, 2003, p.21).

As resoluções do 1º Congresso Nacional do PT, realizado em 1991, demonstram a preocupação do Partido com a incorporação da grande massa de excluídos na ordem capitalista vigente, objetivando uma nova fase de desenvolvimento econômico:

O Brasil é um País de 150 milhões de habitantes, dos quais pequena parte possui acesso ao enaltecido mercado. Esses milhões de “expulsos do mercado”, seja pela concentração de renda ou pela estreiteza relativa de nosso parque produtivo, constituem uma base excepcional a partir da qual pode se desenvolver um novo ciclo de desenvolvimento econômico no País (*in* CÉSAR, 2002, p.337).

Ao fazer do Estado o instrumento para a distribuição igualitária da renda nacional, proporcionando, assim, maior inclusão ao mercado, o PT se aproxima da social-democracia, conseguindo, dessa maneira, ampliar sua base social, incorporando a ideologia dominante e conseqüentemente, passando a ser aceito pelas classes dominantes e pela maioria dos dominados. Porém, tanto essa mudança do Partido quanto o resultado que esta traria às urnas, não foram imediatas.

O PT sempre se constituiu um partido pluralista, formado por diversos grupos e ideologias políticas, portanto, com conflitos internos freqüentes e inevitáveis. As forças atuantes no interior do Partido não possuíam a mesma intensidade, o que possibilitou

que um dos grupos, ao longo de sua história, alcançasse dominância, definindo o caminho e a direção pelo qual o Partido deveria ser conduzido.

Também, os resultados nas urnas não foram alcançados rapidamente. Para se despir da imagem de um partido de caráter revolucionário e anticapitalista foi necessário todo um esforço de convencimento e ao mesmo tempo um cuidado para que essa mudança não parecesse demasiado brusca, o que poderia causar o afastamento dos militantes e filiados do início do Partido.

Com isso, o PT logrou uma atuação que, apesar das mudanças ocorridas e da reorientação ideológica de “partido contra a ordem” para “partido da ordem”, não rompeu com a origem popular e, ao mesmo tempo, incorporou um novo caráter que possibilitou a ampliação de sua representatividade. Todo esse processo de transformação de “partido contra a ordem” para “partido da ordem”, pode ser percebido antes das eleições de 1989 enfatizadas por Boito como o momento de maior visibilidade desse processo. Na campanha de 1985 esse processo é iniciado com a estratégia de ampliação da base social ao buscar a aproximação da classe média que não se identificava com a proposta política do Partido.

Buscando esse novo caráter, o PT seguiu nas disputas eleitorais. Na campanha de 1990, elege seu primeiro senador, Eduardo Suplicy e mais 35 parlamentares federais e 81 estaduais, um crescimento significativo em relação às eleições de 1986¹⁷. Contudo, apesar deste novo direcionamento do Partido, o PT em 1993 realizou um plebiscito nacional que questionava a forma e o sistema de governo e neste mesmo ano fundou a Central de Movimentos Populares (CMP), o que evidencia o movimento dúbio comentado acima.

¹⁷ Fonte: Secretaria de Formação Política do Diretório Nacional e Fundação Perseu Abramo. O PT faz a história. 2ª ed. Jul/03. Disponível em: http://www.paginasdinamicas.com.br/pt_historia/lib/pt_historia.pdf. Acesso em: 04.08.05.

Nas eleições de 1994 para Presidência da República, o candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva, perdeu no primeiro turno para o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Fernando Henrique Cardoso, com 27 % dos votos válidos. Porém, neste ano o PT elege 49 deputados federais, 89 estaduais, 4 senadores (as) e 2 governadores no Distrito Federal e no Espírito Santo¹⁸. Resultado: o PT continua crescendo.

Em 1997, nas eleições municipais, o PT conquistou o primeiro lugar em números de votos, totalizaram-se 4,8 milhões em todo o país, conseguindo eleger 115 prefeitos, sendo, 47 nas maiores cidades do país. Contudo, nas eleições presidenciais de 1998, o PT não conseguiu eleger Luís Inácio Lula da Silva. O Partido encontra dificuldades para atrair um maior número de eleitores, o processo de ampliação da base social é lento e custoso. Os votos totalizaram 35,9 milhões contra 21,4 milhões. No entanto, conquista o governo nos estados do Acre, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul e elege 7 senadores, 60 deputados federais e 90 estaduais¹⁹.

No ano de 2000, o Partido dos Trabalhadores volta a realizar e apoiar, com maior intensidade, os movimentos populares. Isto fica evidente em 22 de abril na cidade de Porto Seguro na Bahia, onde ocorreu o “Brasil, Outros 500”, movimento de resistência indígena, negra e popular que se opunha a comemoração dos 500 anos do Brasil, uma vez que estes foram marcados pela exploração, massacre e opressão aos negros, índios e toda massa ainda hoje excluída. Em setembro do mesmo ano, juntamente com a CUT, CNBB e MST, realiza um Plebiscito Nacional sobre a Dívida

¹⁸ Fonte: Secretaria de Formação Política do Diretório Nacional e Fundação Perseu Abramo. O PT faz a história. 2ª ed. Jul/03. Disponível em: http://www.paginasdinamicas.com.br/pt_historia/lib/pt_historia.pdf. Acesso em: 04.08.05.

¹⁹ *Idem*.

Externa. Nas eleições municipais deste ano, o PT alcança um crescimento de 51,2% desde 1996, elegendo 187 prefeitos, 131 vice-prefeitos e 2485 vereadores²⁰.

Esse retorno aos movimentos populares intensifica a idéia do caráter dúbio do Partido, aproximando-se da massa explorada, porém buscando ampliar sua representação social. Isso, finalmente é alcançado na campanha de 2002. O Partido investe maciçamente na disputa eleitoral para Presidência da República. Contrata o publicitário Duda Mendonça e realiza uma intensa campanha publicitária.

Posteriormente, foi revelada a origem ilegal do financiamento de campanha a partir de uma articulação com empresas privadas do publicitário Marcos Valério que fornecia ao Partido somas de dinheiro não declaradas à Receita Federal²¹.

Para caracterizar mais fortemente o Partido com as “novas vestes”, confeccionadas há alguns anos, por meio de mudanças que abarcavam desde a mudança da imagem do Partido quanto ao perfil do candidato, o PT elege como candidato à vice-presidência o industrial do ramo têxtil José de Alencar do Partido Liberal – mesmo partido do ex-presidente Fernando Collor de Melo.

Assim, nessas eleições o PT alcançou o recorde de 52.793.364 votos o que equivale a 61,27% dos votos válidos, significando a maior votação para Presidente e a segunda maior atribuída a um candidato em todo o mundo. Além disso, o Partido ainda elege 91 deputados federais, 14 senadores e 147 deputados estaduais²².

Segundo César (2002), a partir do momento em que o Partido predomina na via institucional, entra num jogo político que o obriga a perder seu caráter puramente

²⁰ *Idem*.

²¹ Também em 2005 é descoberto um outro grande esquema nomeado como “mensalão” que consistia na compra de votos de parlamentares pelo governo.

²² Fonte: Secretaria de Formação Política do Diretório Nacional e Fundação Perseu Abramo. O PT faz a história. 2ª ed. Jul/03. Disponível em: http://www.paginasdinamicas.com.br/pt_historia/lib/pt_historia.pdf.

classista, passando a abrigar interesses de outras classes, mesmo que esses possam ser contraditórios entre si:

Inseridos nesse jogo, os próprios partidos “anti-sistema” tendem a abrir-se e transformar-se, voltando-se, gradativamente, à tarefa de *articular* os interesses sociais diversos em um projeto político-societário global, o qual passa a contemplar também interesses do campo considerado como adversário. O problema é o abandono de seus vínculos e identidade social o que faz com que se tornem partidos ônibus (CÉSAR, 2002, P.373).

Ao agregar interesses conflitantes, inevitavelmente, o PT perde sua identidade originária de partido de classe e se aproxima dos “partidos-ônibus” ou “agarra-tudo”, isto é, àqueles que acabam por representar todas as classes e grupos sociais por um maior número de votos nas urnas.

Meneguello (1989, p.199) ao analisar o período de 1982 a 1988, sintetiza o processo de mudança ocorrido no Partido: “Se com isto o PT teve o custo político de atenuar a ênfase em seu conteúdo programático, por outro lado estendeu sua capacidade eleitoral”. Porém, aqui reside um problema: como atenuar a ênfase na proposta política, a fim de ampliar sua capacidade eleitoral, sem perder sua identidade ideológica? O período posterior a 1988 parece demonstrar que essa não foi a melhor forma de atingir resultados eleitorais, ao menos no que diz respeito à sua importância como partido de esquerda, o qual representava. A “novidade política” que o PT oferecia como alternativa, parece, em meio aos escândalos políticos desse governo e o caráter neoliberal de sua política, resumir-se em uma nuvem de fumaça avistada de longe e dissipando-se no ar.

Em resumo, a conquista da Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores representou, nessas circunstâncias descritas, a confirmação de sua direitização, ou seja, a transformação de seu caráter anticapitalista, socialista e revolucionário, iniciada, de forma mais visível, após a primeira derrota eleitoral para Presidência da República em 1989. Também, confirma a vitória da corrente que

defendia, dentro do partido, a predominância da atuação institucional sobre a luta de massas. Para alcançar êxito na busca pela ocupação de cargos no espaço político institucional, foi preciso utilizar as armas e táticas que caracterizam a cultura política brasileira. Táticas criticadas pelo Partido no momento de sua formação. Isso também evidencia a permanência de uma cultura política do antigo regime, constituída pelo autoritarismo, pela autocracia, patrimonialismo e coronelismo que, acordando com Florestan Fernandes, não foi superada na revolução burguesa brasileira. Logo, em poucas palavras, constata-se que o PT não mudou quando chegou ao poder, mas mudou para alcançar o poder.

2.2. A “Herança Maldita” do Governo Lula

A década dos anos 90 foi para o Brasil um período de desmantelamento do Estado através das chamadas reformas estruturais, despolitização da economia, redução da oferta de serviços de caráter público, transferência de responsabilidade do Estado para o indivíduo, agravamento das condições sociais e exaltação do mercado. Uma era marcada pela ideologia neoliberal que, ao contrário de como se apresenta, gera um desenvolvimento regressivo, uma vez que o crescimento econômico e o aumento da circulação de capitais não são capazes de propiciar um bem-estar social para a maioria da população, e sim ocasiona um retrocesso na qualidade de vida com a precarização do mundo do trabalho. Essas transformações que ocorreram no Estado e na sociedade brasileira foram denominadas pelo atual governo como a “herança maldita” que, contraditoriamente, não foi rejeitada, mas sim absorvida integralmente na “forma de governar petista”.

Contudo, antes de analisar o processo de “neoliberalização” do Estado brasileiro, ou a geração da “herança maldita” do atual governo, faz-se necessário tecer algumas

considerações a cerca da ideologia neoliberal. O neoliberalismo ganha espaço na arena política a partir da década de 70, como resultado da crise de superacumulação do capital. Esta crise foi gerada, para os neoliberais, pelo Estado de Bem-Estar Social com sua custosa estrutura burocrática, que não mais conseguia garantir o crescimento econômico e a manutenção de uma política social.

Para muitos estudiosos como Noam Chomsky e James Petras, a única diferença existente entre o neoliberalismo e o liberalismo diz respeito ao cenário a que ambos pertencem. O neoliberalismo “representa uma época em que as forças empresariais são maiores, mais agressivas e se defrontam com uma oposição menos organizada do que nunca” (CHOMSKY, 2002, p.9). O “liberalismo e suas doutrinas de livre comércio combateram as restrições pré-capitalistas. O neoliberalismo luta contra o capitalismo sujeito às influências do sindicalismo (o chamado Estado de bem-estar social)” (PETRAS, 1997, p.16).

Já para outros, como Florestan Fernandes, o neoliberalismo, diferentemente do liberalismo,

foi produzido como um artefato e como um artifício, por seu apelo democrático e humanitário, pela ausência mesma de uma ideologia autêntica (...) [uma vez que,] o liberalismo desapareceu junto com as condições históricas que desvendaram seu invento e condicionaram o seu desenvolvimento como ideologia (FERNANDES, 1995, p.155 - 156).

De acordo com Wallerstein (2003), o neoliberalismo surge como resposta à atual crise sistêmica ocasionada pelo processo de diminuição dos lucros em escala global, devido ao aumento de força política dos trabalhadores, dos gastos com impostos resultante das demandas ao Estado tanto dos produtores quanto dos trabalhadores e da internalização dos custos referentes aos necessários reparos da ecologia global. Essas exigências e forças inerentes ao próprio desenvolvimento do sistema chegaram a um nível que acaba pressionando a taxa de lucro para baixo. Assim, o neoliberalismo tenta mudar tal cenário reduzindo o poder de barganha dos trabalhadores, os gastos com

impostos aos capitalistas e impondo limites à internalização dos custos.

Segundo Carvalho (2004), o neoliberalismo é mais que um conjunto de políticas rígidas e definidas a serem aplicadas. Em verdade, o neoliberalismo se apresenta de maneira bastante flexível no que diz respeito às políticas econômicas, com exceção ao processo de privatização presente em todos os países latino americanos. No entanto, essa “variedade política” é orientada por um único conjunto de idéias e valores bem mais amplos que as políticas adotadas.

Essa flexibilidade pode ser observada nos países da América Latina, a partir do fim dos anos 80, havendo quase todos os tipos possíveis de políticas cambiais:

câmbio flutuante "sujo", com foco no câmbio real e controle de capitais de curto prazo no Chile, currency board rígido na Argentina de 1991 a 2001, câmbio deslizante com desvalorizações prefixadas no Brasil de 1995 a 1998 e no México de 1988 a 1994, câmbio flutuante "sujo" no México a partir de 1995 e no Brasil a partir de 1999 (CARVALHO, 2004, p.2-3).

É por meio dessa flexibilidade que o paradigma neoliberal se mantém presente mesmo com as consequências sociais por ele geradas, camuflando as causas de suas políticas e transferindo responsabilidades para os governos competentes. Assim,

o neoliberalismo se revela mais um paradigma que um receituário detalhado, mais um conjunto de valores gerais para orientar as políticas econômicas que um conjunto articulado de políticas específicas. É um paradigma forte, bastante para estabelecer limites rígidos para as orientações básicas das políticas a serem feitas, para estabelecer um campo de idéias difícil de ser rompido e contestado; mas, é também um paradigma elástico e amplo, bastante para abrigar políticas específicas muito variadas e mesmo díspares entre si (CARVALHO, 2004, p.3).

Por trás desse caráter impreciso no que diz respeito às formulações das políticas econômicas, há um sólido conjunto de “idéias-força” rígidas que constituem esse paradigma e orientam as diferentes políticas na América Latina. São elas: prioridade absoluta para os direitos do capital; ocultamento das relações capital-trabalho; responsabilização do indivíduo frente ao capital; despolitização da política econômica, tratada como técnica universal; abertura de novos espaços para a valorização do capital;

e responsabilização dos países dependentes pelos efeitos da desordem financeira internacional.

A reforma do Estado brasileiro ou a sua adequação aos princípios do paradigma neoliberal iniciou-se fortemente na década de 1990 e tinha como alvo a Constituição de 1988. Vale lembrar que a Constituição garante direitos sociais universais, fruto de movimentos sociais do fim da década de 70 que buscavam ampliação dos direitos sociais e a redemocratização do país. Com o governo Collor iniciou-se a reforma do Estado com a desregulamentação da economia e abertura do mercado nacional. Esse processo, no entanto, foi interrompido pelas denúncias de corrupção do governo seguidas pelo *impeachment*.

Embora os acontecimentos não fossem “favoráveis” ao processo de neoliberalização do Estado, o governo Collor deu um passo importante nesse processo ao elaborar o Programa Nacional de Desestatização²³ em 1991, que abriu as portas do país ao capital estrangeiro, ao oferecer, quase que gratuitamente, empresas estatais. Com o *impeachment*, assume o vice Itamar Franco que orientou o governo para políticas internas, cessando as negociações com o FMI e a reforma do Estado. Porém, ao convidar o senador Fernando Henrique Cardoso (FHC) para assumir o ministério das relações exteriores e, posteriormente, para assumir o ministério da fazenda, o governo de Itamar retoma o processo, agora definido como “modernização” do Estado. Cabe lembrar, ainda que de passagem, que o Plano Real, implementado em 31 de julho de 1994 e elaborado por FHC, seguia a política de planificação econômica defendida pelas Instituições Financeiras Multilaterais (FMI, BM, BID²⁴).

²³ Desde a criação do programa foram privatizadas 68 empresas e participações acionárias estaduais e federais, a maioria na siderurgia, química e petroquímica, fertilizantes e energia elétrica. Além dessas, foram repassados à iniciativa privada, por concessão, 7(sete) trechos da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, as Malhas Oeste, Centro-Leste, Sudeste, Teresa Cristina, Sul, Nordeste e Paulista.

²⁴ Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso é eleito Presidente da República e o processo de reforma do Estado se intensifica em seu governo. O governo alcança um recorde histórico de cinco mil emendas constitucionais, revelando o desrespeito à Constituição de 1988. Dentre elas, a Emenda Constitucional n.º 73, encaminhada ao Congresso Nacional em agosto de 1995, que versava sobre a reforma do Estado brasileiro. Esta reforma tinha como objetivo diminuir o “custo Brasil”, solucionar a crise econômica e inserir a economia nacional no mercado globalizado. Percebe-se aqui que a reforma estatal tinha como alvo somente questões referentes à economia e ao mercado nacional, objetivando maior “integração” à economia mundial e a facilitação da entrada de capital estrangeiro.

Ao invés de promover um maior desenvolvimento econômico que beneficiasse a população brasileira, essa inserção à economia global gerou um retrocesso social, isto é, o agravamento da pobreza, dependência ao capital externo, enfraquecimento do Estado e precarização do trabalho. “Nas economias periféricas e semiperiféricas, como o Brasil, a globalização não elimina (antes agrava) a relação de dominação centro/periferia presente em outros momentos do capitalismo” (SILVA, 2001, p.4). Pois,

[a] imposição política de um modelo econômico pré-industrial (neoliberalismo) sobre uma formação social avançada exerce efeitos aberrantes na economia e na sociedade. Ela desarticula os setores econômicos e as regiões interligadas, e, ao mesmo tempo, marginaliza e exclui as classes produtivas (operários e fabricantes), fundamentais para o mercado nacional. (...) O neoliberalismo contemporâneo é, dessa forma, um exemplo clássico de desenvolvimento progressista e retrógrado: a tecnologia do século XXI é utilizada numa formação social do século XVIII (PETRAS, 1997, p.17-18).

Ainda no governo FHC, foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado e o Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, tendo como ministro Bresser Pereira. A reforma se justificava pela necessidade de reduzir o Estado, que produzia crises econômicas com seu aparelho burocrático de custo elevado e de reduzida eficácia:

A partir dos anos 70, porém, face ao seu crescimento distorcido e ao processo de globalização, o Estado entrou em crise e se transformou na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação que, desde então, ocorreram em todo o mundo. (...) esta Grande Crise teve como causa fundamental a crise do Estado – uma crise fiscal do Estado, uma crise do modo de intervenção do Estado no econômico e no social, e uma crise da forma burocrática de administrar o Estado (PEREIRA, 1997, p.7-9 *apud* SILVA, 2001, p. 5-6).

Embora o ministro Bresser Pereira tenha se posicionado, na época, de maneira clara e concisa contra o Estado provedor e interventor, dizia defender o Estado social-liberal e não o Estado neoliberal que não enfraquecia o aparato estatal, mas o fortalecia. O Estado social-liberal, ao contrário do Estado neoliberal, não abriria mão de sua função social, porém não a executaria diretamente. Ao contrário, contrataria organizações públicas não estatais para oferecer os serviços sociais. Dessa maneira, a burocracia seria combatida, uma vez que o Estado não administraria de forma monopolista e nem ofereceria diretamente os serviços sociais, mas continuaria a regular, facilitar e financiar os serviços, garantindo a propriedade dos contratos.

Contudo, apesar da defesa teórica do ministro por um tipo de Estado social – liberal - cuja diferença com relação ao Estado neoliberal pode ser questionada - na prática o que ocorreu foi a formação do Estado neoliberal que transferiu ao mercado a responsabilidade integral quanto à oferta dos serviços sociais. O processo de “neoliberalização” do Estado concretizou-se através de três eixos básicos: a privatização, considerada como uma oportunidade para equilibrar a economia atraindo dólares e consequentemente diminuindo a dívida externa; a publicização, que consistia na transformação de organizações estatais em organizações de direito privado, porém públicas e não-estatais; e a terceirização, que transferia os ditos serviços auxiliares para o setor privado.

Além dessa reforma estatal promovida no governo FHC, foi realizada, também neste período, políticas que favoreciam o sistema financeiro. Em 3 de novembro de

1995, o governo criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), através da Resolução do CNM n.º 2.208 e Medida Provisória n.º 1.179. O PROER tinha como objetivo facilitar a compra de instituições financeiras insolventes por outras. Essa medida possibilitou “salvar” o Banco Nacional através de uma transação que envolveu recursos no valor de R\$ 5,8 bilhões. Em 1997 foi a vez do Banco Econômico (R\$ 6,5 bi.) e o Bamerindus (R\$ 5,7 bi.) (MINELLA, 1987).

Para facilitar a venda dessas instituições, o Estado fornecia benefício fiscal, o Banco Central oferecia linha de crédito a longo prazo com os depósitos compulsórios e, em 1996, foi criada uma linha especial para assistência financeira. Nesse processo de “socorro” às instituições financeiras, as “adquirentes ficam com a chamada ‘parte boa’ do banco adquirido, cabendo ao Banco Central viabilizar outra alternativa para chamada ‘parte podre’ do banco quebrado” (MINELLA, 1987, p.181).

Em 26 de dezembro de 1995 foram sancionadas duas leis que alteraram o imposto de renda tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas. Essas alterações beneficiaram diretamente as empresas e, de maneira mais intensa, as instituições financeiras. Segundo Minella (1987), a redução da alíquota geral e da contribuição social sobre o lucro líquido das empresas passou de 10% para 8% e de 30% para 18% para as instituições financeiras. Ainda no governo FHC foi criado, em fevereiro de 1997, o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) que visava facilitar a privatização dos bancos estaduais.

As privatizações, iniciadas com o governo Collor, se intensificam no governo de FHC sob o argumento de que permitiriam o pagamento de parte da dívida interna, melhorariam a qualidade dos serviços antes oferecidos pelo Estado e possibilitariam maiores investimentos. No entanto, o que se observou, apesar da diminuição da dívida

interna, foi o aumento da dívida externa e do passivo externo do país, mediante os empréstimos contraídos no exterior pelas empresas privadas que compraram as estatais e pelo aumento da remessa líquida de lucros e dividendos. Como afirma Fernandes (1995, p.154), a privatização “é o ‘novo negócio da China’ para as grandes potências”. E ainda:

O que esta provoca são dois processos translúcidos: transferência de riqueza nacional mais ou menos gratuitamente aos parceiros preferenciais estrangeiros. Transferência de parcelas da riqueza nacional de maneira compensatória para as empresas gigantescas nacionais e o capital financeiro, como uma função de legitimação (*idem*, 1995 p.154).

Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstram a evolução da dívida externa brasileira em dólares durante o período de 1990 a 2004.

Tabela 1: Dívida Externa Anual (1990-2004)

| | |
|------|--------------|
| 1990 | 123.438,5000 |
| 1991 | 123.910,4000 |
| 1992 | 135.948,8000 |
| 1993 | 145.725,9000 |
| 1994 | 148.295,2000 |
| 1995 | 159.256,2000 |
| 1996 | 179.934,5000 |
| 1997 | 199.997,5000 |
| 1998 | 241.644,0700 |
| 1999 | 241.468,1606 |
| 2000 | 236.156,3460 |
| 2001 | 226.067,2532 |
| 2002 | 227.689,3880 |
| 2003 | 235.414,1278 |
| 2004 | 220.182,3148 |

Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (BCB Boletim/BP), disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.

Todo esse processo de “neoliberalização” do Estado brasileiro teve como resultado uma crise social, desdobrada nos altos índices de desemprego; na redução dos investimentos públicos; na transferência patrimonial (do Estado e/ou de capitalistas privados nacionais para grandes capitalistas, geralmente estrangeiros ou associados); e na vulnerabilidade da economia brasileira diante das crises internacionais. Daí o termo

“herança maldita” utilizado pelo atual governo em seus discursos que buscam justificar o não alinhamento do governo à proposta original do PT, a retenção dos gastos e investimentos no social e o pagamento da dívida externa por meio de um “super-superávit” que supera a meta estipulada pelo próprio FMI.

2.3. A Mudança Partidária se Concretiza na “Continuidade” do Governo Neoliberal

Uma vez alcançada a Presidência da República, o PT, sob o argumento da “herança maldita”, avançou no sentido de intensificar as políticas neoliberais, iniciadas no país nos anos 90, desde o governo Collor, com a justificativa de buscar maior estabilidade e menor fragilidade econômica para, em seguida, promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Note-se que, em seu programa de governo não se encontra mais qualquer referência à palavra socialismo, que em um passado não muito longínquo, era pronunciada em “alto e bom tom” pelo Partido²⁵.

Ao afirmar que o governo Lula representa a “continuidade” dos governos anteriores (Collor e FHC), torna-se necessária uma análise que traga o quadro atual das políticas governamentais com dados conjunturais que explicitem o “continuismo” e, mais, que desenhem o grau de integração do governo à ordem econômica vigente. Mas é preciso também, perceber que o governo Lula iniciou sua atividade em um cenário econômico brasileiro já bastante comprometido e vulnerável ao capital estrangeiro. A dívida externa em 1994 (último ano de mandato do governo Itamar Franco) contabilizou US\$ 148,3 bilhões; em 1998 (último ano do primeiro mandato de FHC) chegou a US\$

²⁵ O Programa de Governo da Coligação Lula está disponível no site: <http://www.lula.org.br/assets/programadegoverno>.

234,5 bilhões e em 2001 somou 228,6 bilhões²⁶. Nesse contexto, a palavra de ordem do atual governo foi aumentar o superávit primário²⁷ a fim de estabilizar a relação dívida pública - produto interno bruto (PIB).

Assim, em função da estabilização, segundo Coggiola (2004), em 2003 os cortes em gastos públicos alcançaram R\$ 14 bilhões do orçamento, elevando a meta do superávit primário para 4,25%, superando os R\$ 15,4 bilhões exigidos pelo FMI. A carga tributária líquida do governo aumentou de 9,82% em 1995 para 13,55% em 2003²⁸, registrando o segundo maior índice de toda a história econômica do país, desde a metade do século XIX.

Contudo, todo esse esforço por um maior “equilíbrio fiscal” acabou intensificando ainda mais o desequilíbrio das contas públicas. Segundo o Banco Central, em 2002, o pagamento de juros nominais alcançou 3,12% do PIB brasileiro. Já em 2003 e 2004 foram registrados os percentuais de 6,48% e 4,51% do PIB respectivamente. Com esse crescente montante saído das contas públicas, o governo federal aumentou a taxa de superávit primário e, conseqüentemente, os cortes nos gastos públicos. Essa manobra econômica acabou resultando num déficit fiscal médio (dos anos 2003 e 2004) de 2,8% do PIB, sendo “cerca de 4 vezes maior que o déficit do último ano do incompetente, medíocre e trágico governo FHC” (GONÇALVES, 2005, p.11).

Um outro dado importante diz respeito à rentabilidade de setores econômicos. A rentabilidade do setor bancário em 2003 chegou a 24,5%, enquanto que a das empresas

²⁶ Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas e do Banco Central in Filgueiras, Luiz. Neoliberalismo e Crise na América Latina: o Caso do Brasil. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/osal/filgueiras.doc>. Acesso: 21/05/2005.

²⁷ Superávit primário é a diferença entre a arrecadação do governo através de taxas e impostos e o gastos com investimentos na sociedade. Tal parcela é destinada ao pagamento dos juros da dívida pública. Para aumentar o superávit primário é necessário: ou aumentar a arrecadação, ou diminuir os gastos com a folha de pagamentos de servidores públicos e aposentados e com investimentos na área social como saúde, educação e infraestrutura. Ou ainda, unir as duas alternativas.

²⁸ Fonte: Bacen. Indicadores Econômicos. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>.

não financeiras permaneceu em 1%. Este dado mostra como a política do governo beneficia o capital financeiro e seu parasitismo. Dessa maneira, a “moeda nacional não circula na economia. Fica quase toda no giro da dívida pública, cujos beneficiários reaplicam boa parte do que auferem na compra de mais títulos” (COGGIOLA, 2004, p.56).

Outra característica da política econômica do atual governo é o crescimento econômico baseado no mercado externo. A taxa média das exportações cresceu duas vezes mais que a taxa no período do governo FHC. As exportações cresceram de US\$ 60.362 bilhões em 2002 para US\$ 73.084 bilhões em 2003 e em 2004 alcançaram US\$ 96 bilhões²⁹.

Contudo, analistas como Gonçalves (2005), argumentam que tal crescimento deveu-se muito mais a fatores externos do que a um esforço do governo para tal resultado. “Na medida em que não houve um salto ‘quântico’ em termos de inovação tecnológica e acumulação de capital, é correto afirmar que essa expansão das exportações brasileiras tem sido causa, principalmente, pelas condições de demanda” (GONÇALVES, 2005, p.29-28), ou seja, crescimento do mercado mundial. Entretanto, não se deve atribuir esse crescimento das exportações, somente, ao crescimento do mercado externo. Existem interesses que estão orientando tal política, como verifica Boito (2005).

Segundo o autor, a política agressiva de exportação, com o “carro-chefe” do agronegócio, é orientada pelo interesse do grande capital financeiro, uma vez que o incentivo à exportação é realizado na medida adequada aos interesses financeiros de equilíbrio das contas externas por meio da captura de dólares.

a política de oferecer um certo alento à produção, como está delimitada pelas necessidades do capital financeiro, é uma política centrada na exportação. Ora, isso significa, de um lado, que tal política revigora um

²⁹ Fonte SECEX. Elaboração: DIEESE/Sistema SERVE. Disponível em: <http://www.dieese.org.br>.

traço marcante e secular da dependência econômica do país e, de outro lado, que ela condena o trabalhador brasileiro a permanecer nas péssimas condições de vida em que já se encontra (BOITO, 2005, p.71).

A atual política econômica orientada para o mercado externo não possibilita melhorias para o trabalhador brasileiro, pois apesar dos alardes sobre o aumento da taxa de empregos, o que se verifica é a exploração da mão-de-obra para maior competitividade no mercado externo. Pesquisa recente demonstra que, na década de 1980, as vagas no setor industrial que pagavam mais de dois salários mínimos cresciam a uma taxa anual de 6,3% enquanto as vagas com remuneração até dois salários mínimos, 1%. Já no período de 2000 a 2003 esse quadro se inverteu, as vagas que remuneravam mais que dois salários mínimos cresceram a uma taxa de 3,9% enquanto o emprego industrial de até dois salários teve crescimento de 20,3%³⁰.

Examinando essa política econômica, Boito (2005) faz uma análise interessante do governo Lula utilizando os conceitos de fração burguesa e bloco no poder. O conceito de fração burguesa parte da idéia de que a classe burguesa não é homogênea, ou seja, existem frações de classe com interesses específicos. No entanto, o conceito de bloco no poder de Nicos Poulantzas significa a “unidade contraditória da burguesia orientada como classe dominante” (BOITO, 2005 p.54).

Considerando esses dois conceitos, Boito analisa as mudanças que ocorreram nas relações da burguesia brasileira e internacional com o governo Lula. Este último alterou a relação do Estado com a burguesia ao melhorar a posição das burguesias industrial e agrária do bloco no poder por meio da política de estímulo à exportação que, entretanto, está subordinada aos interesses do capital financeiro.

Desvendando os reais interesses pelos quais se orienta o “governo da produção”, Boito (2005) afirma a hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional

³⁰ Boito utiliza a pesquisa de Márcio Pochmann: “Emprego Industrial: o que há de novo no Brasil”, cujos dados foram apresentados na Folha de São Paulo, 14 de maio de 2005.

mesmo por meio de uma política voltada à produção. “O governo promoveu a ascensão da grande burguesia interna industrial e agrária sem quebrar a hegemonia das finanças” (p.62). E tal fração burguesa se beneficia com esse modelo econômico sob a hegemonia financeira, o que significa a existência de uma articulação entre essas frações burguesas, sustentada pelo interesse em reproduzir esse modelo econômico neoliberal. Em outras palavras, o grande capital (financeiro, industrial e agrário) ocupa lugar de destaque no interior do bloco no poder, porém a hegemonia nesse bloco continua a ser a do capital financeiro, mesmo com a ascensão do grande capital industrial e agrário. As empresas beneficiárias da política de estímulo à exportação são as de grande porte internacionais e nacionais, as micro e pequenas empresas são responsáveis apenas por 2% das exportações do setor³¹.

Um outro dado importante que constata que a política econômica voltada para a ampliação do mercado externo não possibilita desenvolvimento do mercado interno e, conseqüentemente, melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, é a evolução do consumo das famílias. O crescimento de 2003-2004 de 2,54% foi o menor que no período de 1995-2002. Esse fraco desempenho do consumo das famílias mostra “o caráter internacionalizante da política econômica, enquanto a queda dos gastos públicos mostra o caráter privatista desse governo” (GONÇALVES, 2005, p.29).

Além do baixo consumo das famílias, e apesar do crescimento econômico propagado, o índice de desemprego permanece elevado. Segundo dados do IBGE, em pesquisa realizada em 26 de outubro de 2005, nas regiões metropolitanas do país, a taxa média de desemprego, em 2002, foi de 11,68%. Já em 2003 este índice alcançou 12,31% e em 2004 obteve uma ligeira queda para 11,47%.

Com relação à inflação, o governo Lula, seguindo o governo FHC, busca

³¹ *Folha de São Paulo*. Real valorizado já reduz base exportadora. 27 de maio de 2005, p.B1.

controlá-la através do aumento dos juros. Esse tipo de estratégia é típico de uma política econômica restritiva, uma vez que os juros elevados encarecem o crédito e reduzem o consumo. Além de diminuir o consumo, o aumento da taxa de juros ocasiona a transferência de renda dos “trabalhadores e capitalistas que gastam para rentistas que compram” (GONÇALVES, 2005, p.14). Isto significa uma redução na propensão média de absorção interna da economia – como observado acima, a evolução do consumo das famílias - gerando uma trava no crescimento econômico.

Para Gonçalves (2005), isso se dá através de uma forma equivocada de considerar o problema da inflação, como resultado da demanda ou do excesso de gastos. Isso é inaceitável frente ao crescimento per capita, praticamente nulo, do consumo das famílias e do governo. “Manter a inflação em níveis baixos pela via da contração recorrente de gastos públicos e privados é a receita para o subdesenvolvimento permanente” (*idem*, 2005, p.16). Os fatores que têm determinado a inflação no Brasil são: “mecanismo de correção de tarifas públicas, gargalos existentes no aparelho produtivo e abuso do poder econômico” (*idem*, 2005, p.15).

Em síntese, a política econômica do governo Lula atende aos princípios neoliberais ao favorecer o capital financeiro em detrimento do desenvolvimento econômico interno do país. Um último dado resume a intensidade dessa integração política à atual fase histórica do sistema capitalista: o “governo federal, estados, municípios, Presidência, Banco Central e as empresas estatais gastaram com juros 68,75% mais do que no mesmo período de 2002 (R\$ 60,69 bilhões ou 7,17% do PIB), ou pouco mais de 30 vezes o orçamento do programa Fome Zero (R\$ 1,7 bilhões)”, o “carro-chefe” da campanha eleitoral do governo Lula. (COGGIOLA, 2004, p.61).

Entretanto, não se atendo somente à política macroeconômica, a reforma da previdência, já aprovada, também evidencia o caráter neoliberal do governo. A

necessidade da reforma da previdência se baseou nos argumentos de que o sistema previdenciário mantinha-se com déficit, uma vez que a arrecadação dos salários não conseguia financiar o sistema em períodos de recessão, e de que a reforma possibilitaria um crescimento do país com o aumento da poupança interna.

Sob esses argumentos, no segundo ano de mandato do governo FHC, foi enviada ao Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº. 20 que alterava alguns pontos da previdência para os trabalhadores do setor privado. Essas alterações resultaram no aumento do período de cálculo do benefício e introduziu o “fator previdenciário”, ou seja, a expectativa média de vida passou a ser considerada no cálculo através da inserção da idade do contribuinte. Também, fixou-se um teto de benefícios que poderia ser complementado com uma previdência privada.

Não se contentando com as mudanças realizadas pelo governo anterior, o governo atual intensificou essas primeiras alterações, ampliando-as ao funcionalismo público. O Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº.40, afirmava em seu Art.40 que a “União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, por iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para seus servidores, na forma da lei, observado o disposto no ART.202” (BRASIL, 2003a *apud* COGGIOLA, 2004, p.70).

Em outras palavras, a PEC nº.40 propunha a privatização de parte da previdência dos servidores públicos com o discurso de acabar com os “privilégios” existentes no funcionalismo público em contrapartida aos trabalhadores de empresas privadas. Consequentemente, o governo consegue gerar um conflito no seio da própria classe trabalhadora, o que dificulta sua união e organização em busca de seus interesses de classe. Além dessa consequência, o objetivo da reforma da previdência é “aumentar a taxa de lucro capitalista, baixar o salário e formar, com a ‘poupança compulsória’ dos

trabalhadores, entre 20% e 25% dos salários, uma imensa massa de fundos especulativos” (COGGIOLA, 2004, p.64).

Segundo Soares (2004), a natureza do regime previdenciário, com a privatização parcial, deixa de ser solidária e passa a se resumir em uma relação entre poupador e o fundo. O trabalhador passa a correr o risco inerente ao mercado financeiro, já que o regime funciona por meio de um sistema de capitalização, ou seja, o contribuinte não sabe ao certo quanto receberá futuramente, estando a mercê da instabilidade do mercado financeiro. Ainda para Soares (2004, p.14),

[a] fragmentação resultante da existência de inúmeros fundos – tanto mais sólidos quanto mais fortes e com maior poder de pressão forem às categorias ou sindicatos de trabalhadores que os possuem – representa um retrocesso histórico, com o retorno ao tempo das antigas “caixas”. O regime de repartição é historicamente mais avançado do que o de capitalização.

Além de favorecer o mercado financeiro e de reduzir a previdência pública em uma questão de sorte e não de solidariedade e de direito, a reforma da previdência ocasionou um maior enfraquecimento do aparato estatal e de sua capacidade de executar e disponibilizar com maior eficiência os serviços públicos, uma vez que, prejudica o servidor público. Em nenhum momento houve uma discussão em torno das reais razões do déficit do sistema de previdência, que seriam: o alto índice de desemprego, o crescente trabalho informal e as sonegações de impostos, além dos recursos retidos no Tesouro Nacional para o pagamento de juros da dívida.

A ação governamental do atual governo, de acordo com Boito (2003) é caracterizada por um novo tipo de populismo, o populismo regressivo, que aumenta as desigualdades sociais e reforça a dependência econômica do país.

[O] populismo regressivo dos governos neoliberais, sugere que pretende eliminar a corrupção, as vantagens e os altos rendimentos da cúpula da burocracia de Estado, (...) para, na realidade, designar como inimigo um setor das próprias classes trabalhadoras, o funcionalismo público. (...) É um populismo que não incomoda o imperialismo; ao contrário, é orientado e tutelado pelas agências do capitalismo financeiro internacional (BOITO,

Esse populismo regressivo se explicita quando analisamos a reforma da previdência e a política macroeconômica, que privilegiam o capital financeiro e evidenciam o caráter neoliberal do governo. No entanto, é importante perceber que o fenômeno do “continuísmo” é reflexo de um momento histórico do sistema capitalista e que, portanto, essa hegemonia neoliberal transcende o nível dos partidos políticos. Como Boito (2003) salienta, a hegemonia neoliberal atua sobre as próprias classes sociais, fazendo com que parte delas, ou por interesses próprios, no caso da classe média, ou tomadas pela ilusão e esperança nas promessas neoliberais, acabam por apoiar e alimentar o neoliberalismo.

Depois de argumentado o pressuposto dessa pesquisa, ou seja, o caráter neoliberal do governo cabe, ao longo do trabalho, explicar com base nas teorias de Immanuel Wallerstein e Florestan Fernandes as raízes desse “continuísmo”, as fontes existentes para uma mudança social significativa em um país subdesenvolvido caracterizado por um capitalismo especificamente dependente e, qual o papel do Estado nesse processo. Contudo, antes de se mergulhar neste “profundo mar teórico”, se abordará, no próximo capítulo, a atuação das Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), sua influência nas decisões políticas do Estado brasileiro e as consequências geradas em toda a América Latina. Isso implicará um movimento de transição da análise do micro – a situação específica brasileira – ao macrosocial – ultrapassando o nível de abordagem anterior. Esta última apresentará ainda limitações que se pretende sanar no capítulo teórico dessa dissertação.

Capítulo II

Quem de fato Governa o País? A Verdadeira Função das Instituições Financeiras

Multilaterais

Frente à afirmação de que o governo Lula tem dado “continuidade” às políticas neoliberais iniciadas na década de 1990 no Brasil, é impossível não abordar as Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) que possuem, no atual cenário econômico mundial, grande importância na propagação dessas políticas, influenciando de maneira direta ou indireta os governos dos países devedores. Apesar de haver tentativas argumentativas contrárias, percebe-se de forma clara a perda de soberania dos Estados e a submissão à cartilha neoliberal defendida pelas IFMs, que em última instância estão a cargo dos interesses imperialistas estadunidenses.

É necessário perceber que a atuação das IFMs neste momento histórico da economia mundial faz parte de um processo de complexificação e intensificação da dominação imperialista e do sistema capitalista mundial. O atual padrão de imperialismo necessita de uma estrutura organizacional própria para manter a dominação em todos os aspectos da vida social das sociedades dependentes:

É tão grande e variada a massa de decisões sumamente complexas que ele precisa erguer tecno-estruturas, que exigem pessoal técnico e científico altamente treinado. As decisões não são só internalizadas, elas devem contar com extenso número dos talentos das nações centrais, capacitados para tratar dos negócios, do governo à mídia (FERNANDES, 1995, p.155).

A necessidade de tecno-estruturas para manter a relação imperialista evidencia a valorização da técnica em detrimento da política. Nos países subdesenvolvidos, as decisões são tomadas de acordo com o conhecimento técnico defendido e gerado pelas IFMs e centros acadêmicos e de pesquisa situados no centro do sistema, dando pouca ou

nenhuma importância à execução de um projeto político próprio. Ao invés do conhecimento tecnológico estar a serviço das decisões políticas, são as decisões políticas que atendem ao conhecimento tecnológico. Assim, há uma produção externa de pesquisas cujos resultados irão conduzir às políticas desses países.

Contudo, a dominação imperialista não ocorre somente de fora para dentro, mas também no interior da sociedade brasileira:

[A] dominação econômica, sócio-cultural e política inerente ao imperialismo torna-se uma dominação total, que opera a partir de dentro dos países neocoloniais e dependentes e, ao mesmo tempo, afeta em profundidade todos os aspectos de sua vida econômica, sócio-cultural e política (FERNANDES, 1995, p.139).

A relação imperialista é desenvolvida e mantida de acordo com a maneira como a sociedade nacional absorve esta relação e de como as classes interagem e lutam entre si para preservá-la ou extingui-la. Esta relação só é possível com a cumplicidade de grupos ou classes nacionais que possibilitam sua reprodução no interior da sociedade nacional. Essa consideração traz para a situação analisada a existência da possibilidade de resistência e conseqüentemente de uma ruptura, mesmo que difícil e dolorosa, contrapondo-se, dessa forma, a uma abordagem determinista e estruturalista. Apesar da forte pressão externa que os países subdesenvolvidos como o Brasil sofrem, reside nesta própria relação de dominação a germinação do seu contrário, ou seja, a dialética se faz presente.

No entanto, neste capítulo será abordada a pressão externa exercida pelas IFMs que comprimem a soberania nacional e diminuem o raio de ação dos governos dos países devedores, bem como as conseqüências sócio-econômicas geradas pelas políticas implementadas que respondem a essa relação de dominação. Como essa pressão externa é absorvida na sociedade brasileira, poderá ser explicada somente após a análise teórica

dos trabalhos desenvolvidos por Florestan Fernandes, situando-se no próximo capítulo dessa dissertação.

Assim, esse capítulo abordará o surgimento das IFMs - especificamente o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - as mudanças ocorridas em seu caráter e em sua atuação no sistema capitalista mundial, a relação histórica do governo brasileiro com essas instituições e as consequências dessas políticas para o Brasil e para a América Latina.

3.1 Surgimento, Desenvolvimento e Transformações das Instituições Financeiras Multilaterais

As Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) são organizações constituídas por meio da associação de governos nacionais, tendo como objetivo financiar projetos de “desenvolvimento” dos países membros. As primeiras IFMs fundadas foram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Desenvolvimento (BIRD), atualmente conhecido como Banco Mundial (BM). Criadas em 1º de julho de 1944, na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas de Bretton Woods, na cidade de New Hampshire – EUA, tinham como objetivo reformar o sistema econômico global que ficou abalado com a Grande Depressão de 1929 e com a II Guerra Mundial.

Já o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) surge em 8 de abril de 1959 pela iniciativa da América Latina, com a ratificação dos países latino-americanos, do Caribe e a adesão dos Estados Unidos. Com o Plano Marshall em 1947, os latino-americanos esperavam que os Estados Unidos investissem na região, porém após perceber que isto não ocorreria, decidiram criar o seu próprio banco de fomento para o desenvolvimento regional. Dessa forma, “o BID emerge como instrumento principal de

auto-afirmação regional latino-americana, assim no campo econômico, como no campo financeiro” (GUESSER, 2003, p.19).

Contudo, apesar de o BID surgir com o objetivo de auto-afirmação e, até mesmo, maior independência, pouco conseguiu concretizar no sentido de diminuição da relação de dominação a que são submetidos os países da América Latina, sendo isto expressivo em sua constituição. Atualmente 46 países participam do BID, sendo que, 26 são da América Latina e Caribe como mutuários, com 50% de subscrição do capital; 15 países europeus e Israel, não mutuários com 11% do capital; Estados Unidos, Japão e Canadá como não mutuários, possuindo respectivamente 30%, 5% e 4% da subscrição do capital. Essa constituição demonstra a forte intervenção e poder dos Estados Unidos, que possui 30% do capital subscrito, superando qualquer outro país pertencente ao BID e ocupando o cargo de vice-presidência do banco.

Com o passar dos anos, o BID passou a agir coerentemente com as políticas defendidas pelo FMI e pelo BM. Nos anos de 1960 o BID apoiava investimentos em infraestrutura de serviços públicos como saúde e educação. Porém, a partir dos anos de 1980, “o foco em expansão de infraestrutura física de serviços sociais (...) foi abandonado em favor de uma preocupação com a ‘qualidade’ dos serviços” (FARO; SAID, 2005, p.174). Os empréstimos vêm acompanhados por componentes de reformas, que correspondem aos princípios neoliberais de privatizações e livre-mercado.

Consequentemente, o BID apóia a integração regional, tornando-se, assim, um ator regional a favor da ALCA³² com a promoção de projetos em infraestrutura física

³²Área de Livre Comércio das Américas, idealizada pelos Estados Unidos em dezembro de 1994 na Cúpula das Américas realizada em Miami. Tal projeto visa unir as economias da América pela insenção de barreiras alfandegárias. O processo de negociação tinha como prazo pré-fixado até janeiro de 2005 para entrar em vigor já em dezembro de 2005, porém esse cronograma não conseguiu ser cumprido, sendo que o projeto levanta uma série de descontentamentos para os países latino-americanos o que vêm dificultando as negociações.

como a Integração da Infraestrutura Regional na América do Sul (IIRSA)³³ e o Plan Puebla Panamá³⁴. As estratégias de integração defendidas pelo BID são baseadas na visão do que vem sendo chamado de “novo regionalismo”.

O “novo regionalismo” é o processo de integração iniciado na década de 1990, como uma reação às conseqüências geradas pela globalização. Os Estados integrados procuram obter maior proteção e segurança econômica. Ao caracterizar-se pela formação de áreas de livre comércio e integração monetária, o Estado abandona políticas intervencionistas e estatizantes e adota a ideologia neoliberal. Assim, “descarta as possibilidades de desenvolvimento de políticas nacionais autônomas ou a prevalência de um justo equilíbrio de interesses no processo de integração” (FARO; SAID, 2005, p.179).

Buscando-se um entendimento mais ampliado e conectado ao desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema mundial, aceita-se a proposta de Castro e Farias (2005) sobre o entendimento das IFMs enquanto resultado de um longo processo de expansão do mercado financeiro que surge no século XIV com o aumento do comércio de longa distância na Europa. Até a II Guerra Mundial as decisões sobre movimentações financeiras e gestão eram de caráter privado, porém o período entre o final do século

³³ Projeto que busca impulsionar o processo de integração política, social e econômica dos países sul-americanos tendo como ação primária a modernização da infraestrutura regional (transporte, energia e telecomunicações). Tal iniciativa surgiu na Reunião dos Presidentes da América do Sul em agosto de 2000 na cidade de Brasília. Em 16 de dezembro foi realizada em Foz do Iguaçu – PR a terceira consulta sobre a IIRSA com a participação da Rede Brasil que demonstrou preocupação com a forma “fechada” com que os projetos vêm sendo elaborados, sem uma participação efetiva da sociedade civil. Também outro ponto levantado refere-se aos prováveis impactos ambientais gerados pelo projeto que necessitam de maior atenção e debate.

³⁴ O Plan Puebla Panamá é uma proposta de oito países mesoamericanos para fortalecer a integração regional e impulsionar os projetos de desenvolvimento econômico e social nos estados do Sul e Suldeste do México e Istmo Centroamericano. Alguns projetos que compõe o Plan Puebla Panamá vêm sendo denunciados como o do istmo de Tehuantepec. Este consiste na instalação de fábricas montadoras por meio de um eixo auto-estrada e uma via ferroviária de alta velocidade, o que aumentaria a importância das zonas petrolíferas e da indústria petroquímica de Salina Cruz e Coatzacoalcos. Além disso, se promove o investimento de empresas de papel e florestais no mono cultivo de eucaliptos, pinho e outras árvores de rápido crescimento, o que significa uma ameaça a terra e água dos bosques, pois poderia com essa super exploração, causar erosão e perda da biodiversidade. Essas ações vêm a destruir a economia e a vida no campo e o meio-ambiente da região. Os movimentos contra tal proposta argumentam que os projetos visam possibilitar novas oportunidades de lucro privado e pouco se atenta para as reais necessidades da população local.

XIX e início do século XX caracterizou-se por uma gestão financeira cosmopolita, na qual o sistema de gestão monetária era gerido por poderosas famílias financistas, como os famosos Rotschild³⁵.

Foi então “na segunda metade do século XX, após a Guerra de 1939, que, pela primeira vez na história, se adotou um sistema de regras públicas com objetivo de disciplinar, por meios que incluíam a atuação de instituições supranacionais, as relações financeiras entre as diversas economias nacionais” (CASTRO e FARIAS, 2005 p.47). A partir desse processo de organização e controle das relações financeiras, a atividade das IFMs cresce de maneira surpreendente, chegando ao ponto de interferir de forma indireta e direta nas políticas dos governos devedores.

Para Guesser (2003, p.15), o surgimento das IFMs deveu-se muito mais à “necessidade histórica de reorganizar as estruturas de poder hegemônico, com bases na economia internacional, que ao desejo de desenvolvimento equilibrado” entre os países. Assim, até os anos de 1970 o FMI tinha como objetivo presidir o regime internacional de câmbio fixo do sistema dólar-ouro e possibilitar, assim, a manutenção de paridades estáveis entre as moedas.

A paridade entre o dólar e o ouro durou até 1971 quando foi decretado, pelo presidente americano Richard Nixon, a inconvertibilidade devido à incapacidade de sustentar a taxa de câmbio. Com isso, tanto o FMI quanto o BM tiveram suas funções redefinidas no cenário mundial. A partir de 1979, passaram a agir em defesa da

³⁵ Os Rotschild eram cinco irmãos que atuavam como financistas nas principais cidades européias no século XIX. Sua ascensão ocorreu no ano de 1815 após uma operação financeira especulativa, quando ao saberem da derrota de Napoleão Bonaparte em Waterloo antes do governo Britânico, venderam todos os títulos ingleses. Outros especuladores acharam que a venda dos títulos ingleses significava a vitória de Napoleão e, por isso adquiriram os títulos. Após a informação sobre a derrota ter se espalhado, os Rotschild tornaram a comprar todos os títulos por preços irrisórios. Tal operação multiplicou a fortuna da família. O poder dos Rotschild na economia mundial do século XIX é visível até mesmo na política e economia brasileira. Em 1825 o Império do Brasil contraiu seu primeiro empréstimo com Nathan Mayer Rotschild, um dos cinco irmãos que atuava em Londres, como parte das negociações do reconhecimento da independência brasileira por Portugal e Inglaterra. Em 1867 os Rotschild juntamente com o Barão de Mauá construíram a primeira estação ferroviária na cidade de São Paulo. A ferrovia ligava Jundiaí a Santos, atravessando São Paulo de norte a sul em uma extensão de 139 km.

ideologia neoliberal, necessária para manter as estruturas de poder na economia mundial frente ao momento de crise de pagamentos dos países devedores.

Aproveitando-se da fragilidade desses países no período da crise da dívida externa dos anos de 1980, as IFMs ganharam novo fôlego com as exigências por reformas estruturais aos seus devedores, com a retórica de retomar o crescimento desses últimos. Em 1982 o FMI passou a fazer parte da “linha de frente” da gestão da crise juntamente com o Banco Central norte-americano (Federal Reserve) e, em 1985, com a Secretaria do Tesouro dos EUA.

Devido a essa crise, ocorreu um grande fluxo financeiro dos devedores aos credores (bancos comerciais), mantendo a saúde desses últimos preservada. O FMI passou a só realizar novos acordos após acordos prévios com credores. Os países endividados ficaram em difícil situação, com economia estagnada e dívidas que não se reduziam, tornando-se vulneráveis as reformas defendidas pelas IFMs.

Em 1985, a Secretaria do Tesouro dos EUA lança o Plano Baker³⁶. O objetivo do Plano era fazer com que os devedores retomassem o crescimento e, para tanto, era necessário ajuste estrutural através de privatizações e liberalização comercial. O Banco Mundial passou a atuar como financiador para determinadas reformas. Assim, “a virada da década assiste ao dismantelamento, na América Latina, do modelo de desenvolvimento do pós-guerra e a consagração do neoliberalismo em substituição a este último” (CASTRO e FARIAS, 2005 p.52).

Logo, a partir dos anos de 1980, o objetivo do FMI passou a ser “a realização de empréstimos aos países afetados por problemas de balança de pagamentos a fim de restabelecer as *condições necessárias* para um crescimento econômico sustentável” (FREITAS, 2004, 133, *grifo nosso*). No entanto, esses empréstimos somente eram

³⁶ Em homenagem ao Secretário do Tesouro dos Estados Unidos James Baker.

disponibilizados mediante “acordo” que determinavam as condições que o país deve cumprir ao recebê-lo.

Já a função do Banco Mundial voltou-se de maneira mais intensa para o setor social, ajudando a integrar os países na economia mundial e a “promover” um crescimento econômico em longo prazo visando à redução da pobreza dos países em desenvolvimento. Contudo, esse deslocamento para área social não se deu de maneira desinteressada, motivada por uma preocupação com o crescimento da pobreza mundial. Esse deslocamento para o social correspondeu a uma estratégia política, a qual possibilitou ao BM exercer a atividade de articulador político entre os países, atuando de forma complementar com o FMI. Nesse sentido,

[a] diferença entre o FMI e o Banco Mundial é que este outorga empréstimos para reforma de políticas e para projetos que devem diminuir os efeitos sociais dos programas de ajustes do FMI. O FMI, por sua vez, intervém no âmbito econômico-financeiro, concedendo empréstimos aos países-membros que têm problemas de curto prazo para cumprir com as obrigações relativas aos pagamentos externos (FREITAS, 2004, p.134).

A questão social, mais especificamente a pobreza, passou a ser usada de maneira a camuflar o principal objetivo da atuação das IFMs – a intervenção na política macroeconômica dos países devedores. Isto é evidenciado quando se percebe a ligação entre o Plano Estratégico de Redução da Pobreza (PERP), preparado de forma conjunta por funcionários do BM e do FMI, com as “condicionalidades” exigidas aos empréstimos cedidos por este último. As políticas sociais e a política econômica elaboradas pelas IFMs andam *pari passu*, uma vez que, as políticas sociais servem para reafirmar e fortalecer a política econômica “sugerida” pelo FMI, legitimando-a por meio do discurso contra a pobreza. As políticas sociais não passam de um paliativo e uma justificativa para as conseqüências geradas pela política econômica.

Essa coerência, entre as políticas macroeconômicas defendidas pelo FMI e as políticas sociais do PERP, é baseada na relação que se estabelece entre a pobreza e o crescimento econômico. Para o BM é a escassez de recursos que promove a pobreza e, por isso, há a necessidade de crescimento econômico. A pobreza não é um problema distributivo, mas de melhor utilização dos recursos produtivos. Logo,

a pobreza, (...), aparece como uma espécie de memória discursiva das finalidades institucionais, pois em qualquer iniciativa, o combate à pobreza apresenta-se como justificativa para as medidas a serem adotadas. Ora, isto transforma a pobreza no grande sustentáculo discursivo da legitimidade procurada pelo Banco, sendo associada a qualquer tipo de investimento ou serviço técnico de assessoria a órgãos de governo e empresas. (...) a pobreza transforma-se em alvo, absorvendo a seletividade sócio-espacial dos investimentos que concretamente constitui o núcleo das metas do curto prazo do Banco. Trata-se, aqui, da aplicação da fórmula do combate à pobreza. Afinal, combate pressupõe alvos, como indica o teor estratégico-militar do termo (FREITAS, 2004, p.198).

E ainda,

quando se impõem no discurso a ‘urgência’, deixa de existir um espaço significativo para discussão sobre os conteúdos do conceito. Assim, a urgência traz a necessidade da existência de recursos financeiros dos organismos internacionais tanto para pagar benefícios dos programas e honorários dos profissionais que os avaliam e os administram como para atender as demandas decorrentes de momentos políticos significativos (*idem*, 2004, p.202).

A pobreza é apresentada como o alvo, um alvo de urgência inquestionável, que sustenta a legitimidade do discurso produzido pelas IFMs e, assim, justifica as políticas neoliberais impostas aos países devedores. As políticas neoliberais vão diretamente de encontro com as políticas de combate à pobreza, constituindo uma relação contraditória que possibilita o alcance dos interesses imperialistas e do grande capital financeiro.

A partir do início da década de 1990, com o Governo Collor, assiste-se no país ao início do condicionamento da política brasileira aos preceitos neoliberais defendidos pelo Consenso de Washington³⁷. A política externa passou a caracterizar-se pela

³⁷ Termo que surgiu no meio acadêmico, criado pelo economista John Williamson após uma reunião de intelectuais em 1989, promovido pelo Institute for Economy em Washington com o objetivo de discutir as reformas necessárias para que a América Latina retomasse o crescimento econômico.

liberalização comercial e por programas de privatizações, com a justificativa de aumentar a eficiência dos serviços públicos e promover a modernização, democratização e competitividade da economia.

Desde então, as IFMs têm influenciado, de forma indireta e direta, as políticas econômicas e sociais do país. Os documentos de estratégias - CAS (Country Assistance Strategy) emitido pelo BIRD e CP (Country Paper) emitido pelo BID (Banco Inter-Americano de Desenvolvimento) – são elaborados por meio de um processo de planejamento que se dá de forma fechada, sem a participação da sociedade civil e do parlamento.

Atualmente, as IFMs têm atuado de forma mais direta através do Empréstimo de Assistência Técnica (EAT), que no último acordo com o Brasil, assinado em julho de 2004, somou US\$ 12 milhões para gastos nos ministérios. Este empréstimo é destinado a cobrir despesas com:

montagem e custeio do funcionamento de “redes gerenciais” de consultores técnicos, que trabalharão dentro dos ministérios do governo brasileiro, enquanto são teleguiados e pagos com recursos do BM. Assim, o EAT serve como um instrumento crucial para assegurar, mediante a operação de redes gerenciais especializadas, e fiéis a critérios muitas vezes duvidosos, que as reformas “compradas” pelo BM serão eficazmente implementadas (CASTRO, 2005, p.140).

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda é a unidade de coordenação geral do programa. “A partir da SPE do Ministério da Fazenda, os tentáculos da rede gerencial se espalham pela máquina do governo” (*idem*, 2005, p.140). Esta nova estratégia do FMI, caracterizada pela internalização de suas políticas nos países pela intensificação do diálogo com parlamentares e “formação” de seus representantes dentro dos ministérios, é uma forma de intervenção direta nas políticas públicas dos governos dos países devedores.

Antes de sua realização dentro do próprio governo, em seus ministérios, a chamada “assistência técnica”, como enfatiza Wallerstein (2002), já havia surgido no

período de desaquecimento da economia da década de 1970. Neste mesmo período iniciou a fase B do ciclo de Kondratieff³⁸, na qual ocorre grande fluxo de capital para o setor financeiro em detrimento do produtivo. A “assistência técnica” era oferecida aos países que não conseguiam se desenvolver devido à permanência de uma cultura e tradição ultrapassadas que necessitavam ser substituídas por valores modernos.

Cabe observar, no entanto, a que o termo “assistência técnica”, traz implicitamente:

Supunha-se que a palavra técnica ressaltava duas características essenciais: a assistência se justificaria cientificamente a si mesma, e seria desinteressada. ‘Técnica’ queria dizer ‘meramente técnica’, o que implicitamente significava ‘apolítica’ (WALLERSTEIN, 2002, p.170).

Sendo apolítica, desinteressada e fundamentada no conhecimento técnico científico, essa intervenção é entendida como inquestionável.

Vale questionar ainda a defesa pela chamada “coerência” entre as políticas financeiras do FMI e as políticas comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC)³⁹ e da ALCA. Por meio do discurso da coerência, as IFMs conseguem agir em concerto, o que aumenta ainda mais seu poder de intervenção nos governos. Conseqüentemente,

³⁸ Refere-se a Nikolai D. Kondratieff, economista marxista russo, que em 1926 foi o primeiro a defender a tese da existência de longos ciclos econômicos que caracterizavam períodos do desenvolvimento do capitalismo. O ciclo de Kondratieff, com duração de 50 a 60 anos, é um ciclo econômico que explica os períodos de crescimento e depreciação da economia. É formado por duas fases: a fase “A” caracterizada pelo crescimento econômico, predomínio de monopólios, invenções técnico-científicas e concentração de capital no setor produtivo e; a fase “B”, que ao contrário, caracteriza-se pela desaceleração do crescimento econômico, com o capital concentrando-se nas atividades financeiras. Para Kondratieff, a ocorrência dessas variações era resultado de causas endógenas ao próprio sistema capitalista, através de modificações técnicas, guerras e revoluções e assimilação de novos países dentro da economia mundial. Essas variações no sistema capitalista acabam por atingir, não só a esfera econômica, mas também as esferas política e social. Posteriormente, a teoria dos ciclos de longa duração foi retomada pelo economista austríaco Joseph Schumpeter por volta da década de 1930, pelo historiador francês Fernand Braudel na década de 1970, e mais recentemente por Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, entre outros, que explicam o desenvolvimento do sistema capitalista e as sucessões hegemônicas que ocorreram ao longo de toda sua existência.

³⁹ A OMC é uma organização internacional criada em janeiro de 1995 como resultado das negociações da Rodada Uruguai (1986-1993) do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). Tem como objetivo facilitar a aplicação das regras de comércio internacional já acordadas internacionalmente e servir de foro para negociações de novas regras ou temas relacionados ao comércio.

a função dos parlamentos vem sendo substituída por um controle externo estabelecido pelas IFMs (...). O resultado é que são geradas pressões dos governos sobre os parlamentos que se dão a partir de exigências das IFMs, e não em função da representação democrática da vontade popular (CASTRO, 2005, p.62).

Neste sentido, quem de fato governa a sociedade brasileira? O governo ou as IFMs? A realidade atual parece mostrar que, neste momento histórico do sistema capitalista, a função das IFMs é, em última instância, solapar a autonomia e a soberania estatais, interferindo das mais diversas formas nas políticas e projetos dos governos devedores. E essa não constitui uma situação unicamente brasileira, mas sim de vários países subdesenvolvidos do sistema. Como pontua Guesser (2003),

as IFMs possuem uma importância que extrapola a do valor dos recursos e dos projetos que financiam. Temos percebido que, além de agentes financeiros, os BMDs têm atuado no país como uma ‘inteligência auxiliar’ do governo. As IFMs atuam na elaboração de projetos e programas que irão, mais tarde, influenciar ou determinar muitos dos ajustes estruturais, da aplicação e eleição das políticas públicas a serem implementadas e até no gerenciamento econômico do país (GUESSER, 2003, p.68).

Ao tornar-se devedor das IFMs, o governo entra em um círculo vicioso fundamentado na

estabilidade monetária como elemento de governabilidade, que por sua vez, numa condição estrutural da grande dívida, vai depender da disponibilidade de capital externo a ser aplicado no país. Este elemento de crédito, por sua vez, está sempre dependendo de avaliações e orientações positivas das IFMs (GUESSER, 2003, p.90).

Dessa maneira, a dívida externa explicita a dependência econômica e política histórica-estrutural de certos Estados ao longo do desenvolvimento do sistema capitalista, não sendo, no entanto, a única causa da falta de autonomia desses Estados.

Assim, o que parece realmente novo nesse contexto não é a situação de dependência econômica ou política de alguns Estados, mas os novos atores (FMI, BIRD, BID) que legalmente não representam um Estado, por serem multilaterais, mas que, visivelmente, estão a serviço do imperialismo estadunidense e, para além disso, do capitalismo. Também nova é a sua atual forma de atuação que foi se moldando e se

intensificando com o tempo por meio de objetivos como equilibrar as contas públicas e financiar projetos de desenvolvimento para países membros. Ambos os objetivos são realizados pela intervenção direta nos ministérios públicos e pelo uso do discurso falacioso sobre o combate à pobreza, fundamentais para permanência do *status quo* do sistema capitalista.

3.2 A Histórica Relação do Brasil com o Fundo Monetário Internacional

A relação histórica do Brasil com o FMI pode ser caracterizada por certa instabilidade, com momentos de recuo e afastamento do governo brasileiro, outros momentos de uma intensa integração entre ambos. Porém, foi a partir dos anos de 1990 que houve um estreitamento dos laços entre o Brasil e o FMI, o que veio a ocasionar total dependência do governo brasileiro com relação aos empréstimos e exigências deste último.

Essa relação de dependência inicia-se em maio de 1944, quando o Brasil recebe o convite do Presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt para participar da conferência que discutiria a reconstrução econômica do pós-guerra e a criação das IFMs para esse fim. Representando o Brasil, o ministro da fazenda Arthur de Souza Costa do governo Vargas propôs a estabilidade nos preços dos produtos de base para proporcionar um aquecimento da economia nos países em desenvolvimento. No entanto, tal proposta não alcançou eco nos debates. A conferência não fazia distinção entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Este problema não se colocava, pois o objetivo era a reconstrução dos países em guerra, ou seja, potências européias, e esta reorganização econômica deveria ser resolvida pelos EUA e Grã Bretanha.

O primeiro empréstimo solicitado pelo Brasil não foi ao FMI, mas ao BM em 1949, que somava US\$ 75 milhões para um projeto de energia elétrica à base térmica. O Brasil somente procurou o FMI em 1954, de maneira indireta, quando pediu empréstimo ao Banco Norte Americano Eximbank, buscando aval do FMI. Esta foi a primeira intervenção técnica do Fundo na política macroeconômica do país. Mas, após quatro anos, o Brasil negocia o primeiro empréstimo com o Fundo do tipo stand-by⁴⁰, no valor de US\$ 200 milhões com a implementação de medidas acordadas.

Mal havendo negociado esse primeiro empréstimo com o FMI, o governo brasileiro em 1959, com Juscelino Kubitschek na presidência, rompe o acordo do ano anterior. Para alguns cientistas políticos, como Almeida (2005), foi a partir desse acontecimento que acontece o que nomeia como “demonização do FMI”. Para esse autor, a ruptura realizada não foi devido à busca de uma independência econômica brasileira, mas outras motivações de cunho político-demagógico que impulsionara Juscelino:

Na verdade, Juscelino, já comprometido com o projeto de construção de Brasília pela via fácil (e altamente irresponsável) das emissões inflacionistas não pretendia submeter-se a nenhum tipo de controle de gastos (menos ainda de elaboração orçamentária normal). O fato é que as ‘explicações’ dadas por JK para justificar o rompimento do acordo stand-by com o Fundo – o atendimento das exigências teria redundado, por exemplo, no ‘aniquilamento’ do País, ele teria de ‘abrir mão de Plano de Metas’ e deixaria o povo ‘passando fome’ – passaram a integrar a demonologia da esquerda brasileira em relação ao FMI – logo identificado com ‘fome e miséria internacional’ – praticamente até os dias de hoje, constituindo um caso único de auto-engano coletivo cultivado de maneira persistente durante décadas a fio (ALMEIDA, 2005, p.6).

No entanto, tal argumentação não se apresenta realista no que diz respeito ao processo de “demonização do FMI” como um auto-engano coletivo. É possível que nesta primeira ruptura, tenha iniciado um processo de contestação da atuação e das políticas defendidas pelo FMI, como também, é possível que o maior interesse de

⁴⁰ Tipo de empréstimo com duração de 12 a 24 meses, destinado a corrigir desequilíbrios no setor externo, sendo que seu desembolso depende do desempenho econômico segundo metas pré-estabelecidas.

Juscelino Kubitschek tenha sido a construção de Brasília e não a diminuição da pobreza no país. Porém, são facilmente comprovadas as consequências negativas geradas pelas políticas e reformas exigidas pelo FMI, intensificadas a partir dos anos de 1980 na América Latina, abordadas em seguida neste capítulo.

Justificando a ruptura, Juscelino Kubitschek declarou em 1959 que,

Os quatro itens que consubstanciam as exigências do Fundo constituíam, sem qualquer dúvida, a súpula de um programa, tendo como objetivo a aniquilação do Brasil. Pretendia-se paralisar o país. (...) Num beco sem saída estaria, sim, se houvesse se submetido às imposições do Fundo, pois teria de abrir mão do Programa de Metas; deixaria o povo passando fome, não construiria Brasília, nem realizaria a industrialização do país (KUBITSCHKEK, *apud* CARNEIRO, 2003, p.9).

Nesta época, o capitalismo ainda não fazia uso da ideologia neoliberal nos países subdesenvolvidos, mas já se percebia condicionalidades que inibiam o crescimento autônomo e independente das economias desses.

No período do regime militar o país volta a manter “boas” relações com o FMI, assinando acordos do tipo stand-by ano a ano, de 1965 a 1972, com o BIRD e com a Agência Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID). O interessante de se observar é que, tais empréstimos não eram necessários do ponto de vista da balança de pagamentos, mas serviam como um “selo de qualidade” das políticas econômicas.

Nos anos de 1970 ocorreram duas crises mundiais de petróleo, a primeira em 1973 e a segunda em 1979. Nesse período o Brasil recorria ao euromercado que possuía uma quantidade significativa de petrodólares. O FMI foi pouco solicitado neste período, sendo procurado somente em 1979, quando a situação brasileira encontrava-se bastante agravada, para aprovar vários empréstimos bancários comerciais a fim de corrigir déficits. Em 1982, é obtido um empréstimo no valor de US\$ 4,4 bilhões, dividido em quatro parcelas, sendo que somente duas foram sacadas. Já em 1983, um novo

empréstimo é realizado do tipo Extended Fund Facility⁴¹ (EFF) no valor de US\$ 5,7 bilhões, porém o Brasil não consegue cumprir as metas de política econômica estabelecidas em consequência do aumento da dívida de US\$ 6 bilhões em 1982 para US\$ 7 bilhões em 1983.

Esse novo empréstimo é realizado no momento de grande turbulência do mercado financeiro mundial, ocasionada pela crise da dívida externa dos anos de 1980 dos países devedores. Nesta década ocorreram várias visitas de missões técnicas do Fundo, que estabelecia novas metas ou condicionalidades, como a desindexação dos salários e metas para redução da inflação. Frente a essa nova onda de intervenção na política econômica, o Brasil se posiciona contra esse nível de envolvimento estrutural, iniciando mais uma ruptura com o FMI.

Em 1985 é decretado, pelo governo Sarney, a suspensão do pagamento dos juros. Para o presidente, “as fórmulas do FMI para o Brasil simplesmente não funcionam. Elas nos conduziram a mais dramática recessão em toda nossa história” (SARNEY *apud* ALMEIDA, 2005, p.11). Em 1987, foi inevitável a moratória parcial que destinava ao serviço da dívida 30% do total dos pagamentos de juros. A dívida brasileira alcançava as cifras de US\$ 121 bilhões e as reservas caíram de US\$ 9,5 bilhões em 1985 para US\$ 4 bilhões em 1987.

O governo Sarney opôs-se à intervenção do Fundo na política econômica do país. Manteve altas taxas alfandegárias e aprovou a Constituição Federal de 1988, que concede à União o monopólio da exploração e refino do petróleo, a exploração do subsolo brasileiro, o serviço de telecomunicação e a estabilidade ao funcionalismo público. Após esse período de resistência, de 1985 a 1989, o país foi entregue aos

⁴¹ Tipo de crédito de duração de três anos programado para lidar com desequilíbrios externos.

interesses imperialistas e do capital financeiro, realizando as políticas defendidas pelo Consenso de Washington.

Dessa maneira, em 1990, o Brasil foi o último país da América Latina a aderir ao receituário neoliberal. O governo de Fernando Collor de Melo tentou negociar um novo empréstimo que foi vetado pelo grupo consultivo de 22 bancos, que exigiam o pagamento dos serviços atrasados que somavam US\$ 8 bilhões. Ainda em 1992, o governo tentou mais um novo acordo com uma carta de intenções formulada pelo Ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira. Esta carta propunha o comprometimento do país durante 20 meses com ajuste fiscal que direcionava 65% dos recursos federais para pagamento da dívida. No entanto, devido ao impeachment, foi adiada a liberação do empréstimo. Mesmo não obtendo sucesso nas novas negociações, o governo Collor iniciou o processo de conversão à política do FMI através do Programa Nacional de Desestatização em 1991.

Com a sucessão de Itamar Franco à Presidência da República, as políticas neoliberais seguem de forma menos intensa, ocasionando, no entanto, em junho de 1993, cortes orçamentários de 50% nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento regional. Também em 1994 ocorre a suspensão oficial da moratória parcial decretada no governo Sarney.

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso, o país intensifica sua conversão neoliberal. A era de FHC é marcada por reformas constitucionais que retiraram o monopólio da Petrobrás e a exploração dos serviços de telecomunicações assegurados na Constituição de 1988; recorde do déficit na balança comercial; abertura do mercado; valorização artificial do Real pelo aumento da reserva de dólares gerada por especuladores atraídos pelos juros altos; privatização da Companhia do Vale do Rio

Doce e Telebrás; cortes nos gastos públicos; aumento de impostos e superávit primário. A dívida interna do país chegou a R\$ 80 bilhões em 1994 e R\$ 400 bilhões em 1999.

No ano de 1998 ocorreu a moratória da Rússia e o sistema financeiro internacional entrou em colapso. Frente à ameaça de outros países seguirem o posicionamento russo com relação à dívida, os especuladores financeiros retiraram massas consideráveis de recursos dos mercados e os capitais de empréstimos e crédito comercial tornam-se repentinamente escassos. As reservas brasileiras passaram de US\$ 72 bilhões antes da crise russa para menos de US\$ 40 bilhões em novembro de 1998.

Nesse contexto, o país assinou novo acordo em novembro de 1998 que contabilizou US\$ 41,5 bilhões, parcelados da seguinte maneira: em novembro o país receberia US\$ 9 bilhões; em janeiro de 1999, mais US\$ 9 bilhões e durante o ano de 1999 o país receberia o restante de US\$ 23,5 bilhões.

Esse empréstimo exigia algumas condicionalidades que deveriam ser executadas até o ano de 2001, tais como: não restringir as importações; prestar contas ao FMI, a fim de que este verificasse se houve progressos; e conter o déficit público e a arrecadação que deveria superar os gastos em 2,6%. Frente a essas condicionalidades, vários ministérios tiveram cortes no orçamento. O Ministério do Planejamento diminuiu em 54,4% seu orçamento, o Ministério do Meio Ambiente em 47,4%, o da Saúde teve queda de 6,6% e o da Educação em 12,3%.

Em abril de 2002 o Brasil consegue pagar antecipadamente cerca de US\$ 4,2 bilhões de juros da dívida. Já em meados de 2002, com a crise da Argentina e a crise financeira brasileira ocasionada pelo declínio da paridade real/dólar, o Brasil saca US\$ 10 bilhões e decide negociar em pleno período eleitoral um novo acordo. Em 7 de agosto de 2002, o país toma mais um empréstimo de US\$ 30 bilhões, sendo que US\$ 6

bilhões poderiam ser utilizados ainda em 2002. Em troca, o Brasil se compromete em manter superávit primário de 3,75% do PIB em 2003.

3.3 Consequências das Políticas Neoliberais no Brasil e na América Latina

Até este momento da pesquisa, pouco se tem de concreto sobre os resultados das políticas neoliberais nos países em desenvolvimento. Por isso, se faz necessário, após abordar o surgimento das IFMs e a histórica relação entre o Brasil e o FMI, trazer dados que evidenciam o caráter destrutivo de tais políticas para os países que as adotam. Não se trata, como afirmou Almeida (2005), de uma “demonização do FMI,” que teve início com a primeira ruptura desta relação ocorrida no país com Juscelino Kubitschek, mas sim de uma constatação empírica do desenvolvimento econômico e social no Brasil e na América Latina no período posterior à implementação dessas políticas.

Antes de se explicitar tal situação com dados empíricos, é importante considerar os processos conseguintes à prática neoliberal, bem como o estágio de conversão que o país se encontra. Segundo Soares (2001), o Brasil está na fase de “medidas corretivas” que combina,

as já conhecidas políticas ortodoxas no campo econômico com propostas ditas de “reforma do Estado”, aliadas a programas de “alívio” para a pobreza, tratando de enquadrar-se (ao menos na retórica) do chamado “Ajuste com Rosto Humano” proposto por alguns organismos internacionais como o PNUD³, ou na “humanização da globalização” conforme declaração recente de ex-diretor do FMI (SOARES, 2001, p.172).

Esse conjunto de “medidas corretivas” concretiza a interferência total das IFMs ao atingir o plano econômico, político e social, sendo este último, apresentado como justificativa para a ação neoliberal. Com essa intervenção ampliada, torna-se mais concreta a perda de autonomia estatal e o enfraquecimento do Estado a partir de

reformas que têm como objetivo diminuir a intervenção estatal no campo econômico, resumindo-o, apenas, a garantidor do *status quo* do sistema ou revelando a real razão de existência do Estado no sistema capitalista.

De acordo com Sallum (2001), esse enfraquecimento do Estado iniciou-se nos anos de 1970 com o fim do sistema de Bretton Woods⁴² que mantinha a paridade dólar/ouro. Surge então uma nova organização do capitalismo mundial na qual uma nova ideologia se faz necessária. Como consequência do novo “consenso” estabelecido – a necessidade de uma extremada liberalização do mercado - intensifica-se a internalização dos mercados financeiros com a expansão dos investimentos diretos no comércio internacional e aumenta-se o volume das corporações transnacionais voltadas ao mercado mundial.

Logo, “a emergente forma de desregulamentação/regulação experimentada no mundo atual vem reduzindo muito o poder de determinação das instituições ancoradas no plano nacional” (*idem*, 2001, p.319). O Estado acaba perdendo espaço político para empresas transnacionais e instituições multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), FMI e BM, e para associações regionais ou supranacionais como Nafta, Mercosul e União Européia.

Esse enfraquecimento da soberania estatal neste atual momento histórico do capitalismo não ocorre pela perda de território, mas sim sua capacidade de controle das atividades desenvolvidas dentro de suas fronteiras. Esse processo resulta não somente de determinações externas, mas também de mudanças internas do aparelho estatal. O Estado, como toda instituição social, tende a mudar internamente de acordo com as transformações ambientais em busca do alcance de uma maior eficácia:

⁴² Aqui se refere a um determinado ordenamento monetário que vigorou durante uma fase circunscrita da história econômica mundial (1946-1973), qual seja, o esquema de paridades cambiais fixas (mas ajustáveis), baseado no padrão ouro-dólar. Porém, o conceito também pode referir-se, de modo geral, às políticas econômicas aplicadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Certos ramos do aparelho de Estado tendem a enfraquecer-se ou desaparecer, outros a fortalecer-se e alguns novos podem surgir. Mais ainda: é possível que os órgãos suprimidos da organização estatal dêem lugar a outros sistemas de regulação privados ou públicos paraestatais ou não estatais (*idem*, 2001, p.320).

Uma outra transformação do Estado abordada por Sallum (2001) diz respeito à sua mudança de orientação. Aos poucos, os Estados passam a se integrar no jogo competitivo do mercado, buscando maior participação no mercado mundial, a fim de aumentar a riqueza e a segurança econômica. Com essa reorientação não há mais espaços para discussão de um plano nacional de desenvolvimento econômico, pois a questão central passa a ser como se integrar nesse capitalismo transnacionalizado. A integração apresenta-se como recomendável, incontestável e necessária a todos os Estados que desejam um crescimento econômico.

As reformas realizadas de acordo com o modelo neoliberal constituem basicamente em “cortes quantitativos e lineares do funcionalismo público e a alterações nos mecanismos de gestão dos serviços públicos, o que vem provocando modificações importantes no caráter público dos serviços sociais - com a sua concomitante privatização e/ou mercantilização” (SOARES, 2001, p.178). Ocorre, dessa forma, um desaparecimento da função social do Estado e uma conseguinte ampliação do mercado e das possibilidades de lucro privado pela incorporação de setores que antes possuíam caráter público.

Um outro processo que vem ocorrendo é a centralização da gestão econômica e a pulverização da gestão social. Tal pulverização ocorre nos programas “alternativos” de combate à pobreza, focalizados e emergenciais, que trazem o tipo de solução *ad hoc*, acompanhados pelo processo de descentralização que responsabiliza os municípios pela sua realização. Esse processo é nomeado por Soares (2001, p.177) “descentralização destrutiva”, pois, “de um lado se tem o desmonte de Políticas Sociais existentes -

sobretudo aquelas de âmbito nacional - sem deixar nada em substituição; e de outro se delega aos Municípios as competências sem os recursos correspondentes e/ou necessários”, resultando no agravamento da distribuição de serviços sociais, tais como saneamento, educação e saúde.

Além dessas mudanças realizadas na gestão social que dificultam ainda mais a obtenção de resultados significativos, a descentralização das políticas sociais acaba intensificando características da arcaica cultura política brasileira, uma vez que, transfere o poder dessas políticas da esfera estatal ou federal para o local, fortalecendo grupos de poder tradicionais e elites locais.

Baixo os argumentos de que o cidadão vive no “município” e de que o controle e a participação social se realizariam plenamente se os serviços fossem geridos pelo “poder local”, a descentralização de programas sociais tem provocado um enorme reforço do “caciquismo” ou do “coronelismo” local, expressões que no Brasil significam o reforço de esquemas tradicionais de poder das elites locais (SOARES, 2001, p.177).

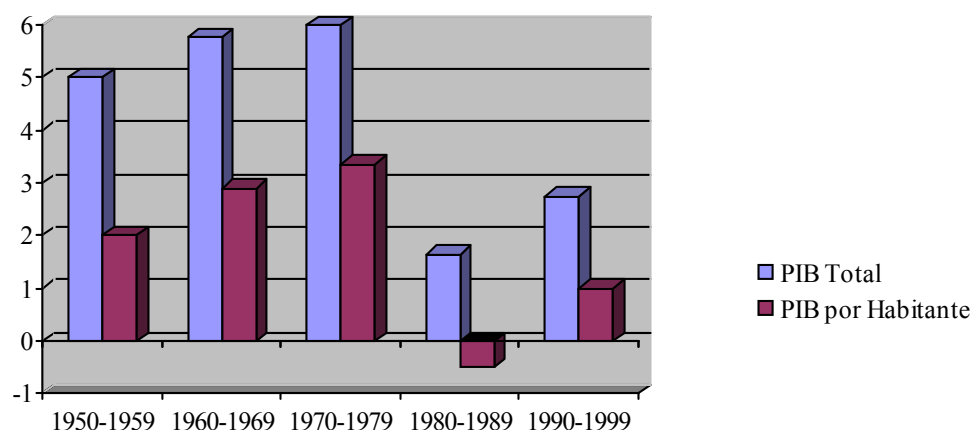
Também, com relação às políticas sociais, Soares (2001) chama atenção para um retrocesso prático e conceitual. Essas deixam de constituir um direito de cidadania, e passam a ser focalizadas e destinadas a diferentes grupos. Juntamente com esse retrocesso, ocorre uma modernização no que diz respeito aos termos utilizados para apresentar a solução do problema social como dependendo, especificamente, da união e do trabalho daqueles que dela necessitam. Assim, ocorre uma transferência de responsabilidade do Estado para a população, ao exigir dessa última o esforço por uma solução para os problemas sociais gerados pelas políticas neoliberais e inerentes ao próprio sistema capitalista:

[A]o invés de evoluirmos para um conceito de Política Social como constitutiva do direito de cidadania, retrocedemos à uma concepção focalista, emergencial e parcial, onde a população pobre tem que dar conta dos seus próprios problemas. Esta concepção vem devidamente encoberta por nomes supostamente “modernos” como “participação comunitária”, “auto-gestão”, “solidariedade”, onde a solução dos problemas dos pobres se resume ao “mutirão” (SOARES, 2001, p.181).

Tendo em vista esses processos ocasionados pela orientação neoliberal do governo, segue-se com dados empíricos sobre a situação social do país e da América Latina após a implementação das políticas defendidas pelo Consenso de Washington que exemplificam determinado processo. Calcagno (2001) apresenta dados sobre o crescimento econômico da América Latina no período de 1950 a 1999 e observa que nos anos de 1990 a região obteve crescimento inferior a 3%, porém superior ao dos anos 80.

Contudo ao se considerar o período de 1950 a 1980, percebe-se que esta taxa de crescimento é inferior a todo o crescimento deste período, constatando-se que a década de 1990 constituiu um período de recuperação econômica que, embora tenha ocasionado melhora nas taxas de lucro, não retomou aos níveis do início da década de 1980. Essa recuperação deveu-se ao grande volume de recursos externos que totalizaram uma média anual de US\$ 20 milhões de dólares entre 1991 a 1998. O gráfico abaixo demonstra o crescimento do período.

Gráfico 1: Crescimento do Produto Interno Bruto por Habitante na América Latina (1950-1999)



Fonte: CEPAL, 1999 in Calcagno (2001).

Mediante a análise de dados sobre o desemprego pode-se perceber em que direção esse crescimento econômico aponta ou qual setor da economia ele beneficia. O desemprego urbano da região cresceu em média de 5,8% de 1990-1991 para 8,7% em 1999⁴³. No Brasil, segundo dados do IBGE, a taxa de desemprego tem mantido a média entre 7 e 8%, atingindo, em janeiro de 1999, 7,6%, a segunda maior taxa desde janeiro de 1984 que foi de 7,5%⁴⁴.

Outro dado que evidencia os países que não se beneficiam com essa ligeira recuperação é a redução da renda registrada no período da década de 1990, tanto no Brasil quanto na América Latina. Os salários reais registrados nesse período na América Latina não conseguiram recuperar-se da queda sofrida nos anos de 1980. O salário mínimo e o salário agrícola, durante a década de 1990, tiveram redução respectivamente de 33 e 28%. Já os salários industriais e da construção civil registraram queda de 13 e 14%⁴⁵. No Brasil, o IBGE indicou que a renda média dos trabalhadores brasileiros caiu 8% nos anos de 1990, sendo que só no ano de 2000 a redução foi de 5,5%⁴⁶.

Além da crescente taxa de desemprego e redução da renda dos trabalhadores, houve um aumento do trabalho informal em toda região. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1995), de cada 100 novas ocupações geradas entre 1990 a 1994, 81 se concentraram no setor informal e na microempresa. Em 1995 esta cifra aumentou para 84 e em 1996 para 85. No Brasil, o trabalho informal cresceu 62% na década de 1990, das 433 mil novas ocupações, 78% eram trabalhos sem carteira assinada⁴⁷.

⁴³ CEPAL, 1999. Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe, 1999.

⁴⁴ Pesquisa Mensal de Emprego-PME/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, dez/1999.

⁴⁵ Organização Internacional do Trabalho, 1995. Panorama Laboral nº 2 .

⁴⁶ Pesquisa Mensal de Emprego-PME/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, dez/1999.

⁴⁷ *Ídem*.

Juntamente com a deterioração do mundo do trabalho, ocorre o aumento da pobreza e da indigência em todo território Latino-Americano. Os quadros abaixo mostram o aumento expressivo de pobres e indigentes, tanto do meio urbano quanto do meio rural, no período de 1980 a 1997 na América Latina.

Quadro 1: População Pobre e Indigente na América Latina (1980-1997) .

| | Pobres | | | Indigentes | | |
|------|---------------|---------------|--------------|-------------------|---------------|--------------|
| | Total | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural |
| 1980 | 135.900 | 62.900 | 73.000 | 62.400 | 22.500 | 39.900 |
| 1990 | 200.200 | 121.700 | 78.500 | 93.400 | 45.000 | 48.400 |
| 1994 | 201.500 | 125.900 | 75.600 | 91.600 | 44.300 | 47.400 |
| 1997 | 204.000 | 125.800 | 78.200 | 89.800 | 42.700 | 47.000 |

Fonte: CEPAL. Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe, 1999.

Quadro 2: Magnitude da Pobreza e Indigência em porcentagem na América Latina (1980-1997) .

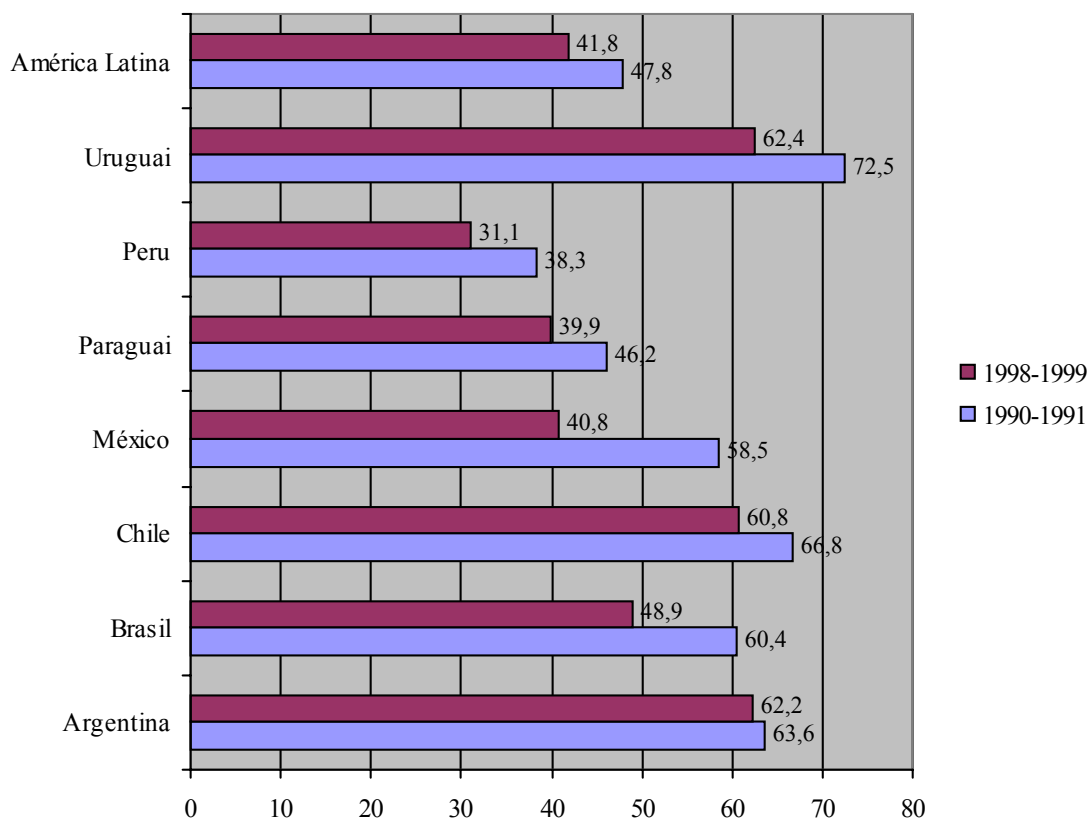
| | Pobres | | | Indigentes | | |
|------|---------------|---------------|--------------|-------------------|---------------|--------------|
| | Total | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural |
| 1980 | 35 | 25 | 54 | 12 | 9 | 28 |
| 1990 | 41 | 36 | 58 | 18 | 12 | 34 |
| 1994 | 38 | 52 | 56 | 16 | 11 | 34 |
| 1997 | 36 | 30 | 54 | 15 | 10 | 31 |

Fonte: CEPAL. Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe, 1999.

Outro dado importante que evidencia o crescente descaso com o social a partir das práticas neoliberais na América Latina é a diminuição do gasto público social

registrado no período de 1990-1991 e 1998-1999, no qual o Brasil registrou uma das maiores quedas, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 2: Gasto Público Social como porcentagem do Gasto Público Total (1990 -1991 e 1998 – 1999).



Fonte: Cepal (2001), Panorama Social de América Latina 2000-2001⁴⁸.

Focando-se a análise no caso brasileiro e nos indicadores econômicos do período entre 1995 a 2002, isto é, período em que os dois governos de Fernando Henrique Cardoso realizaram uma conversão total ao modelo neoliberal, percebe-se o aprofundamento da dependência externa do país como mostra Filgueiras (2004). Esse período pode ser analisado dividindo-o em dois momentos distintos: até 1998 quando encerra o primeiro mandato de FHC com o real supervalorizado; e a partir de 1999, quando ocorre a crise monetária e a adoção do câmbio flexível e metas inflacionárias.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/>. Acesso em: 24.01.06.

O quadro abaixo demonstra que houve no primeiro momento (1994-1998) uma queda expressiva da inflação que, no entanto, foi acompanhada por um saldo negativo da conta de Transações Correntes, que significa maior dependência à capitais externos para o pagamento aos credores com a necessidade de taxas de juros elevadas para melhor atrair investidores estrangeiros. Tais números também colocam em “xeque” a idéia de que a inflação é o grande “dragão” dos países subdesenvolvidos que impede o crescimento econômico e, por isso há a necessidade de implementar políticas de fundo neoliberal com o objetivo de diminuição da mesma.

Quadro 3: Inflação e Transações Correntes no Brasil (1994 – 2001)

| ANO | INFLAÇÃO IGP / FGV (%) | BALANÇA COMERCIAL (US\$ bilhões) | BALANÇO DE SERVIÇOS (US\$ bilhões) | TRANSAÇÕES CORRENTES (US\$ bilhões) |
|------|------------------------------|--|--|---|
| 1994 | 2.406,8 | 10,5 | -14,7 | -1,7 |
| 1995 | 67,5 | -3,4 | -18,6 | -18,0 |
| 1996 | 9,3 | -5,6 | -21,7 | -23,1 |
| 1997 | 7,5 | -8,4 | -27,3 | -33,4 |
| 1998 | 1,7 | -6,6 | -30,4 | -35,2 |
| 1999 | 20,0 | -1,3 | -25,8 | -25,4 |
| 2000 | 9,9 | -0,7 | -25,5 | -24,6 |
| 2001 | 10,4 | 2,5 | -27,5 | -23,2 |

Fonte: Getúlio Vargas e Banco Central *in* Filgueiras, 2004.

Como observado acima, em 1998 a Balança Comercial e a Balança de Serviços alcançam o déficit de US\$ 6,6 bilhões e US\$ 30,4 bilhões, respectivamente, havendo a inflação, diminuído de 2.406,8 pontos percentuais em 1994 para 1,7% em 1998. O quadro abaixo explicita o aumento da dependência externa comparando o saldo das Transações Correntes nos períodos pré-real e pós-real.

Quadro 4: Transações Correntes Pré e Pós Plano Real (1990 – 2002)

| ANO | PRÉ-REAL 1990/1994 | PÓS-REAL 1995/1998 | PÓS-CRISE 1999/2002-FEV | PÓS-REAL 1995/2002-FEV |
|------------|-----------------------|-----------------------|----------------------------|---------------------------|
| BAL. COM. | 60,3 | -23,7 | 1,1 | -21,2 |
| BAL. SERV. | -70,6 | -97,0 | -81,7 | -175,8 |
| TRANSF. | -3,3 | 11,0 | 5,1 | 15,9 |
| SALDO | -13,6 | -109,7 | -75,5 | -181,0 |

Fonte: Getúlio Vargas e Banco Central *in* Filgueiras, 2004.

O resultado da adesão neoliberal se faz presente no baixo crescimento econômico, embora houvesse queda da taxa inflacionária, no aumento da dependência do capital estrangeiro e no alto índice de desemprego. A dívida externa do país sobe de US\$ 148,3 bilhões em 1994 para US\$ 228,6 bilhões em 2001. A taxa de desemprego registrou alta de aproximadamente 5% no período, enquanto que o PIB diminuiu aproximadamente 4,5 %, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 5: Dívida Externa, Dívida do Setor Público, PIB e Desemprego (1994 – 2001)

| ANO | DÍVIDA EXTERNA (US\$ bilhões) | DÍVIDA LÍQUIDA DO S. P. (% do PIB) | CRESCIMENTO DO PIB (%) | TAXA DE DESEMPREGO (%) |
|------|-------------------------------------|--|------------------------------|------------------------------|
| 1994 | 148,3 | 29,2 | 5,9 | 14,3 |
| 1995 | 159,3 | 30,6 | 4,2 | 13,2 |
| 1996 | 179,9 | 33,3 | 2,6 | 15,2 |
| 1997 | 200,0 | 34,5 | 3,6 | 15,7 |
| 1998 | 235,1 | 42,4 | -0,2 | 18,3 |
| 1999 | 241,5 | 46,9 | 0,8 | 19,3 |
| 2000 | 236,1 | 53,1 | 4,5 | 17,5 |
| 2001 | 228,6 | 53,1 | 1,51 | 19,0 |

Fonte: Getúlio Vargas e Banco Central *in* Filgueiras, 2004.

Para Filgueiras (2004, p.6), a ligeira melhora nas contas da Balança Comercial e das Transações Correntes no ano de 1999, deveu-se “muito mais pela redução das

importações, em virtude do baixo crescimento econômico, do que por um maior dinamismo das exportações”. Isto é evidente quando se analisa os dados da exportação e da importação no ano de 1999. Segundo dados da Receita da Fazenda, a exportação em 1999 alcançou a soma de US\$ 47.973 milhões que significa um crescimento 6,15% menor do que no ano de 1998. Já a importação registrou o total de US\$ 49.212 milhões, ou seja, 14,75% menor que em 1998.

O reconhecimento desta preocupante realidade social de miséria e pauperização não é novidade nem mesmo para as instituições que apóiam e defendem as políticas de caráter neoliberal. Porém, a maneira como encaram tais dados é de forma tal que reafirmam a necessidade de permanecer com essas políticas para se alcançar, “um belo dia”, o tão esperado “desenvolvimento sustentável”. A pobreza registrada passa a ser sintoma temporário do remédio aplicado, retoricamente, contra esse mesmo mal. Também consideram que a causa desse problema é os “nossos males [que] variam desde a nossa incompetência para executar de forma ‘adequada’ os ajustes e as reformas ‘necessárias’ até a nossa ‘fragilidade’ política marcada pela ‘corrupção’” (SOARES, 2002, p.2).

Ao aceitar essas formas de encarar a crescente pobreza, o Brasil e a América Latina estão andando em círculos, ou seja, repetem o percurso que agrava a questão social com a justificativa de banir os resultados gerados nesse mesmo percurso. A cada novo círculo completado, mais profundo fica o buraco aberto no solo. E isso se deve à predominância do econômico à política. A busca por soluções reside basicamente em fundamentos econômicos, puramente técnicos, e a política sofre uma adequação a esses fundamentos. A própria economia passa a ser resumida a uma técnica com definições monocausais dos diagnósticos, inexistindo espaço para discussão de alternativas e uma visão da economia como uma opção em termos de política.

Assim, em um período no qual a política perde seu espaço para a economia, como ciência puramente técnica, a esperança e a possibilidade de mudança social desaparecem, uma vez que, a mudança reside no político, a economia enquanto técnica promove apenas intensificação, aceleração e manutenção de determinada condição. A ruptura com o retrato social que acabou de ser revelado, só se faz presente com a política de contraposição à atual ordem social capitalista.

Dito isto, o próximo capítulo abordará a relação Estado e capitalismo por meio das teorias de Fernandes e Wallerstein, a fim de analisar a validade da política institucional no processo de resistência, contraposição e superação do capitalismo frente às limitações históricas e estruturais da instituição Estado e, mais especificamente, do Estado brasileiro.

Capítulo III

Fernandes e Wallerstein: Abordagem Macrosocial como Fonte para Compreensão da Relação Histórica entre o Estado e o Capitalismo

Esse capítulo constitui-se na busca de uma compreensão totalizante do fenômeno da “continuidade” do governo Lula, a partir de abordagens macrosociais que explicam o funcionamento e desenvolvimento do sistema capitalista e trazem elementos explicativos para a relação Estado e capitalismo, relação esta considerada o fio que tece o problema em análise. O que se pretende neste capítulo é distanciar-se das análises conjunturais e a-históricas que não conseguem abarcar a complexidade em que o problema está envolto e suas raízes históricas.

Assim, percebe-se a necessidade de compreender o porquê desta “continuidade” por meio da compreensão deste fenômeno como manifestação de um longo e profundo processo que ocorre mundialmente, pois a experiência brasileira não é única no desenvolvimento do sistema capitalista. Para isto, é necessária uma análise que busque, na própria história, tanto o entendimento dos acontecimentos presentes ao ultrapassar os espaços nacionais e situar a análise no espaço do sistema mundial capitalista, quanto à compreensão das especificidades da sociedade brasileira no processo de inserção do capitalismo no país e seu desenvolvimento.

Recupera-se, portanto, as teorias desenvolvidas por Florestan Fernandes e Immanuel Wallerstein que colaboram para a construção de uma análise macrosocial do fenômeno escolhido. Apesar das muitas e importantes divergências teóricas encontradas entre os dois cientistas, considera-se, para efeito dessa pesquisa, a existência de uma complementaridade teórica no que diz respeito ao espaço onde emergem suas teorias.

Enquanto Fernandes aborda o desenvolvimento do capitalismo no espaço

nacional, Wallerstein vai analisar o desenvolvimento do capitalismo no espaço mundial. Tal diferença apresenta-se como complementaridade no momento em que nela encontram-se elementos analíticos tanto do sistema capitalista atuante no Brasil, como do sistema capitalista enquanto sistema mundial. Isso não significa que se considera, neste trabalho, a existência de dois ou vários capitalismoos, mas que um único sistema incorpora variações específicas para enfrentar condições diferentes para seu desenvolvimento. Como esclarece Fernandes (1981a, p.222):

Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica.

Essas variações são o que permite a existência do próprio capitalismo enquanto sistema histórico mundial, uma vez que, possibilita a permanência e a manutenção de sua essência: a desigualdade.

Logo, a utilização dos trabalhos de Fernandes e Wallerstein possibilita obter uma rica combinação na qual se aborda a totalidade sem perder a especificidade da sociedade brasileira e do capitalismo aqui desenvolvido.

Já as divergências teóricas encontradas são importantes, não para compreensão do por que do “continuismo”, mas sim para o debate em torno das possibilidades de mudança social significativa, dos meios e da participação do Estado nesse processo, abordado no capítulo conclusivo. Cabe enfatizar que a questão central da pesquisa não é contrapor os estudos de Fernandes e Wallerstein, mas sim buscar elementos explicativos para o fenômeno da “continuidade” neoliberal no governo Lula. A discussão teórica a seguir terá como eixo condutor a relação entre o Estado, mais especificamente o Estado de um país subdesenvolvido, e o capitalismo.

4.1 Análise da Especificidade da Sociedade Brasileira e sua inserção no Mercado Mundial

Os trabalhos de Florestan Fernandes trazem uma compreensão e entendimento da realidade específica da sociedade brasileira no processo de inserção no mercado mundial e na modernidade⁴⁹. A forma pela qual se desenvolve o capitalismo e a revolução burguesa neste país possibilitou um quadro próprio que ocasionou resultados diferentes dos países europeus. Assim, sua obra é de extrema importância e relevância para o tema em questão, uma vez que, possibilita ver nas raízes históricas dessa sociedade as razões e dificuldades de ruptura estrutural com a relação de dependência e subordinação aos países hegemônicos.

Antes de iniciar a discussão teórica é importante entender como se constrói a análise na obra de Fernandes. Esta é permeada o tempo todo por dois níveis: o estrutural e o histórico. Segundo Silveira (1978), Florestan Fernandes entende por estrutura a:

configuração mais profunda da sociedade brasileira, a um tempo *capitalista* – e como tal implicando nas contradições fundamentais do MPC – e *dependente* – nesse caso imbricada na maneira pela qual se expande o capitalismo, em particular, com os laços que se estendem necessariamente a partir das nações capitalistas hegemônicas (SILVEIRA, 1978, p.186).

As estruturas que configuram a sociedade brasileira são irradiadas a partir das nações hegemônicas, de suas relações e interesses que acabam por determinar uma configuração social diferente nas nações periféricas. Essa configuração só é possível pela incorporação, aceitação e manutenção da sociedade brasileira, como mostra Fernandes ao trabalhar com o nível histórico, afastando-se do patamar abstrato e do

⁴⁹ Termo bastante polêmico por estar carregado de uma conotação positiva de progresso da humanidade criticada por pensadores como Friedrich Nietzsche que denunciou os malefícios da ideologia da modernidade. O termo, neste trabalho, é usado na acepção de um período histórico que se diferenciou do período medieval pela exacerbação da razão em contraposição à tradição. Neste período o conhecimento científico adquire importância sem igual na história da humanidade, resultando no desenvolvimento de técnicas, na evolução acelerada das forças produtivas e da edificação política do Estado Moderno, tendo como referência filosófica os valores do humanismo e da razão.

determinismo externo da análise estrutural. Dessa maneira, a história passa a ser o lugar privilegiado para análise, pois é nela que a estrutura se efetiva e onde existe a possibilidade histórica de sua não realização.

A análise no nível histórico busca compreender “de que maneira os agentes sociais – classes, frações de classe etc. – vivenciam aquela condição estrutural; de que maneira esta estrutura é fortalecida, vitalizada, ou, ao contrário é solapada, subvertida” (SILVEIRA, 1978, p.188).

Além do nível estrutural e histórico, a análise de Florestan sintetiza duas correntes da tradição sociológica no Brasil: o modelo dualista e o modelo de dependência. O modelo dualista considera que “a principal característica da sociedade brasileira (...) [é] a coexistência de realidades contrastantes e conflitantes, uma moderna e uma tradicional – uma dicotomia apresentada como uma oposição entre urbano e rural, capitalismo e feudalismo, ou ainda burguesia e aristocracia” (COSTA, 1978, p.177).

Já o modelo de dependência considera que o “crescimento econômico e a acumulação de capital não deram origem a uma melhor distribuição de riquezas, mas sim a uma crescente concentração de renda nas mãos das elites” (*idem*, 1978, p.179). Também, aponta para a estreita relação entre a burguesia brasileira e as burguesias estrangeiras e o uso do aparato estatal para seus benefícios comuns.

Mediante uma abordagem histórica-estrutural que sintetiza a dualidade da sociedade brasileira e seu caráter dependente, Florestan percebe que a revolução burguesa ocorrida nesta sociedade é “tipo específico de dominação burguesa, que não faz história através da revolução nacional e de sua aceleração. Mas, ao contrário, pelo caminho inverso, de sua contenção e esvaziamento” (FERNANDES, 1995, p.126). Esse é o ponto de partida, é a fonte de explicação para a dinâmica econômica e sócio-política

brasileira. A partir da análise desse tipo específico de revolução burguesa é que se inicia a compreensão e entendimento da sociedade brasileira incorporada ao mercado mundial e às transformações da modernidade.

Para Fernandes (1981a, p.203) o conceito de revolução burguesa “denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial”. Essas transformações possibilitaram uma transição *parcial* do Brasil arcaico para o Brasil moderno, uma vez que, as mesmas não foram fortes o suficiente para romper definitivamente com relações e características do velho regime.

A permanência de relações arcaizantes deve-se à debilidade na qual nasce o poder burguês pelo fato da burguesia não constituir um grupo coeso e forte social e economicamente. A transição se inaugurava ainda sob a hegemonia oligárquica, obrigando a burguesia a realizar primeiramente um pacto político ao conceber o Estado como centro dessa unificação, com a ausência de bases sócio-econômicas fortes:

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócio-econômica no que Weber entendia como “poder político indireto” (FERNANDES, 1981a, p.204).

Nessas condições a oligarquia não perdeu sua base de poder, apenas o revitalizou, modernizando-se e aproveitando as novas oportunidades trazidas pelo processo de modernização. A oligarquia foi o agente principal dessa transição:

Só ela dispunha de poder em toda a extensão da sociedade brasileira: o desenvolvimento desigual não afetava o controle oligárquico do poder, apenas estimulava a sua universalização. Além disso, só ela podia oferecer (...) a maior segurança possível na passagem do mundo pré-capitalista para o mundo capitalista, prevenindo a “desordem da economia”, a “dissolução da propriedade” ou o “desgoverno da sociedade” (*idem*, p.210).

Logo, a burguesia compõe forças com a oligarquia para tirar vantagens da

heterogeneidade da sociedade brasileira, isto é, tanto das zonas mais desenvolvidas quanto das zonas escravistas. A burguesia “não assume o papel de *paladina da civilização* ou de *instrumento da modernidade*” (*idem*, p.204). Pelo contrário, busca manter as zonas retrógradas, baseadas no escravismo, como meio seguro e estável de acumulação de capital. Além dos interesses muitas vezes convergentes com a oligarquia, a burguesia se identifica com a herança cultural oligárquica e reproduz um “estranhado conservantismo sociocultural e político”.

Consequentemente, a revolução burguesa torna-se uma contra-revolução ao nível político, uma vez que, separa o econômico e o político e impossibilita, dessa maneira, o alcance de uma verdadeira democracia burguesa. Tudo “se passa como se o capitalismo fosse aceito segmentarmente, como *forma econômica*, e repudiado como um estilo de vida, isto é, em suas formas *jurídico-políticas e societárias*” (*idem*, 1975, p.82).

[A] dissociação dos dois processos (o desenvolvimento ao nível econômico e ao nível político) permitiu, como se pode verificar claramente, continuar a revolução burguesa em um plano (acelerando-se o ritmo do crescimento econômico e da transição para o industrialismo), enquanto se promovia a contra-revolução pura e simples no plano político (transformação do Estado representativo autoritário em um Estado policial–militar ultra-repressivo) (*idem*, 1995, p.128).

A revolução contra-revolucionária foi viabilizada pela composição de forças que não ocorriam somente no ambiente interno, mas também externamente com as burguesias das nações hegemônicas. O processo de transição do Brasil arcaico para o Brasil moderno foi conduzido externamente e possibilitado internamente. “A convergência de interesses burgueses internos e externos fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política” (*idem*, 1981a, p.207). A burguesia brasileira não possuía como orientação os interesses da Nação ou um projeto nacional de desenvolvimento, mas sim os seus interesses particulares e de seus aliados, no caso a

oligarquia e as burguesias internacionais.

Esse tipo específico de revolução burguesa, dotada de “moderado espírito modernizador”, altamente reacionária e autocrática, só pode ser compreendida ao se considerar o processo de desenvolvimento e o tipo de capitalismo aqui constituído. Pois, “a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da ‘revolução nacional e democrática’, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe” (FERNANDES, 1981a, p.214). Por isso, é fundamental abordar as três fases ou períodos que constituem esse processo de desenvolvimento capitalista no país, buscando apreender suas características e o fio que as conduzem e que intensificam o caráter contra-revolucionário da revolução burguesa.

A primeira fase desse processo (1808-1860) é a de emergência e expansão do mercado capitalista moderno com a abertura dos portos brasileiros⁵⁰ às “nações amigas” frente à ameaça de Napoleão Bonaparte a Portugal. Neste período, pode-se observar três ocorrências: 1. o enlace da economia interna com o mercado mundial e com o mercado hegemônico da Inglaterra, que ocasionou uma importação de dinamismos externos para um crescimento acelerado; 2. o enlace do mercado capitalista moderno à cidade e à população, que promoveu uma absorção de estilo urbano de vida e potencialidades de crescimento no mercado interno; 3. o enlace do mercado capitalista moderno com o sistema de produção escravo, possibilitando que a cidade monopolize a administração do excedente econômico da produção escravista.

A diferença existente entre essa nova fase, chamada de neocolonial por Fernandes, e o período colonial é o fato da “cidade sai[r] do marasmo econômico e passa[r], com vigor crescente, a satelitizar tanto o fluxo e crescimento do comércio

⁵⁰ Contrariando o Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte em 1806, Portugal realiza um acordo com a Inglaterra o qual consistia na abertura dos portos ao mercado inglês em troca de proteção contra possível invasão francesa. Assim, em 28 de janeiro de 1808, o comércio do Brasil ficava aberto para outros países, sem a intermediação de Portugal.

interno quanto à produção escravista em geral” (1981a, p.226). O crescimento econômico acelerado e importado do mercado externo, ainda tem como base de sustentação a produção escravista. O setor agrário não possuía base material para romper com o sistema de produção escravo e os grupos econômicos viam nas oportunidades do mercado capitalista moderno o padrão de desenvolvimento capitalista ideal.

A segunda fase refere-se à emergência e expansão do capitalismo competitivo (1860-1950). Neste período, o Brasil tornou-se atraente aos mercados externos pelas suas reservas de recursos e potencialidades lucrativas. As nações industrializadas passaram a exercer um controle externo buscando adequar o comércio interno aos interesses econômicos e políticos da nação capitalista hegemônica:

O controle indireto das relações comerciais já não era suficiente. Era preciso ir mais longe, implantando, pelo menos na parte mais rica e avançada na periferia, controles econômicos que pudessem operar através do desenvolvimento institucional da livre empresa, em todos os níveis do comércio e, progressivamente, do movimento bancário e da produção que o fluxo comercial-financeiro exigisse (FERNANDES, 1981a, p.232).

Esse processo de modernização (constituição de infra-estruturas e instituições para reformular a satelitização nos novos moldes do mercado capitalista mundial) ocorria como se fossem transformações puramente internas, como um processo endógeno e espontâneo da sociedade brasileira. Em sua forma aparente, esse processo era resultante das decisões exclusivas dos agentes econômicos nativos que desencadearia a passagem gradual da dependência para o desenvolvimento autônomo e auto-sustentado. No entanto, esse desenvolvimento era induzido externamente e condicionado a uma teia de relações de dependência para com os interesses do mercado mundial e da nação hegemônica. Essa “articulação dependente às economias centrais era, em si mesma, fonte inexorável de uma forte inibição do desenvolvimento capitalista” (FERNANDES, 1981a, p.237).

Inicia-se, nessa fase, a formação de um complexo industrial e o processo de substituição de produtos importados. Contudo, essa modernização industrial aceita como destino a “dupla articulação econômica”, que, segundo Fernandes, é a articulação tanto com o setor agrário arcaizante quanto com as economias centrais:

Aceita-se como ‘natural’, que o setor agrário em modernização continuasse vastamente arcaico (...). Doutro lado, também se aceita como ‘natural’ que a articulação às economias centrais, além de persistir, se aprofundasse, sob a presunção de que aí estaria ou a ‘melhor’ ou a ‘única’ saída para industrialização e a concomitante aceleração do desenvolvimento econômico interno (*idem*, p.242).

Sob a dupla articulação, as transformações econômicas não foram suficientemente acentuadas para romper com o complexo sócio-econômico colonial. “A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (...) e, pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si” (*idem*, p.250). Ocorre, dessa maneira, uma inibição histórica que viabiliza o desenvolvimento desigual entre as regiões do país, tanto a nível econômico quanto social e político, e a solidificação de um capitalismo dependente. As burguesias “fazem uma história de circuito fechado ou, em outras palavras, a história que começa e termina no capitalismo dependente” (*idem*, p.250).

A terceira e última fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil é a da emergência e expansão do capitalismo monopolista (final de 1950), fase na qual a burguesia atinge sua maturidade e plenitude de poder intensificando seu caráter conservador e autocrático. Esse período caracteriza-se pela intensificação da exploração por meio da neocolonização possibilitada pelo “império econômico das grandes corporações envolvidas”:

[O]correu um deslocamento econômico das ‘fronteiras naturais’ daquelas sociedades: as nações periféricas, como fonte de matérias-primas essenciais ao desenvolvimento econômico sob o capitalismo monopolista, viram-se, extensa e profundamente, incorporadas à estrutura, ao funcionamento e ao crescimento das economias centrais como um todo. Daí resultou uma forma de incorporação devastadora da periferia às nações hegemônicas e centrais,

que não encontra paralelos nem na história colonial e neocolonial do mundo moderno, nem na história do capitalismo competitivo (FERNANDES, 1981a, p.253).

Com essa incorporação ao desenvolvimento da economia dos países centrais, a burguesia nacional vê-se ameaçada tanto pelo agravamento da situação de dependência e intensificação da relação imperialista quanto pelo aprofundamento das desigualdades econômicas, sociais e políticas que começam a gerar a insatisfação popular. Logo,

[a] crise do poder burguês aparece, pois, como uma crise de adaptação da dominação burguesa às condições econômicas que se criaram, senão exclusivamente, pelo menos fortemente, graças ao desenvolvimento capitalista induzido de fora e amplamente regulado ou acelerado a partir de fora (*idem*, p.264).

A reação da burguesia a essa crise foi o aprofundamento de seu caráter autocrático e conservador utilizando, intensivamente, o Estado como instrumento de manutenção da ordem e da dominação burguesa. O “Estado nacional não é uma peça contingente ou secundária desse padrão de dominação burguesa. Ele está no cerne de sua existência” (*idem*, p.307). O Estado moderno torna-se a institucionalização da violência contra-revolucionária, com seus recursos de opressão e repressão explícitos ou implícitos. Torna-se o centro do processo de recuperação e superação da debilidade orgânica da dominação burguesa, “a estrutura principal e o verdadeiro dínamo do poder burguês” (*idem*, p.308).

Sob o capitalismo monopolista ocorre a intensificação e solidificação do caráter contra-revolucionário da revolução burguesa que é reflexo do tipo de capitalismo dependente desenvolvido, que não propicia um ambiente favorável à formação de uma burguesia revolucionária. Também, neste período, o Estado amplia sua importância nesse processo tornando-se autoritário, totalitário e oligárquico:

Preserva estruturas e funções democráticas, mas para os que monopolizam, simultaneamente, o poder econômico, o poder social e o poder político, e usam o Estado exatamente para criar e manter uma dualidade intrínseca da ordem legal e política, graças à qual o que é oligarquia e opressão para

maioria submetida, é automaticamente democracia e liberdade para a minoria dominante (*idem*, p.350).

Segundo Fernandes, romper com essa herança cultural e estruturas históricas que alcançam todos os níveis da sociedade e do Estado é bastante difícil, mas não impossível. Essa “condição crônica pode ser superada por mudanças estruturais, que conduzam ou ao capitalismo independente, ou ao socialismo” (FERNANDES, 1975 p.26, *nota*). Pois, tal situação, isto é, o subdesenvolvimento ou o capitalismo dependente “não é uma fatalidade, mas uma escolha aceita socialmente, condicionada e regulada a partir de fora” ⁵¹ (FERNANDES, 1975 p.45).

Essa concepção do capitalismo dependente como uma escolha ou forma como as classes absorvem o capitalismo, traz à obra de Fernandes, a possibilidade de mudança social, não caindo assim em um determinismo econômico, isto é, a história sendo determinada pelo sistema econômico. Apesar do processo histórico desfavorável, existe na situação crônica uma possibilidade de inversão. Entretanto, essa possibilidade só reside em um movimento verdadeiramente revolucionário – em oposição ao sistema capitalista - e não reformista.

Frente a isso, a questão do Estado, ou melhor, da estratégia de tomada do poder do Estado se coloca. Fernandes realiza uma distinção entre “ocupar” o poder e “conquistar” o poder. Para o mesmo, a conquista do poder “significa que o movimento social de transformação da ordem existente atingiu seu objetivo” (FERNANDES, 1981a p.225), ou seja, uma ação voltada contra o sistema que impossibilitaria a reprodução da situação existente. Logo, não basta ocupar o Estado por meios institucionais ou não, mas é necessário agir dentro do Estado de maneira verdadeiramente revolucionária e não reformista. “Seria ingênuo confundir a vitória eleitoral com a conquista do poder, e

⁵¹ Na página 126 do capítulo posterior se abordará essa questão como uma diferença teórica substancial entre Fernandes e Wallerstein, lançando uma hipótese sobre a origem da citada diferença.

querer encetar, de uma hora para outra, a transubstanciação socialista do governo e da sociedade” (FERNANDES, 1989a *in* FERNANDES, 1998 p.143).

Entretanto, a estratégia de “conquista” do poder do Estado sofre constrangimentos políticos histórico-estruturais mais intensos sob o capitalismo dependente. Fernandes salienta que no caso específico brasileiro,

o desenvolvimento desigual confere à burguesia completo monopólio do aparato estatal. As reformas são bloqueadas a ferro e fogo. Inflige-se aos trabalhadores livres e semilivres uma extrema concentração da riqueza, da cultura e do poder, que os reduz à miséria, à ignorância e à subalternização (FERNANDES, 1989b *in* FERNANDES, 1998 p.152).

Também, em uma entrevista mais recente, o referido autor, após a experiência como deputado federal de 1987 a 1991 e 1991 a 1995 pelo Partido dos Trabalhadores, atenta para a árdua luta revolucionária dentro do Estado:

A visão que eu tinha do Estado brasileiro, até certo ponto, era simplista. Acreditava ser possível, através das representações que os partidos de esquerda conquistaram, introduzir no Parlamento – como no caso europeu – um clima em que o socialismo tivesse algum significado e que as reivindicações populares ressoassem com maior vigor (FERNANDES, 1994 *apud* OLIVEIRA, 2005 p.156).

Isso é perfeitamente aceitável quando se considera toda análise da constituição do tipo de capitalismo e de revolução burguesa nacionais e a herança histórico-cultural que esses processos ocasionaram. As transformações sociais, políticas e econômicas engendradas por esses processos, não conseguiram abolir completamente com o antigo regime colonial que permaneceu tanto nas relações econômicas quanto nas relações sócio-políticas. A herança cultural conservadora se mantém “viva” na atual política brasileira, com suas características mandonista, autocrática, totalitária, oligárquica e paternalista.

Além disso, Fernandes também enfatiza mais um elemento explicativo para a permanência dessa herança político-cultural arcaica: o Estado nacional surge em um contexto não favorável, sua formação “desenrolou-se sem que se processassem

alterações anteriores ou concomitantes na organização da economia e da sociedade (...) sem que o regime de castas e estamentos sofresse[m] qualquer crise” (FERNANDES, 1975 p.10). A política institucional ficou contida no complexo colonial devido ao processo de transformação *parcial* para o Brasil moderno.

A existência desses fortes obstáculos originários de uma revolução burguesa interrompida, não elimina segundo Fernandes, a possibilidade de mudança (como já observado, o subdesenvolvimento é uma escolha social). O aparato estatal pode ser utilizado mesmo em condições histórico-estruturais desfavoráveis⁵². Assim, orientado pelo marxismo ortodoxo, Fernandes recupera a concepção de revolução permanente⁵³ em Marx que, por não se limitar às mudanças possíveis dentro do Estado, ocorre por meio da constante insatisfação às propostas reformistas, levando-as ao extremo incessantemente. Esta é a tarefa política dos trabalhadores:

O nosso interesse e a nossa tarefa consistem em tornar a revolução permanente, até que seja eliminado o domínio das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder do Estado, até que a associação do proletariado se desenvolva, não só em um país, mas em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que tenha cessado a concorrência entre os proletários desses países e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado (MARX & ENGELS, 1850 *in* MARX & ENGELS, 1983 p.224).

Essa concepção da revolução como um processo permanente é importante para este debate, pois não se espera ou se deposita no Estado o poder de mudança contra a ordem, mas nos trabalhadores que, com sua organização independente e autônoma com relação à burguesia, luta pelo aprofundamento das propostas reformistas ou a efetivação de políticas que são possíveis no dado momento histórico, mas que estão orientadas para um futuro socialista.

Nesse sentido, Fernandes comenta sobre as reivindicações socialistas imediatas

⁵² *Idem.*

⁵³ O termo “revolução permanente” aqui apresentado não se refere ao significado trotskista que foi amplamente difundido, mas em seu sentido marxiano encontrado na “Mensagem do Comitê Central à Liga de março de 1850”.

encontradas no Manifesto Comunista: “Todas elas eram concretizáveis dentro da ordem burguesa. E foram absorvidas pela alteração da ordem, com ou sem influências dos partidos socialistas fortes, pelas pressões do movimento social dos de baixo” (FERNANDES, 1989b *in* FERNANDES, 1998 p.152).

A mudança, portanto, é possível quando buscada em um processo permanente, sempre orientado pelo objetivo revolucionário de ultrapassar os limites institucionais estabelecidos pelo capital e construir uma sociedade sem classes.

Em poucas palavras, a tese de Fernandes consiste na constatação de que a revolução burguesa no Brasil, diferentemente da européia, nasce como contra-revolução ao nível social, cultural e político. A burguesia nacional não tinha força social e econômica suficientes para engendrar um tipo de revolução verdadeiramente revolucionária. Necessitou de alianças políticas, tanto com a oligarquia nacional – preservando, assim, a cultura política conservadora, mandonista e paternalista - quanto com a burguesia internacional, ao permitir que seus interesses influenciassem no rumo do país.

O resultado foi uma modernização em termos econômicos, atendendo aos interesses do capitalismo mundial, e um imobilismo em termos sociais e políticos, que impossibilitou a efetivação dos ideais burgueses de liberdade, igualdade e fraternidade. Dessa maneira, Fernandes explica o porquê de no Brasil existir formas de trabalho altamente modernas com outras ainda do período colonial, como também o porquê de não termos alcançado a democracia burguesa. A burguesia nacional precisou usar o Estado como centralização de poder e instrumentalização da violência para a permanência de sua dominação por meio da cultura política herdada do antigo regime.

Encontram-se, assim, as raízes históricas e estruturais de nossa política institucional que, ainda nos dias atuais, mostra-se bastante revitalizada pelos nossos

políticos e partidos, inclusive pelo PT. Apesar disso, inspirando-se em Lênin, Fernandes explicita em seus escritos que mesmo sem as condições objetivas ideais é possível aproveitá-las em direção ao objetivo revolucionário.

4.2 Análise do Sistema-mundo Moderno

Diferentemente da análise de Fernandes, Immanuel Wallerstein localiza sua análise no espaço mundial e observa como o sistema capitalista se desenvolve e como alcança todos os territórios mundiais, suas características e seu modo de funcionamento. Sua contribuição vem no sentido de possibilitar uma compreensão do capitalismo enquanto sistema mundial e da relação existente entre Estado e economia capitalista, independente da localização do Estado no sistema hierarquizado do capitalismo.

Antes de iniciar a abordagem da análise do sistema-mundo moderno, cabe tratar sobre o surgimento e as características da análise de sistemas-mundo, que como diz Wallerstein, nunca se pretendeu como teoria ou ramo da sociologia, sendo, em vez disso, uma crítica às premissas da ciência social existente, como um modo de “*impensar a ciência social*”.

A análise de sistemas-mundo é considerada pelo próprio Wallerstein como resultado do desenrolar histórico do sistema capitalista, que culminou em 1968 numa revolução mundial cultural. Essa revolução questionou as bases da geocultura do sistema capitalista, ou seja, o liberalismo. A análise de sistemas-mundo surge nesse momento de efervescência cultural, intelectual e política. A importância da revolução de 1968⁵⁴ não consiste apenas no surgimento desse tipo de análise, mas nos

⁵⁴ A revolução de 1968 tem como ponto culminante o movimento estudantil revolucionário em Paris no mês de maio. Durante semanas, instala-se a anarquia nas principais universidades parisienses (Sorbonne e Nanterre). Liderada por Daniel Cohn Bandit, se opõe a qualquer tipo de autoridade (do Estado,

desdobramentos históricos, presentes em todo momento nos trabalhos do autor.

Foi com a revolução de 1968 que o meio científico atenta-se para a realidade contemporânea do Terceiro Mundo e sua especificidade no sistema capitalista mundial. Neste momento questiona-se a concepção evolucionista e desenvolvimentista da história, defendidas pela teoria da modernização. Acreditava-se na existência de etapas nas quais todas as sociedades inevitavelmente passariam até chegar ao estágio de modernidade. Assim sendo,

todos os Estados eram iguais, na medida em que passavam por etapas históricas por razões idênticas. Mas todos os Estados também eram diferentes, na medida que presentemente se encontravam em etapas diferentes, e o ritmo dos movimentos de cada um, de etapa em etapa, era particular (WALLERSTEIN, 2002, p.233).

Além disso, os Estados eram considerados autônomos, não possuindo interferências externas e, portanto, as etapas do processo evolucionário não eram perturbadas. Em síntese, o que orienta a teoria da modernização é a crença na inevitabilidade do progresso que também constitui a base da geocultura do sistema capitalista. A revolução mundial de 1968 nega essas premissas epistemológicas, e a partir dessa negação surge a análise de sistemas-mundo.

Esse tipo de análise caracteriza-se por quatro pontos que a afasta das premissas epistemológicas da teoria da modernização e conseqüentemente avança em termos metodológicos. O primeiro ponto ou característica é a noção de globalidade que se contrapõe à herança da ciência cartesiana-newtoniana⁵⁵, considerando impossível

patronato, sindicato, pais e professores) e alcança muitos setores operários resultando em uma greve geral que teve duração de um dia.

⁵⁵ Ver o livro O Ponto de Mutação (1982) de Frijot Capra ou o filme com o mesmo nome dirigido por Bernt Capra em 1992. Em ambos se encontra uma crítica ao conhecimento científico fragmentado derivado dos estudos de René Descartes que via a natureza como uma máquina, sendo possível compreendê-la a partir de suas partes. Esta visão mecanicista foi aceita pelo físico Isaac Newton que formulou as três leis da física que descreviam o movimento, e tomou conta das artes, da política e da sociedade. Tal visão de mundo é apresentada, no livro e no filme, como insuficiente para compreensão da vida e maléfica para a sociedade.

entender e analisar as partes separadamente. Assim, a unidade de análise deixa de ser a sociedade ou o Estado e passa a ser o sistema-mundo.

A segunda característica é a noção de historicidade. “Se os processos [são] sistêmicos, então a história – toda a história – do sistema (em oposição à história das sub-unidades, tomadas separada e comparativamente) [é] o elemento crucial para entender o estado presente do sistema” (WALLERSTEIN, 2002b, p.234). A história defendida como elemento crucial é a história da longa duração.

O seguinte ponto refere-se à unidisciplinaridade que permite analisar os processos em sua totalidade. Importante enfatizar que a unidisciplinaridade se opõe à transdisciplinaridade, pois não concorda com a divisão das ciências sociais. Esta característica está ligada a última característica da análise de sistemas-mundo, o holismo. Este se opõe a essa divisão e busca a reestruturação do saber.

Voltando à análise do sistema-mundo moderno de Wallerstein, esta parte de uma conceitualização e categorização de tempo e espaço resgatada em Fernand Braudel. Para este autor o tempo e o espaço não são duradouros, únicos, objetivos, imutáveis e externos ao homem. Braudel considera a existência de uma pluralidade do tempo-espaço, sendo que cada tempo histórico corresponde a determinado espaço. Assim, o tempo episódico tem seu equivalente no espaço geopolítico imediato, isto é, os Estados-nação. O tempo conjuntural corresponde ao espaço ideológico de determinado período histórico, como oriente – ocidente e norte – sul. E o tempo estrutural corresponde ao espaço estrutural, que para Wallerstein é o centro da economia-mundo, a periferia, a semiperiferia e a arena externa⁵⁶.

⁵⁶ O termo “arena externa” refere-se às regiões não incorporadas à dinâmica do sistema capitalista mundial. Nos dias atuais, esse conceito pode ser questionado ao considerarmos que até mesmo as regiões esquecidas e ignoradas pelo sistema, como regiões da África ou do Oriente, não o são devido à incapacidade do mesmo de incorporá-las, mas sim pela sua falta de interesse baseada em uma lógica econômica. Dessa maneira, constituem parte da racionalidade que move o sistema e consequentemente do

Nesse sentido, a análise de Wallerstein tem como ponto de partida a existência desse tempo-espaço estrutural que possibilita compreender os demais tempos-espaços. Esse tempo-espaço estrutural corresponde aos sistemas sociais geohistóricos reais que:

persistem por meio dos processos conjunturais que os regem, e enquanto persistem, possuem algumas características que são imutáveis; de outra maneira, não poderíamos denominar-los sistemas. Mas na medida em que são históricos, mudam com muita frequência; nunca são iguais um instante e em seguida mudam em todo detalhe, incluindo seus parâmetros espaciais (...) todos têm contradições, o que implica que todos em certo momento devem chegar a seu fim (WALLERSTEIN, 1998, p.161, *tradução nossa*).

Essa concepção de estrutura, portanto, distancia-se da concepção levistraussina⁵⁷, pois determina o todo social, mas não eternamente. As estruturas são apenas duradouras e não eternas. “As estruturas duradouras (em essência econômicas e sociais) são as que determinam no longo prazo nosso comportamento coletivo: nossa ecologia social, nossos padrões civilizacionais, nossos métodos de produção” (*idem*, p.152, *tradução nossa*).

A teoria de Wallerstein também é centrada na unidade de análise a qual denomina de sistema-mundo. O sistema-mundo ou sistema mundial é:

uma entidade econômica, porém não política, ao contrário dos impérios, das cidades-Estado e as emergentes nações-Estados. É um sistema mundial não porque inclua a totalidade do mundo, mas porque é maior do que qualquer unidade política juridicamente definida. E é uma economia-mundo devido a que o vínculo básico entre as partes do sistema é econômico, embora esteja reforçado por vínculos culturais e, eventualmente, (...) por acordos políticos e inclusive por estruturas confederadas (WALLERSTEIN, 1979, vol. I, p. 21).

O capitalismo é considerado como um sistema-mundo histórico que no final do século XV se expandiu e alcançou todo o território ou espaço geográfico mundial.

próprio sistema, de forma não ativa, mas como regiões passivas e receptoras dos maiores custos sociais gerados pelo capitalismo.

⁵⁷ Referente à Claude Lévi-Strauss, antropólogo francês considerado fundador do Estruturalismo na década de 1950. Essa abordagem explora as inter-relações (as estruturas) através das quais o significado é produzido dentro da cultura. A partir dos movimentos políticos e culturais das décadas de 60 e 70, o estruturalismo passou a ser bastante criticado por ser a-histórico e por favorecer forças estruturais determinísticas em detrimento da ação humana.

Também é considerado como único, singular e estável, diferenciando-se de outros sistemas históricos como os impérios-mundo ou economias-mundo, voltadas para a auto-suficiência.

O conceito de economia-mundo é resgatado da obra de Fernand Braudel, que o compreende como um “fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica” (BRAUDEL, 1995-96, vol.III, p.12). Logo, o sistema-mundo capitalista é uma economia-mundo que se tornou mundial, uma vez que, não se refere mais somente a um fragmento do universo e sim à totalidade deste. Já o conceito de império-mundo foi desenvolvido pelo próprio autor para se referir a um sistema mundial com uma única entidade política.

Ao contrário do império-mundo, a estabilidade do sistema-mundo capitalista consiste na existência de múltiplas entidades políticas que possibilitaram sua expansão ao longo do tempo. “Existindo vários sistemas políticos o capitalismo pode operar com maior liberdade, pois atua em uma ‘arena maior que qualquer entidade política pode controlar totalmente’” (WALLERSTEIN, 1979, vol. I, p. 491).

Essa multiplicidade de entidades políticas, ou em outros termos, a existência de um sistema inter-estatal é que faz do sistema-mundo capitalista um sistema único na história da humanidade. E a partir dessa característica é que inicia em Wallerstein o entendimento das relações Estado/Estado e Estado/capitalismo.

As entidades políticas estão inseridas na estrutura hierarquizada do sistema-mundo capitalista - centro, semiperiferia e periferia. Tal estrutura se baseia na divisão internacional do trabalho, quanto mais um Estado conseguir atrair para seu espaço atividades mais lucrativas, mais próximo estará do centro do sistema. Dessa maneira, a desigualdade do poder das entidades políticas é causa e consequência da divisão

internacional do trabalho, que define a economia-mundo capitalista. O poder e a posição que cada Estado ocupa na estrutura do sistema-mundo estão diretamente relacionados com as atividades econômicas executadas.

Essa desigualdade entre os Estados possibilita o funcionamento do sistema, uma vez que, se os Estados fossem igualmente fortes:

estariam em condições de bloquear o funcionamento efetivo de entidades econômicas transnacionais cujo centro estivesse em outro Estado. Disso se seguiria então que a divisão mundial do trabalho se veria impedida, a economia-mundo declinaria, y eventualmente o sistema mundial se faria em pedaços (WALLERSTEIN, 1979, p.499, *tradução nossa*).

Logo, a:

concentração de capital nas áreas centrais criou tanto a base fiscal quanto a motivação política para a formação dos aparatos estatais relativamente fortes, dotados da capacidade, entre outras, de assegurar que os aparatos estatais das áreas periféricas permanecessem ou se tornassem mais fracos (*idem*, 2001, p.30).

Portanto, quanto maior a concentração de capital dentro das fronteiras do Estado, maior seu poder no sistema inter-estatal e maior a capacidade de continuar atraindo as atividades mais lucrativas. Na busca de maior poder no sistema inter-estatal, os países mais fortes disputam entre si a hegemonia desse sistema. Hegemonia significa, para Wallerstein “que existe só uma potência com condições geopolíticas para impor uma concatenação estável da distribuição social do poder” (*idem*, 2002a, p.34). Várias sucessões hegemônicas ocorreram ao longo do desenvolvimento do sistema capitalista, iniciando pela cidade-estado italiana Gênova, depois Holanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos.

Essas hegemonias constituem o que Giovanni Arrighi denomina por “ciclos sistêmicos de acumulação” (CSA)⁵⁸. Os ciclos são fases de continuidades e rupturas do sistema capitalista, "fenômenos intrinsecamente capitalistas" que se repetiram ao longo

⁵⁸ Para maior entendimento ver O Longo Século XX (1994) de Giovanni Arrighi.

da história do sistema. Trata-se de regimes de acumulação, ou seja, estratégias e estruturas que determinada comunidade e agentes empresariais e governamentais promoveram a fim de expandir e reestruturar a economia-mundo capitalista.

Por meio de um movimento natural do sistema, baseado nos ciclos econômicos de Kondratieff, os ciclos sistêmicos se sucedem, isto é, a hegemonia de determinado Estado é substituída por uma outra. Cada CSA é composto no início pela fase A do ciclo de Kondratieff. Esta fase é caracterizada pela expansão material, ou seja, o capital excedente é reinvestido no comércio e produção de mercadorias. Após esse período, inicia-se a fase B de Kondratieff, que sinaliza a crise terminal da hegemonia e a emergência de uma nova potência. Nesta fase B ocorre um fluxo de capital da produção para o sistema financeiro. Porém, isso não é tudo. Para compreender melhor qual a relação entre o ciclo econômico de Kondratieff e as sucessões hegemônicas, é necessário entender a verdadeira relação entre o Estado e o mercado.

Como dito anteriormente, quanto maior for a capacidade de um Estado conseguir atrair e concentrar capital em seu território, maior será seu poder no sistema inter-estatal. Além de existirem atividades mais lucrativas que outras, há também a forma de atuação monopólica que possibilita o acréscimo nos lucros. Os monopólios concentram capitais e “permite[m] o revigoramento das estruturas estatais, as quais por sua vez procuram garantir a sobrevivência dos monopólios relativos” (WALLERSTEIN, 2002a, p.36). A fase “A” do ciclo de Kondratieff é a fase de concentração de capital no setor produtivo, formando, com a atuação estatal, monopólios que garantem maior taxa de lucro. Já na fase “B”, ocorre, juntamente com o fluxo de capital para o sistema financeiro, a realocização geográfica da produção devido à exaustão dos monopólios existentes, iniciando uma nova fase de controle por futuros monopólios.

É este o movimento natural do sistema-mundo capitalista. Natural porque, para Wallerstein, “todos os sistemas (físicos, biológicos e sociais) dependem desses ritmos cíclicos para restabelecer um equilíbrio mínimo, até chegar num momento em que as contradições são tão agudas que provocam flutuações cada vez maiores” (*idem*, 2002, p.37).

Ao revelar essa busca por poder dentro do sistema inter-estatal por meio da concentração de capital, Wallerstein afirma que o agente principal da política de acumulação é o Estado: “as alavancas mais efetivas de ajuste político têm sido as estruturas do Estado, cuja própria construção, (...) foi uma das realizações institucionais do capitalismo histórico” (*idem*, 2001, p.42). E ainda:

A criação das estruturas estatais (...) foi parte essencial da criação de uma economia mundial capitalista e um elemento necessário para sua estruturação. A evolução das estruturas estatais, sua capacidade de se fortalecerem internamente e com relação aos demais Estados no sistema mundial foram um reflexo da evolução do sistema mundial moderno como um todo integral (*idem*, 2003, p.19).

O Estado é necessário para a evolução do sistema mundial, uma vez que é o principal agente político para a concentração e acumulação do capital. Logo, sua relação com os capitalistas não pode ser caracterizada como oposicionista, como a ideologia liberal tenta demonstrar. Essa relação entre Estado e capitalistas é muito mais caracterizada pela contribuição que por oposição. “Todos os capitalistas precisam de algum Estado ou de alguns Estados” (WALLERSTEIN, 2003, p.52). Isso ocorre porque os Estados atuam de diversas maneiras favorecendo ao sistema capitalista como um todo, muito embora, em determinadas situações, pareça contrariar o interesse de alguns capitalistas individuais.

O poder estatal é formado por três elementos essenciais que favorecem a manutenção do sistema capitalista. O primeiro elemento é a jurisdição territorial: “cada Estado tinha jurisdição formal sobre o movimento de bens, dinheiro-capital e força de

trabalho por meio de suas fronteiras. Conseqüentemente, cada um deles podia afetar em alguma medida a divisão social do trabalho na economia-mundo capitalista” (*idem*, 2001, p.43). A afirmação no passado deve-se ao fato de Wallerstein defender a tese do enfraquecimento do Estado, manifestação da atual crise sistêmica do capitalismo. Esta tese será abordada mais adiante.

O segundo elemento é o direito legal de “determinar as regras que governam as relações sociais de produção no interior de sua jurisdição territorial” (*idem*, p.44). Assim, os “Estados controlam as relações de produção” (*idem*, p.45).

Já o terceiro e último elemento, diz respeito ao poder de cobrar impostos:

A taxação se tornou a principal (e esmagadora) fonte regular de renda estatal (...) os impostos tiveram uma expansão constante, como percentagem do valor total criado ou acumulado. Isso quer dizer que os Estados têm sido importantes quando se observam os recursos que controlam, pois esses recursos permitem promover a acumulação de capital e, sendo redistribuídos, entram direta ou indiretamente em um novo ciclo de acumulação de capital” (*idem*, p.46).

E ainda: “o poder de cobrar impostos foi um dos meios mais imediatos através do qual o Estado ajudou o processo de acumulação de capital em favor de alguns grupos em vez de outros” (*idem*, p.47).

Além desses elementos que possibilitam o desenvolvimento do sistema e mantém a divisão internacional do trabalho e a acumulação de capital com a tributação e com o controle das relações de produção, os Estados realizam também outras ações que favorecem aos capitalistas. Estas são: a proteção da propriedade privada; a manutenção de monopólios; a externalização dos custos, principalmente ambientais e de infraestrutura; a distribuição desigual do capital por meio de subsídios; a manutenção da ordem contendo a luta de classes; a proteção contra o mercado livre e; o consumo quase exclusivo de determinados produtos, como armamentos e supercondutores.

A única ação que parece estranha à forma como se apresenta o sistema capitalista é a proteção contra o mercado livre. Wallerstein, resgatando os estudos de

Fernand Braudel, considera que os capitalistas são o antimercado, ao contrário do que afirma a ideologia liberal. O mercado livre comprime a taxa de lucro mediante a concorrência e dificulta a ação monopólica. Tanto os capitalistas quanto os Estados buscam a formação de monopólios para maior acumulação de capital. No entanto, ao afirmar o seu contrário por intermédio da ideologia liberal, o sistema capitalista consegue mascarar seu principal colaborador, isto é, o Estado. Enquanto os capitalistas discursam contra o Estado e a favor do mercado livre, as “classes perigosas” lutam pelo fortalecimento das estruturas estatais acreditando na possibilidade de usá-las em oposição ao sistema capitalista, sem perceber que o que fazem é fortalecer o próprio.

Nesse sentido, Wallerstein desacredita que o Estado possa ser agente de transformações sociais. “O Estado pode tornar as coisas um pouco melhores (ou um pouco piores) para todos (...). Todavia, o que o Estado pode fazer é só isso. (...) o Estado não é o principal veículo de ação. Na verdade, ele é um grande obstáculo” (WALLERSTEIN, 2002a, p.13). Além de o Estado constituir-se, desde sua origem, no elemento principal para o processo de acumulação de capital, não possui soberania e autonomia suficientes para alterar e se opor à ordem existente. “Os Estados nunca foram exatamente entidades autônomas e sim meramente um importante aspecto institucional do sistema mundial” (*idem*, 2003, p.19).

Apesar disso, o termo soberania e a sua reivindicação caracterizam o Estado moderno e o sistema-mundo capitalista. É um conceito que se refere tanto ao território nacional quanto exterior a ele. Porém, “[n]enhum Estado moderno jamais foi soberano internamente *de facto*, pois sempre houve resistência interna à sua autoridade. (...) Tampouco, nenhum Estado jamais foi de fato soberano externamente” (*idem*, p.94). Ou ainda:

O Estado moderno nunca foi uma entidade política autônoma. Os Estados se desenvolveram e foram formados como partes de um sistema interestatal, ao qual correspondia um conjunto de regras dentro das quais os Estados tinham

de operar e um conjunto de legitimações sem as quais eles não poderiam sobreviver (WALLERSTEIN, 2001, p.48).

“Soberania nunca quis dizer autonomia total. Pretendia indicar apenas que existiam limites à interferência legítima de um aparato estatal nas operações de outro” (*idem*, p.50). O mito ideológico da soberania fez com que muitos movimentos de esquerda fracassassem ao acreditar que poderiam se opor ao sistema pelo Estado.

Para o autor, este foi um dos erros das experiências dos movimentos e partidos de esquerda ao longo da história do capitalismo, pois buscaram o poder estatal e fortaleceram, assim, as estruturas do principal agente da política de acumulação. Contudo, a crítica que Wallerstein desenvolve sobre os movimentos anti-sistêmicos não pára por aí. Para compreender de forma satisfatória esses “fracassos”, como coloca o autor, é necessário abordar como o sistema funcionou em termos ideológicos. Para tanto, o autor retoma a história do capitalismo partindo da Revolução Francesa em 1789.

A Revolução Francesa ocasionou uma importante mudança no sistema-mundo capitalista ao introduzir a idéia da normalidade da mudança política e a crença de que o soberano é o povo. Com essas idéias disseminadas, o sistema passa a se caracterizar pela tríade ideológica – conservadorismo, liberalismo e socialismo. Entretanto, o que Wallerstein defende é a tese de que, apesar de haver existido três ideologias ao longo da história do sistema-mundo capitalista, ocorreu uma aproximação ideológica, prevalecendo as características da ideologia liberal. Antes de 1848, praticamente só havia duas ideologias, o conservadorismo e o liberalismo que se opunham duramente. Após 1848, as que se destacam são o socialismo e o liberalismo, já que os

conservadores se uniram aos liberais por perceberem a utilidade do reformismo para nada mudar significativamente⁵⁹.

Também a oposição dos socialistas foi enfraquecendo com o passar do tempo e tornando-se mais uma vertente liberal. Para Wallerstein o socialismo se deixou contaminar pela doutrina de Woodrow Wilson⁶⁰ e Franklin Roosevelt⁶¹, sobre a autodeterminação das nações e o desenvolvimentismo nos países subdesenvolvidos e periféricos. Ambas as doutrinas constituíram uma espécie de extensão do sufrágio universal e do Estado do bem-estar social, defendidos pelos liberais, com o objetivo de conter as classes populares no âmbito nacional. Era necessário naquele momento histórico, conter as classes “perigosas” nos países do Terceiro Mundo:

O liberalismo, tendo de um modo geral perdido a sua função política como agrupamento autônomo no âmbito nacional dos países centrais, renovou seu papel assumindo a expressão de um projeto destinado a lidar com as classes populares dos países periféricos (WALLERSTEIN, 2002a, p.111).

Ao se deixarem influenciar pelas doutrinas de origem liberal, os movimentos de esquerda, mais especificamente o marxismo-leninismo⁶², sofreram um processo de desradicalização por dois aspectos que estão inteiramente ligados à doutrina de Wilson e Roosevelt:

a aceitação do objetivo do socialismo dentro do país, que consistiria recuperar o atraso na industrialização [, objetivo este ligado à idéia do desenvolvimentismo]; e a busca de poder nacional e vantagem dentro do

⁵⁹ A obra literária “O Gattopardo” de Giuseppe Tomasi Di Lampedusa escrito em 1955 e que em 1963 ganha as telas do cinema sob a direção de Luchino Visconti, retrata bem este comportamento dos conservadores com relação à revolução liderada por Giuseppe Garibaldi em busca da unificação da Itália em 1860. Logo no início do livro e do filme, o personagem Tancredi expõe, para seu tio, o Príncipe de Salinas, suas razões para participar da revolução com a seguinte frase: “se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude”.

⁶⁰ Woodrow Wilson – presidente dos Estados Unidos em dois mandatos, de 1912 a 1921. Membro do Partido Democrata, foi laureado do Prêmio Nobel da Paz em 1919 por fundar a Liga das Nações Unidas, uma organização internacional criada pelo Tratado de Versalhes em 1919. Tinha como proposta a declaração de paz mundial, suas bases e a regorganização das relações internacionais. Curiosamente, o Congresso norte-americano recusou-se a ratificar o Tratado não se tornando membro do organismo.

⁶¹ Franklin Roosevelt – presidente dos Estados Unidos no período de 1933 a 1945. Também pertencente ao Partido Democrata, conseguiu tirar o país do período da Grande Depressão iniciada em 1929 e assinou a declaração da Segunda Guerra Mundial após o ataque japonês a Pearl Harbor em 7 de dezembro em 1941.

⁶² De acordo com Coutinho (1992, p.64) “um hábil pseudônimo de stalinismo”.

sistema internacional [, equivalente ao projeto de autodeterminação das nações] (WALLERSTEIN, 2002a, p.111).

Assim, o marxismo-leninismo “deixava para trás suas origens como teoria da insurreição proletária contra a burguesia para assumir um novo papel como teoria antiimperialista” (WALLERSTEIN, 2002a, p.119).

Uma outra questão que Wallerstein apresenta com relação à experiência dos movimentos e partidos de esquerda é o sentimento de nacionalismo. “O nacionalismo tem, inerentemente, as duas faces de Jano. Ele é o protesto dos oprimidos contra os opressores. Mas ele é também o instrumento que os opressores usam contra os oprimidos” (WALLERSTEIN, 2003, p.33). Isso porque o conceito de nacionalismo é baseado no conceito de cidadania.

A cidadania foi inventada como um conceito de inclusão do povo nos processos políticos. Mas aquilo que inclui também exclui. A cidadania confere privilégios, e os privilégios são protegidos quando não incluem a todos. O que a cidadania fez foi transferir a exclusão de uma pessoa através de uma evidente barreira de classe, e excluí-la através de uma barreira nacional e oculta (WALLERSTEIN, 2003, p.33).

Wallerstein argumenta que o conceito de cidadania, ao possuir a contradição de incluir e excluir, foi bastante útil para o funcionamento do sistema, uma vez que, defendia a inclusão no território nacional enquanto servia de justificativa, tanto para a ideologia imperialista quanto para a divisão internacional do trabalho, juntamente com o racismo e o sexismo. “A combinação do nacionalismo, do racismo e do machismo existia para definir as fronteiras que separavam os incluídos dos excluídos” (*idem*, p.38). E ainda: “o conceito de cidadão está profundamente vinculado com a estrutura fundamental da economia-mundo capitalista” (WALLERSTEIN, 2002b, p.154).

Portanto, ao alimentarem o sentimento de nacionalismo, os movimentos e partidos de esquerda acabaram fortalecendo a estrutura estatal, agente da política de acumulação de capital. “A orientação internacionalista dos trabalhadores e dos

movimentos pacifistas foi profundamente limitada pelo fato de todos terem construído suas organizações no âmbito nacional” (*idem*, p.149). Além de resultarem em fracassos, a experiência dos partidos e movimentos anti-sistêmicos ocasionou, também, uma crise política da esquerda mundial:

Os movimentos antisistêmicos foram empurrados para criar organizações centradas na estratégia de tomar o poder de Estado. Eles não tinham escolha, mas sua estratégia está fadada a desaparecer, pelo curso natural dos acontecimentos. (...) as contradições dessa estratégia podem ter gerado por si mesmas uma crise na esfera política. Esta, porém, não seria uma crise do sistema interestatal, que continua a funcionar muito bem em sua missão primária de manter a hierarquia e conter os movimentos de oposição. A crise política em questão é a crise dos próprios movimentos anti-sistêmicos [culminando na queda do muro de Berlim em 1989] (WALLERSTEIN, 2001, p.81).

Esta crise política da esquerda teve início com a revolução cultural e mundial de 1968 que também denunciou a ideologia liberal. A crença no desenvolvimentismo, na soberania, no nacionalismo e consequentemente no Estado foram questionadas a partir do insucesso da prática da esquerda e do reformismo do centro. “Em toda parte, fez o povo desiludir-se do papel do Estado como ferramenta de transformação social, e destruir a visão otimista da inevitabilidade do progresso” (*idem*, 2002a, p.62). Contudo, o movimento não durou muito tempo, logo sendo abafado. Mas de acordo com o autor, a revolução de 1968 deixou marcas irreparáveis no sistema ao colocar em “xeque” a ideologia liberal.

Outra questão de grande importância para o debate a cerca da participação do Estado no processo de mudança social, diz respeito, segundo Wallerstein, ao atual momento histórico do sistema capitalista. A tese do autor é que o sistema está em colapso devido à intensificação de suas contradições. Com a ideologia liberal, o sistema conseguiu manter a ordem por um longo período, no entanto, ao defender o universalismo e a democracia criou nas massas populares uma demanda e cobrança pelas promessas liberais, cada vez mais intensas. Inevitavelmente, o sistema é obrigado

a fazer concessões. Atualmente, o capitalismo não consegue realizar essas concessões sem comprimir a taxa de lucro. Também, no que diz respeito à produção, o processo de desruralização (extinção de mão-de-obra barata pertencente ao meio rural) extingue a estratégia de barateamento da mão-de-obra, bastante utilizada pelos capitalistas ao longo do desenvolvimento do sistema.

Quanto à relação entre os capitalistas e o Estado, existe uma tendência mundial, segundo Wallerstein, de aumento nos gastos da tributação que resulta das demandas tanto dos produtores quanto dos trabalhadores. Também há a tendência mundial de maior exigência quanto à diminuição do desgaste ecológico causado pela atividade empresarial, o que obriga os capitalistas a internalizarem os custos ecológicos.

Como resultado do processo de democratização, a ideologia liberal é questionada em 1968 e entra em colapso. Essa crise ideológica desestabiliza o sistema e corrói suas estruturas, de maneira tal, que intensifica o período de caos ou de bifurcação sistêmica. Como resposta à crise, o sistema reage por meio da ideologia neoliberal, que atua justamente nos pontos nefrágicos da crise, ou seja, a redução do poder de barganha dos trabalhadores e dos gastos tributários, como também, a internalização dos custos. Todos esses processos, gerados pelo modo como o próprio sistema funciona, intensificaram-se e ameaçam a acumulação de capital.

Para Wallerstein, o processo de enfraquecimento dos Estados é expressão dessa crise sistêmica, mais especificamente, da crise da ideologia liberal que abalou os alicerces de legitimação do Estado. Esse processo “não se deve a uma transformação das estruturas econômicas mundiais, mas sim a uma transformação da geocultura e, acima de tudo, à perda de esperança das massas populares no reformismo liberal e seus avatares à esquerda” (2002b, p.108).

Nesse contexto de crise sistêmica, Wallerstein salienta esse momento como favorável à luta anti-sistêmica e construção de uma nova ordem social. Essa fase de transição do atual sistema mundial será:

um período no qual o ‘livre-arbítrio’ estará em seu nível máximo – e o que quero dizer com isso é que tanto a ação individual quanto a coletiva poderão ter um maior impacto na estruturação futura do mundo do que puderam ter em épocas mais ‘normais’ (WALLERSTEIN, 2003, p.50).

E ainda: “uma situação caótica é aquela mais suscetível à intervenção humana intencional. É nos períodos de caos, em contraposição aos períodos de relativa ordem (de ordem relativamente estabelecida) que a intervenção humana faz diferença relevante” (*idem*, 2002a, p.53).

Em síntese, Wallerstein traz elementos explicativos para dinâmica do sistema-mundo capitalista e sua relação com o Estado. Este ao apresentar-se como agente principal da política de acumulação de capital, por meio de diversas ações abordadas acima, não constitui instrumento de mudança social, muito pelo contrário, é um obstáculo. Também em sua análise, aborda questões relativas aos movimentos anti-sistêmicos e explicita os motivos de seu insucesso. Conceitos como nacionalismo, desenvolvimentismo, soberania e cidadania foram invalidados, pois ocasionam o fortalecimento do Estado, do sistema inter-estatal e conseqüentemente do sistema-mundo capitalista.

A possibilidade de transformação social é reforçada atualmente devido ao momento histórico em que se encontra o sistema, no entanto, “é útil que se trabalhe tanto em nível local como internacional, mas o trabalho feito no nível do Estado nacional tem limitada serventia” (WALLERSTEIN, 2002a, p.15). Por isso, a alternativa proposta é a formação de grupos e movimentos sociais que possam acelerar o processo de crise sistêmica e iniciar a construção de uma nova geocultura e uma nova sociedade, orientando-se pelos valores de igualdade e liberdade.

Por que a “Continuidade” e não a Ruptura?

Nas páginas seguintes, se tentará analisar o fenômeno da “continuidade” à luz das teorias apresentadas no capítulo anterior, com o intuito de diferenciar-se de explicações e análises conjunturais ou baseadas em escolha e vontade político-partidária. Compreende-se que a ação política transformadora não depende meramente da vontade ou intenção políticas, mas de toda a estrutura social historicamente desenvolvida, na qual cada Estado se insere, como também da existência constante de forças conflitantes dentro do sistema interestatal e dentro de cada Estado.

Logo, o “constinuísmo” do governo Lula não pode e nem deve ser explicado simplesmente por uma questão de livre escolha pessoal adjetivada como traição. Isso não significa que, no presente trabalho, encontra-se uma análise pró ou contra o Partido dos Trabalhadores, pois ao mesmo tempo em que se verifica o “continuismo”, este fenômeno é compreendido como manifestação de um todo maior que contém exigências políticas contrárias a uma ação de ruptura. Quanto à possibilidade de resistência a essa tendência, é claro que esta sempre existe, no entanto, tal pesquisa não tem como objetivo alcançar tal discussão.

Neste momento da pesquisa encontra-se um esforço no sentido da análise não se limitar à avaliação das escolhas políticas do Partido dos Trabalhadores, mas sim como essas escolhas estão associadas social e historicamente a um movimento maior do sistema capitalista, do capitalismo dependente e de uma cultura política institucional brasileira.

Para além da explicação do por que do “continuismo”, segue-se uma breve análise comparada das teorias de Fernandes e Wallerstein, no que diz respeito à implicações teóricas na prática política voltada à transformação social.

Dito isto, a análise corrente inicia-se com o resgate, na trajetória do Partido, do que constitui o ponto esclarecedor para as políticas do governo e toda a “malha” de corrupção descoberta e anunciada nos quatro cantos do país no penúltimo ano de mandato (2005): o conflito entre a “luta de massas” e a “luta institucional”. Este conflito surge com a derrota eleitoral de 1985. O Partido começa a avaliar suas táticas de luta, optando aos poucos pela valorização da política institucionalizada em detrimento da política de massas.

Ao priorizar a “luta institucional”, resultado da reorientação ideológica do Partido, o PT passou a necessitar de maior recursos financeiros para utilizar-se das armas eleitorais. Incorporando-se ao jogo político, não poderia se contentar com pequenas colaborações e financiamentos, era necessário um montante razoável para competir em pé de igualdade com os demais partidos na arena política. Assim, destaca Gadotti & Pereira (1989, p.258):

Até quando vamos continuar dizendo que o PT não é um partido de padrões, não tem recursos próprios, não faz campanhas milionárias (...). Um partido que pretende assumir o poder com os trabalhadores não pode continuar vivendo das vendas de estrelinhas, adesivos e agendas.

Todavia, esse processo foi se desenvolvendo de maneira lenta e gradual e não bruscamente. A sociedade brasileira não percebia claramente essas mudanças de direção, somente alguns poucos intelectuais e militantes bastante próximos do Partido. Em 1991, Fernandes em entrevista concedida à Revista Teoria e Debate, já apontava para a predominância da racionalidade eleitoral entre os membros do Partido: “[d]entro do PT, está crescendo uma técnica eleitoral competitiva. O objetivo pessoal de vencer eleitoralmente prepondera sobre a ideologia, a política, a cooperação entre companheiros”.

Essa constatação, primeiramente, refuta a tese de que o PT mudou quando chegou ao poder, ao contrário disso, foi necessária essa mudança anterior, um

redirecionamento ideológico do Partido, para alcançar o poder estatal por meios institucionais. Em segundo lugar, explicita os limites da política institucionalizada, pois esta perpassa os padrões éticos por meio de alianças orientadas, não por ideais ou objetivos comuns, mas pelo único fim de lograr apoio político momentâneo em troca de acomodações nos espaços de poder do Estado.

O resultado do conflito entre a “luta de massas” e a “luta institucionalizada”, com a vitória desta última, é reflexo tanto da reorientação ideológica do Partido dos Trabalhadores quanto dos limites do Estado em promover mudanças significativas na ordem mundial. O PT deixou de exercer o papel político de esquerda a partir do momento em que escolhe essa via de atuação como a predominante na arena política brasileira. As alianças realizadas com a finalidade de obter a maioria dos votos e alcançar o poder estatal constituem uma estratégia autodestrutiva:

estabelece[m] *alianças táticas com grupos que não são ‘antisistêmicos’*, em vista de alcançar o objetivo estratégico.(...) Muitos [desses] movimentos conquistaram um poder estatal, parcial ou total. Esses movimentos bem-sucedidos viram-se então confrontados à realidade das limitações do poder do Estado no seio da economia-mundo capitalista. Descobriram que o funcionamento do sistema interestatal restringia o exercício de poder de maneiras que calavam os objetivos ‘anti-sistêmicos’ que eram sua *raison d’être* (WALLERSTEIN, 2001 p.61, *grifo nosso*).

Contudo, para além de verificar os limites do aparato estatal no processo de transformação social, torna-se necessário elucidar o porquê dessa limitação, qual a razão histórica e estrutural que fazem com que o Estado se torne uma instituição anti-ruptura. E para tanto, as análises de Fernandes e Wallerstein trazem grandes contribuições a essa questão.

Como visto no capítulo anterior, o central da explicação de Fernandes consiste no descompasso histórico entre o desenvolvimento capitalista nas regiões centrais e nas regiões periféricas. Um mesmo sistema possui “idades” e diferentes estágios de desenvolvimento em diferentes regiões. No caso brasileiro, o tipo de revolução

burguesa ocorrida não conseguiu romper com a cultura política arcaica, podendo ser compreendida como causa e consequência do tipo de capitalismo desenvolvido no país – o capitalismo dependente. Essa cultura política é caracterizada pelo autoritarismo, mandonismo e patriarcalismo, que impossibilita um desenvolvimento a nível político, ou seja, a concretização de uma democracia verdadeiramente burguesa. Também, a cultura política brasileira, enraizada no antigo regime, mantém e intensifica a relação de dependência para com os países do centro da economia mundial.

A experiência do governo Lula explicita justamente isso: a sociedade brasileira ainda encontra-se em um período histórico de aprisionamento do modelo de dupla articulação⁶³, que resulta em um desenvolvimento desigual, tanto nas esferas sociais quanto nas diferentes regiões do território nacional, como também, a dominação imperialista. Os grupos que ocupam o poder permanecem atrelados a uma cultura política arcaica, mantendo uma relação dialética com as classes possuidoras internacionais, ora se aliando por conta de interesses políticos e econômicos, ora se opondo, porém sem nunca romper com essa relação de dependência.

Logo, em Fernandes encontra-se uma explicação que pertence à realidade histórica de um país que, em um passado próximo, foi colônia. Uma análise que pode ser estendida a outros países que possuem uma história semelhante ao do Brasil, porém, considerando as especificidades de cada região.

Em contrapartida, encontra-se nas análises de Wallerstein, ao invés de especificidade, uma compreensão da totalidade do sistema-mundo capitalista. Em tal compreensão, o papel e a função do Estado se colocam e revelam a sua “*raison d’être*”. O Estado é o agente principal da política de concentração e acumulação de capital, atuando de forma a favorecer o capitalismo através de várias atividades, como por

⁶³ Categoria de análise definida em capítulo anterior, página 98.

exemplo, tributação e defesa da propriedade privada. Possui com os capitalistas uma relação de cooperação, embora, aparentemente, apresentem-se como opositores.

Outro elemento importante é a existência do sistema interestatal que restringe a atuação dos Estados, pois estes estão submetidos a uma hierarquia de poder. Não há nem nunca existiu nesse sistema-mundo capitalista um Estado soberano, todos até mesmo àquele mais forte, hegemônico, possuem certa dependência aos demais Estados do sistema interestatal. Essa dependência é aumentada de acordo com a posição ocupada na hierarquia do sistema - centro, semi-periferia e periferia – que deriva principalmente das atividades econômicas desempenhadas dentro de cada ou por cada Estado.

O Brasil como um país pertencente à semi-periferia do sistema está bastante suscetível à interferência externa. A influência das IFMs nas políticas governamentais, apresentada no segundo capítulo, reflete essa situação de maior fragilidade do Estado brasileiro dentro desse sistema interestatal, como também, a verdadeira função do Estado, que num sentido mais amplo, é favorecer a acumulação de capital. Neste período de crise sistêmica, apontada por Wallerstein, o Estado continua a realizar sua função por meio das medidas neoliberais.

Compreendendo a dinâmica do funcionamento do sistema-mundo capitalista e o papel do Estado nesse processo, chega-se à crítica da crítica, quando se percebe que o “insucesso” (referindo-se a um resultado de ruptura ou revolucionário) dos movimentos anti-sistêmicos na história (movimentos trabalhista-socialistas e movimentos nacionalistas) é devido à sua “decisão estratégica básica: fazer da tomada do poder de Estado o *pivô* das atividades do movimento” (WALLERSTEIN, 2001, p.61, *grifo nosso*).

Portanto, quando se afirma que o Estado possui limites para a realização de

mudanças significativas voltadas para a ruptura social – afirmação muito clara em Wallerstein no decorrer de sua obra – e quando se evidencia os limites histórico-estruturais existentes em um país onde o capitalismo se desenvolveu de forma bastante específica, mantendo-se numa situação de dependência crônica - presente nos estudos de Fernandes -, se atinge diretamente, os partidos e movimentos de esquerda que ao longo da história seguiram com a estratégia de duas etapas a partir de uma interpretação simplista do marxismo enquanto prática revolucionária.

Afastando-se de tais interpretações e se atendo à complexidade da análise marxiana, percebe-se que apoderar-se da instituição Estado não é suficiente, como alertou Marx e Engels em 1872 no Prefácio da edição alemã do Manifesto do Partido Comunista: “a classe operária não pode contentar-se com tomar tal qual a máquina e fazê-la funcionar por sua própria conta” ⁶⁴. Fernandes também afirma que não basta ocupar o poder, é necessário conquistar o poder do Estado, isto é, conseguir opor-se ao sistema capitalista através de decisões políticas vindas do espaço de poder da máquina estatal.

Esta é uma das diferenças substanciais entre os estudos de Fernandes e Wallerstein. Para o primeiro a busca permanente pela conquista do poder, tanto na sociedade civil⁶⁵ quanto nas instituições estatais, é necessária no processo revolucionário, enquanto que, o segundo debita a participação da política institucionalizada nesse processo.

Em hipótese, essa diferença teórica – como as demais abordadas mais adiante - tem como origem a concepção de Estado em cada autor. A fim de revelar tais concepções, resgata-se o debate sobre a relação entre a democracia e o socialismo, iniciado no Brasil na década de 1980 e propagado com a publicação do livro “A

⁶⁴ Disponível em: http://www.vermelho.org.br/img/obras/manifesto_comunista.asp.

⁶⁵ Remeter-se à nota nº. 3, pág. 27.

Democracia Como Valor Universal”⁶⁶ (1980) de Carlos Nelson Coutinho. Neste livro Coutinho realiza uma crítica à visão reducionista sobre o conceito de Estado e revolução, originários da Terceira Internacional Comunista, como também, dos escritos de Marx e Engels (exceto o Prefácio de 1895 à reedição de “As Lutas de Classe na França”, escrito por este último) que resultaram em uma visão instrumental da democracia.

Utilizando-se de conceitos gramscianos, Coutinho (1980) salienta que o Estado deixou de ser um conjunto de burocracias coercitivas e repressivas que monopoliza a política em favor da classe dominante. O processo de “ocidentalização”⁶⁷ promoveu uma mudança na relação Estado e sociedade civil. Logo, a política deixa de se centralizar no Estado e este passa, em uma concepção mais ampla, a abarcar tanto a sociedade política com seus aparelhos de dominação de classe, quanto a sociedade civil com suas instituições e organizações difusoras de ideologia.

Consequentemente, a concepção de revolução também se transforma, deixa de ter caráter explosivo, “algo centrado num curto lapso de tempo, assumindo em geral uma forma insurrecional” (COUTINHO, 1986, p.132), para se tornar processual, “uma série de eventos que ocorrem numa fase histórica mais ou menos prolongada” (COUTINHO, 1986, p.132). Desse modo, a revolução socialista se constitui por meio de “reformas revolucionárias”⁶⁸ que objetivam a consolidação e o fortalecimento da

⁶⁶ Florestan Fernandes se opõe à idéia de democracia como valor em si, como defende Coutinho. “A democracia é sem dúvida um valor, mas ela não escapa às determinações da sociedade civil. Por isso não pode ser representada como um fim em si e, muito menos, como um valor absoluto” (FLORESTAN *in* TOLEDO, 1998, p.65).

⁶⁷ O termo “ocidentalização” é utilizado no sentido gramsciano, isto é, um processo de complexificação que possibilita um equilíbrio político entre a sociedade civil e o Estado.

⁶⁸ Com relação a esse termo, pode-se afirmar a partir do estudo realizado das obras de Fernandes e Wallerstein, que para este último é impossível conceber reformas como revolucionárias na medida em que o Estado inviabiliza e impossibilita um avanço reformista que possa alcançar um caráter revolucionário. Já Fernandes parece validar este termo, porém se distancia de Coutinho ao defender as reformas somente dentro da concepção de revolução permanente, ou seja, que não somente nos limites das instituições estatais, pois o “caminho mais reto da revolução contra a ordem não é o que se configura através da revolução dentro da ordem. Reprimida e comprimida, a revolução pelas reformas cede lugar à

sociedade civil a fim de conquistar sua hegemonia⁶⁹ e possibilitar a democratização do Estado. A revolução torna-se sinônimo de democratização.

Esse debate sobre a democracia e o socialismo foi resultado das mudanças sócio-políticas ocorridas no país durante o período dos anos de 1980. Após 21 anos de ausência de democracia, supressão de direitos constitucionais, perseguição e repressão política, que caracterizou a ditadura militar, inicia-se no país um grande movimento pró-democracia. Alguns grupos, partidos e movimentos clamavam pela democracia e depositavam grande esperança nas instituições democráticas como *locus* de luta política. Ora, a luta política – luta de classes – ocorria, durante a ditadura militar, somente no espaço da sociedade civil e de maneira bastante oprimida.

Quando se inicia a transição democrática ainda no período da ditadura, os movimentos anti-sistêmicos e os partidos de esquerda concebem à democracia a possibilidade de uma atuação política mais eficiente na defesa de seus interesses e objetivos revolucionários. Cabe lembrar, que a redemocratização ocorre devido à necessidade de amenizar a tensão política que a violência legítima não conseguia mais conter, como também, preservar a integridade da instituição militar por meio de um pacto de governabilidade realizado pelo “alto”. O PT manifesta esse momento da história política brasileira, pela valorização das instituições democráticas, propondo-se lutar pela democracia e atuar na via institucional.

No entanto, a democracia na *práxis* mostra-se como uma “faca de dois gumes”. Ao mesmo tempo em que não consegue atender às necessidades de um projeto revolucionário, a concretização deste último fica impedida sem a mesma. Fernandes em uma palestra realizada no ABC paulista nos anos de 1980, já alertava quanto à extrema

revolução sem meias medidas que confere aos oprimidos e às classes proletárias o acesso direto a uma democracia de maioria e à transição para o socialismo” (FERNANDES, 1985, p.84).

⁶⁹ Termo utilizado no sentido gramsciano que não se restringe à coerção ou força material, ampliando ao nível ideológico, isto é, a unificação de classes antagônicas por meio do consenso.

valorização das instituições democráticas no processo revolucionário:

Confia-se demais na alternativa cômoda da “reforma de cima para baixo”, que não se harmoniza com a concepção radical de socialismo dos operários, dos trabalhadores da terra e dos rebeldes recrutados entre intelectuais orgânicos do Partido. A “reforma de cima para baixo” está a milhões de anos-luz da reforma que nasce da tensão operária” (FERNANDES, 1995, p.244).

Também, segundo Wallerstein (2000, p.227-228) “os ‘vivas’ à democratização na América Latina foram um tanto exagerados. Com essa democratização parcial (...) vinham os ajustes *à la* FMI e a necessidade de os pobres arrojarem os cintos ainda mais”.

Essa revisão da teoria marxista, principalmente o livro de Coutinho, sofreu várias críticas de intelectuais como João Machado, Teotônio dos Santos e Caio Navarro de Toledo. Este último enfatiza que:

A negação da natureza de classe das instituições políticas vigentes no capitalismo, bem como a afirmação da possibilidade da hegemonia popular nos regimes democráticos modernos, implica a admissão do caráter neutro dos aparelhos repressivos e ideológicos existentes, sejam eles estatais ou privados. Isso significa que não haveria limites intransponíveis ou obstáculos estruturais para a ação das massas populares e dos trabalhadores em suas lutas pela ampliação e expansão da ordem política democrática (TOLEDO, 1994, p.30).

Toledo (1994) atenta, dessa maneira, para a necessidade de perceber a existência de limites da luta política dentro dos aparelhos estatais, como também, é enfatizado neste trabalho por meio das teorias de Fernandes e Wallerstein, que demonstram que tais limites são tanto de natureza estrutural do sistema capitalista quanto histórico da sociedade brasileira.

Ao considerar esse debate dos anos 1980, Wallerstein parece se aproximar do conceito de Estado, adjetivado por Coutinho de reducionista, herança da Terceira Internacional Comunista. Portanto, desacredita a participação estatal no processo revolucionário. O Estado por ser o “principal agente de acumulação de capital” é um obstáculo à mudança social. Contrariamente, Fernandes aproxima-se de uma concepção

mais ampla do Estado e, por isso, sem desconsiderar as dificuldades presentes principalmente sob o capitalismo dependente, afirma a possibilidade de mudança social com a participação da política institucional. Sua participação no Parlamento como deputado federal confirma isso.

As concepções de “revolução” também aparecem divergentes. Wallerstein não concebe a possibilidade de uma revolução, de uma ruptura social causada pela luta de classes, o próprio sistema ocasionará sua superação como um movimento próprio e esperado explicitado pelos ciclos econômicos e pelas contradições intensificadas ao longo de sua existência. Assim, em entrevista a Aguirre Rojas, Wallerstein comenta que quando se fala em revolução “tenho a impressão que vamos organizar o assalto de um palácio de inverno mundial. Mas é evidente que não existe uma espécie de palácio de inverno do mundo em seu conjunto, e de outra parte, opino que não haverá tal assalto” (WALLERSTEIN *in* ROJAS, 2003 p.274). Tal afirmação contém uma concepção de revolução como um ato político explosivo e imediato, diferentemente da concepção de revolução como um processo permanente, como Fernandes a concebe.

A concepção de revolução permanente pressupõe a participação ativa dos trabalhadores e toda massa de excluídos no processo de extremar as propostas políticas reformistas apresentadas pela classe dominante. Essa participação deve ocorrer tanto pelo poder institucionalizado, quanto pelo poder das massas organizadas, visando a uma aproximação cada vez maior de um futuro socialista. Para a classe oprimida, reforma significa “revolução dentro da ordem”, porém orientada por uma “revolução contra a ordem”.

“[E]ssa classe oprimida não só herda ‘tarefas não cumpridas’ da burguesia. Ela precisa arrostar, destruir e enterrar o que sobrou dos vários antigos regimes sucessivos” (FERNANDES, 1985, p.77). Assim, os sujeitos históricos (toda a massa de

trabalhadores e excluídos do sistema) estão presentes nos estudos de Fernandes no processo de superação da ordem existente, diferentemente dos estudos de Wallerstein que suprime a ação dos sujeitos históricos, uma vez que, a superação do sistema é inevitável e independente de uma escolha política racional. Fernandes se opõe à inevitabilidade da superação sistêmica:

A linguagem de O Manifesto Comunista é clara: nele não se diz que a “luta de classes” substitui os seus agentes e, tampouco, que as “contradições antagônicas” destruam, por si mesmas o sistema capitalista de poder (FERNANDES, 1981b, p.104).

Isso também é perceptível nas diferenças teórico-metodológicas desses autores. Na teoria de Wallerstein há o predomínio da análise estrutural do sistema capitalista em detrimento da análise histórica da ação dos sujeitos que possibilitam e aceitam o desenvolvimento desse sistema ou se opõe a ele, ou seja, a luta de classes. A relação capital-trabalho é diluída em processos que aparecem como causa da crise sistêmica (processo de desruralização, crise ideológica, crise ecológica e processo de democratização). Ao contrário, Fernandes situa como central em sua análise o nível histórico, pois este é o que possibilita o fortalecimento ou a superação de determinada situação estrutural. A relação capital-trabalho é predominante ao longo de sua análise.

Além de Fernandes conceber a revolução como um processo permanente, também a tem como uma categoria de análise concreta e não meramente teórica. José Paulo Neto (2004, p.214) analisa o processo de mudança teórico-metodológico que ocorreu na obra de Fernandes, como resultado da identificação da revolução como “componente histórico concreto do movimento social real”. Segundo este, foi a contra-revolução burguesa ocorrida em 1964 que reposicionou o referencial marxista nos trabalhos de Fernandes, como necessário para compreender a realidade social brasileira, e não apenas como uma escolha teórica.

Logo, é pela análise concreta da contra-revolução de 1964 que Fernandes

percebe a possibilidade histórico-real da revolução proletária no Brasil, ou seja, a partir do concreto e não do teórico. “O sentido histórico dessa classe oprimida, porém, não é só latente, uma potencialidade em vir-a-ser, que se esfuma no futuro longínquo. Ele é atual e se configura como algo que solda entre si o presente vivo ao futuro próximo” (FERNANDES, 1985, p.76).

Essa diferença tem como implicação teórico-analítica a compreensão de fenômenos, como o analisado nesta pesquisa, como manifestação de determinantes estruturais ou como relações de luta de classes e/ou frações de classes. Nesse sentido, a análise de Boito, sobre o bloco no poder no governo Lula, se aproxima dessa última possibilidade de análise que observa o fenômeno em sua profundidade, encontrando explicação para o caráter contra-revolucionário do governo em sua relação com a burguesia internacional e nacional. É isso que impossibilita definitivamente o governo de realizar um programa que, ao menos, resista ao modelo capitalista neoliberal; e não a “*raison d’être*” do Estado no sistema capitalista, muito embora, este constitua um obstáculo para uma política institucional resistente ou contrária ao sistema capitalista.

Já a implicação teórico-prática reside no determinismo econômico existente na análise de Wallerstein em contraposição a de Fernandes. Esse último considera que a política não pode deixar de ter primazia sobre a economia. Isto está presente em toda sua análise sobre o capitalismo dependente e sobre a permanência de uma cultura política arcaica como uma escolha social e política. Em um trecho do texto “Crescimento Econômico e Instabilidade Política no Brasil” escrito em 1966 é possível perceber esse distanciamento ao determinismo econômico e a priorização da política nessa relação:

não são as forças econômicas que constroem o futuro no presente, que ameaçam o equilíbrio político da sociedade. Ao contrário, é o desequilíbrio político da sociedade que ameaça aquelas forças econômicas, reduzindo, solapando ou anulando suas potencialidades e funções sociais construtivas (FERNANDES, dez.1966 – mar.1967 p.24).

Já a obra de Wallerstein é permeada por um determinismo econômico, uma vez que, a política em contraposição à ordem só parece ocasionar abalos no sistema capitalista quando este se encontra em período de degeneração ou crise sistêmica. Tal perspectiva acaba por favorecer o sistema no momento em que desmobiliza a ação política por acreditar que esta não traz resultados efetivos em períodos que não sejam de colapso sistêmico.

Nesse sentido, em Wallerstein a importância de uma ação política transformadora apresenta-se, somente, na fase terminal do sistema, momento no qual o livre arbítrio prevalece sobre as estruturas históricas. Em Fernandes a ação política transformadora é necessária e existe durante toda a história do sistema capitalista – a revolução é permanente. Ela é a força propulsora do declínio e da superação desse tipo de organização social. A luta de classes é o motor de toda a história e do desenvolvimento do capitalismo. Ao contrário, a análise de Wallerstein dilui a ação de “fazer a história” no movimento próprio e natural do sistema-mundo capitalista, que ocorre por meio de ciclos econômicos, como o de Kondratieff.

Um outro ponto que merece atenção é com relação à construção da nova ordem social. Wallerstein situa a luta política na formação de movimentos sociais ou grupos de minorias que exercem a função de demandar e exigir o cumprimento das promessas da ideologia liberal, frente à crescente fragilidade sistêmica, resultando em um aceleração do colapso do capitalismo. No entanto, essa alternativa política é bastante frágil. Os movimentos sociais podem ser tolerados pelo sistema, uma vez que, buscam mudanças de aspectos ecológicos, gênero, raciais e etc., sem atingir o coração do sistema capitalista – a propriedade privada. Esta só a luta de classes resultante da relação capital-trabalho, pode atingi-la.

Quanto à construção de uma nova ordem, o referido autor, não fala sobre socialismo ou comunismo, mas sim em uma sociedade mais justa. Chega a indicar mudanças, mas essas não apresentam uma direção, um rumo, havendo, portanto, o risco de se tornarem apenas reformistas. O termo “sociedade mais justa” é demasiadamente genérico, o que significa conter diferentes graus de justiça e igualdade social, por isso, é necessário estabelecer uma direção, mesmo que esta pareça no momento histórico ser uma utopia - como concebe Wallerstein o socialismo, criando em contrapartida o conceito de utopística⁷⁰.

Já Fernandes atenta para a necessidade de, os movimentos e partidos de esquerda, manter um *caráter socialista firme* para orientar suas lutas políticas. Dessa maneira, “se o PT ficar numa posição não socialista, não fará sequer revolução dentro da ordem, será apenas instrumental para essa modernização dirigida a partir de fora e de cima” (FERNANDES, 1994 p.172). Sem um caráter socialista, os partidos “oscilariam facilmente para a submissão dócil, o aburguesamento das lideranças e a conciliação política como recurso de sobrevivência, deixando as classes trabalhadoras entregues a si próprias e sem bússola política” (FERNANDES, 1982 p.83). Uma descrição exata do que aconteceu com o PT.

Também como consequência da concepção de Estado, Fernandes e Wallerstein divergem quanto ao conceito de cidadania. Este último invalida tal conceito por pertencer à ideologia liberal, favorecer ao fortalecimento do Estado e justificar a desigualdade da divisão internacional do trabalho. Enquanto que Fernandes destaca a importância desse conceito ao conceber a educação como revolucionária, pois por meio dela é possível gerar verdadeiros cidadãos. “Para Florestan Fernandes, o cidadão é o

⁷⁰ Utopística, segundo Wallerstein, “é uma avaliação profunda das alternativas históricas, o exercício de nosso juízo para examinar a racionalidade substantiva de possíveis sistemas históricos alternativos. É uma avaliação sóbria, racional e realista dos sistemas sociais humanos, em que condições eles podem existir, e as áreas que estão abertas à criatividade humana” (2003, p.8).

tipo social ou o agente social pela capacitação do homem comum brasileiro com técnicas democráticas de organização do poder para a transformação da sociedade” (MATUI, 2001 p.57).

Aqui está explícita, em Fernandes, a idéia de revolução como resolução da “revolução dentro da ordem” na “revolução contra a ordem”, isto é, a necessidade imposta pela contra-revolução que obriga a revolução proletária a realizar tarefas inerentemente burguesas, porém dentro de um projeto político contra-ordem. A imbricação da “revolução dentro da ordem” com a “revolução contra a ordem” resulta de uma compreensão dialética do desenvolvimento e superação do capitalismo, pois este contém os germes de sua superação.

Talvez em decorrência dos espaços em que desenvolvem suas teorias – nacional e mundial – também é possível observar que em Fernandes, a América Latina (principalmente) e as demais regiões subdesenvolvidas possuem um papel bastante relevante na história do desenvolvimento e superação do sistema capitalista. Devido à constituição de um capitalismo dependente e a realização de uma revolução burguesa contra-revolucionária há uma maior insatisfação popular e conseqüentemente o “despertar das massas”.

Já na obra de Wallerstein prepondera às regiões do centro como motores do sistema e provedores das grandes transformações sociais. O desenvolvimento do capitalismo é analisado a partir do movimento dos países centros, suas disputas pela hegemonia do sistema, suas expansões territoriais e busca de mão-de-obra barata. As demais regiões estão submetidas aos movimentos e decisões deste centro, pouco interferindo nas relações dentro do sistema interestatal e no funcionamento do sistema-mundo capitalista. Aparecem como receptores e não agentes, como se não fizessem a história do sistema recebendo a história feita pelos demais Estados.

Quanto ao fenômeno do “continuísmo”, pode-se encontrar em Wallerstein uma explicação estrutural-abstrata - por mais que este deixe explícito em alguns textos sua busca por uma análise empírica histórica - centrada na acepção do Estado como uma entidade política que, por pertencer desde sua gênese ao sistema capitalista, atua favorecendo o capital como um todo, muito embora, possa desfavorecer a atuação de capitalistas individuais. Assim, há a impossibilidade do Estado ser palco político de transformação social. “O Estado pode tornar as coisas um pouco melhores (ou um pouco piores) para todos(...). Todavia, o que o Estado pode fazer é só isso. (...) o Estado não é o principal veículo de ação. Na verdade, ele é um grande obstáculo” (WALLERSTEIN, 2002, p.13).

Em Fernandes, a explicação encontrada quanto ao fenômeno do “continuísmo” é de cunho histórico-estrutural especificamente da sociedade brasileira. Tal explicação reside na análise da revolução burguesa no Brasil caracterizada desde seu surgimento como contra-revolução política e social ao transformar o Estado burguês em um Estado autocrático. Dessa forma, Fernandes explicita a dificuldade do Estado burguês, ainda preso à cultura política do antigo regime, em participar do processo de transição para uma sociedade socialista. Essa dificuldade é fruto da escolha social e política da burguesia nacional em desenvolver e manter o capitalismo dependente, impossibilitando a realização de uma política revolucionária que se contrapõe às determinações sociais e econômicas que constroem a potencialidade social transformadora existente.

O que é interessante perceber é que ao considerar as teorias de Fernandes e Wallerstein, o fenômeno do “continuísmo” passa a ser compreendido não como algo novo, inesperado ou surpreendente. Muito pelo contrário, tal acontecimento é a constatação tanto da história da formação da sociedade moderna e do capitalismo

dependente no Brasil, quanto do funcionamento e da dinâmica do sistema-mundo capitalista.

Em outras palavras, a “continuidade neoliberal” do governo Lula está enredada historicamente aos acontecimentos passados, sendo expressão “viva” do tipo de Estado moderno aqui constituído, resultado de um tipo específico de revolução burguesa que desde sua gênese é contra-revolucionária. Isso dificulta o que por si só já era algo difícil devido ao papel do Estado moderno no funcionamento, desenvolvimento e expansão do capitalismo a nível mundial.

Unindo as duas explicações para o caso específico brasileiro, tem-se um Estado *duplamente dificultado* em participar de um processo de ruptura social, seja ele ocupado por qualquer partido político. *Duplamente*, em decorrência de sua própria “*raison d’être*” ao estar a serviço do desenvolvimento do sistema-mundo capitalista, e das características específicas do Estado brasileiro que não se desvencilhou da cultura política do antigo regime, impedindo o desenvolvimento político e social da sociedade brasileira.

A trajetória do Partido dos Trabalhadores reflete como essa cultura arcaica de “fazer” política está presente em nosso sistema político. Para se alcançar o poder é necessário utilizar de formas espúrias e corruptas que constituem o passaporte mais eficaz para tal objetivo. E uma vez no poder, as limitações histórico-estruturais aparecem dificultando uma ação contrária à lógica do capital.

[Q]uando se aceita a representação política dentro da sociedade capitalista, o socialismo perde seu vigor revolucionário. Desenvolve-se uma burocracia partidária, surgem políticos profissionais e ambos se unem para impedir a revolução (por que têm interesse na reprodução da ordem, na medida em que a sobrevivência deles, como burocratas do partido ou políticos profissionais, depende da sobrevivência de partidos que fiquem na órbita da reforma e da transformação do capitalismo (FERNANDES, 1991 p.12).

E ainda: “é claro que quando um partido socialista escolhe a via parlamentar ele escolhe também a via eleitoral. E ambas as coisas deterioram um pouco o processo de identificação com o socialismo, porque a pessoa acaba sendo apanhada pelo umbigo por relações de classe burguesas” (FERNANDES, 1991 p.13).

Apesar da atuação petista no governo estar caracterizada como “dentro da ordem” – assunto desenvolvido no primeiro capítulo – a experiência petista apresenta-se como positiva para os partidos e movimentos de esquerda, pois evidenciou que a ocupação do poder estatal não é suficiente para um projeto político revolucionário. Esta possui limitações tanto de natureza estruturais, quanto específicas de cada Estado. E mais: considerando a ocupação do poder, predominantemente, via política institucionalizada, percebe-se que o objetivo revolucionário, sofre um enfraquecimento que ocasiona um processo de desradicalização até uma incorporação a ordem existente.

Assim, a partir do fenômeno do “continuismo” abre-se um debate em torno dos erros, falhas, limitações e possibilidades não só do Partido dos Trabalhadores como para os demais que buscam superar a lógica do capital e construir uma nova ordem social. Para este debate, é importante considerar os trabalhos de Wallerstein sobre a natureza do Estado, sua relação com o sistema capitalista e a crítica que realiza às experiências de partidos e movimentos anti-sistêmicos na história, como também, os estudos de Fernandes que evidenciam a permanência de uma cultura política arcaica e a necessidade de transformação da política institucionalizada neste país. Ambos os autores convergem quanto à insuficiência de um projeto revolucionário limitado ao Estado nacional.

Contrapondo as teorias dos dois sociólogos, pode-se afirmar que para Wallerstein o governo Lula não teria alternativa senão a gestão do capitalismo. A atuação política pela via institucional é por si mesma anti-revolucionária, devido ao

próprio papel do Estado no sistema-capitalista. A “perspectiva de reformas graduais [fruto da ideologia liberal] que permitiriam a eliminação do abismo entre ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, é impossível na situação atual” (WALLERSTEIN, 2000, p.241).

Para Fernandes, apesar das limitações e dificuldades históricas e estruturais que o capitalismo dependente acaba aprofundando, o governo Lula teria possibilidade de se opor ou resistir à dinâmica do sistema capitalista, mesmo que por meio de reformas. Pois, a “reforma não é negativa por si mesma. Ela só se torna um perigo quando entrosada e instrumentalizada pela reprodução do capitalismo”. (FERNANDES, 1995, p.241). Vale lembrar que, isso só seria possível se não tivesse ocorrido o processo de deslocamento político e ideológico do PT para o centro, movimento este iniciado na derrota eleitoral de 1985 e já alertado por Fernandes em muitos de seus escritos.

Com relação às alternativas propostas para o atual momento histórico do capitalismo, apesar de ambos os autores se orientarem por uma perspectiva para além do sistema, chega-se, neste momento da pesquisa a uma encruzilhada teórica. A primeira alternativa concebe a luta política como resposta ao esgotamento e crise sistêmicos, realizada pela formação de movimentos sociais que possam acelerar a superação *involuntária* do sistema (ocasionada pelos processos de desruralização, de democratização, esgotamento ecológico e crise ideológica). A segunda concebe a luta política como intrínseca ao capitalismo e destinada à relação capital-trabalho, constituindo, portanto, a crise e superação da ordem social vigente. Pois, na “sociedade de classes é inerente a luta de classes e essa luta de classes se volta contra o monopólio de poder da burguesia, porque a classe é para a burguesia o meio pelo qual ela exerce a sua dominação” (FERNANDES, 1995, p.228).

Considerar a última opção é perceber a revolução não como uma possibilidade teórica, mas histórico-concreta orientada por um projeto político não só de oposição, porém de construção de um tipo de sociedade já definido, isto é, socialista. É não iniciar a luta somente quando as condições objetivas são favoráveis ou garantem a superação adequada do sistema, visto que, “[n]ão basta que surja as condições necessárias para a revolução e a revolução ecloda como se fosse um milagre” (FERNANDES, 1995, p.227).

Ao considerar a primeira, tem-se uma ação política de oposição fragmentada entre os diversos movimentos sociais que surgem neste momento de intensificação das contradições do sistema e sua conseqüente crise, sem, contudo, uma definição de por qual sociedade se luta. Como o próprio Wallerstein afirma, “[p]ode-se pensar que o programa que esbocei de ação social e política (...) é por demais *vago*”. (1994, p.134, *grifo nosso*).

A questão que se deve colocar é se é possível vislumbrar o fim do capitalismo sem uma intervenção racional e política imediata que atinja o cerne do sistema – a relação capital-trabalho – que não a barbárie. A experiência petista demonstra que, mais uma vez na história brasileira, a contra-revolução se faz presente a partir de uma articulação entre as frações burguesas do bloco no poder e, portanto, como resposta à possibilidade concreta de revolução socialista. Logo, o que aparece como necessidade histórico-concreta é a existência de um projeto político alternativo que ao perceber os limites da política institucionalizada no processo revolucionário, consiga articular forças que *ultrapassem*, primeiramente, as fronteiras do aparato estatal e posteriormente, do Estado nacional. Isto significa conceber a revolução como um processo permanente, com orientação clara e sujeitos definidos e não como um acontecimento político imediato como o “assalto a um palácio de inverno mundial”.

6. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, P. R. de. O Brasil e o FMI de 1944 a 2002: um relacionamento feito de altos e baixos. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/uol1-1brantfmi.htm>. Acesso: 12/09/05.

BANCO DE DADOS POLÍTICOS DAS AMÉRICAS. (1999) Brazil: 1989 Presidential Election. Georgetown University e Organização dos Estados Americanos. Disponível em: file:///C:/Meus%20documentos/Meus%20documentos/Material%20dissertação/Brazil%201989%20Presidential%20Election%20-%20Eleições%20Presidenciais%20de%201989.htm. 21 de setembro 2002. Acesso: 08/09/05.

BOITO, A. J. A Burguesia no Governo Lula. In: Revista Crítica Marxista. nº 21. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

_____. A Hegemonia Neoliberal no Governo Lula. In: Revista Crítica Marxista, n.17, nov.2003.

BRAUDEL, F. Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV – XVIII. III: O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1995 – 96.

CALGANO, A. F. Ajuste estructural, costo social y modalidades de desarrollo en América Latina. In: Sader, Emir (org.). El Ajuste estructural em América Latina: Costos sociales y Alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/publicaciones/fcatalogo.html>. Acesso: 21/09/05.

CARVALHO, C. E. Governo Lula, o Triunfo do Neoliberalismo. Revista Margem Esquerda. n.º3. abr/2004. São Paulo: Boitempo. Disponível em: Acesso em: 18.10.2005.

CASTRO, M. F. de; FARIAS, A. J. O Papel das Instituições Financeiras Multilaterais. *In:*

CASTRO, M. F. de (org.). A Sociedade Civil e o Monitoramento das Instituições Financeiras Multilaterais. Brasília: Rede Brasil, 2005.

CÉSAR, B. T. PT: a contemporaneidade possível – base social e projeto político (1980-1991). Porto Alegre: Ed. Universidade URGs, 2002.

CHOMSKY, N. O Lucro ou as Pessoas? Neoliberalismo e a ordem global. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2002.

COGGIOLA, O. Governo Lula: da esperança à realidade. São Paulo: Xamã, 2004.

COSTA, E. V. da. A Revolução Burguesa no Brasil. *In:* Encontros com a Civilização Brasileira. v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasil, 1978.

COUTINHO, C. N. Democracia e Socialismo. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. A Democracia como Valor Universal: notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1980.

FARO, M. SAID, M. O BID como Ator Estratégico Na América Latina e No Caribe. *In:* Castro, Marcus Faro de (org.). A Sociedade Civil e o Monitoramento das Instituições Financeiras Multilaterais. Brasília: Rede Brasil, 2005.

FERNANDES, F. Em Busca do Socialismo: últimos escritos e outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

_____. O limite da ingenuidade. *Folha de S. Paulo*, Opinião, p.2, 08/08/1994.

_____. Além da Resistência: as duas faces da revolução. *In:* FERNANDES, F. Nova República? Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a.

_____. Reflexões sobre as “Revoluções Interrompidas”. In: FERNANDES, F. Poder e Contrapoder na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1981b.

_____. Entrevista a Paulo de Tarso Venceslau. Revista Teoria e Debate. São Paulo, n.13, mar/1991. Disponível em: http://www.fpa.org.br/td/td13/td13_memoria.htm. Acesso: 13.01.06.

_____. O Espaço da Esquerda. In: FILHO, J. R. M. (org.) Florestan Fernandes: a força do argumento. São Carlos, SP: EDUFSCar, 1997a.

_____. O PT e o Socialismo. In: FILHO, J. R. M. (org.) Florestan Fernandes: a força do argumento. São Carlos, SP: EDUFSCar, 1997b.

_____. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. Crescimento Econômico e Instabilidade Política no Brasil. In: Revista Civilização Brasileira. Ano 1. nº 11 e 12. dez-1966/mar-1967.

FILGUEIRAS, L. Neoliberalismo e Crise na América Latina: o Caso do Brasil. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/osal/filgueiras.doc>. Acesso: 21/05/2005.

FREITAS, R. C. M. A Política de Combate à Pobreza e as Agências Multilaterais: um estudo comparativo entre o Brasil e o México. Tese do Doutorado do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004

GADOTTI, M. PEREIRA, O. Pra que PT – Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez Editora, 1989

GONÇALVES, R. A Macroeconomia de Lula. *In*: CASTRO, M. F. de (org.). A Sociedade Civil e o Monitoramento das Instituições Financeiras Multilaterais. Brasília: Rede Brasil, 2005.

GUESSER, A. H. As Estratégias dos Bancos Multilaterais para o Brasil: uma análise dos documentos do BIRD e do BID para o período de 2000 – 2003. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

JOHNSON, G. A. A esquerda no poder? Notas para uma análise crítica do governo Lula. *In*: VII Semana de Estudos Sociais e Políticos. I Seminário de Iniciação Científica dos Cursos de Ciências Sociais e Ciências Políticas. Itajaí, SC: Ed. da Univali, 2003.

MATUI, J. Cidadão e Professor em Florestan Fernandes. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, K. ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. O Manifesto Comunista. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. Prática Subversiva e Consciência Revolucionária: Mensagem do Comitê Central à Liga de março de 1850. *In*: FERNANDES, F. (org.). Marx e Engels: história. São Paulo: Ática, 1983.

MENEGUELLO, R. PT: A formação de um partido 1979 – 1982. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MILIBAND, R. O Estado na Sociedade Capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MINELLA, A. C. Elites Financeira, sistema financeiro e o governo FHC. *In*: Rampinelli, Waldir José; Ouriques, Nildo Domingos. No Fio da Navalha – crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

MORENO, N. Os Governos de Frente Popular na História. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

NETO, J. P. Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria revolução. *In*: NETO, J. P. Marxismo Impertinente. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVERIA, F. Qual é a do PT. *In*: Sader, Emir (org.). E Agora PT? Caráter e identidade São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, M. M. de. O Professor Florestan e as lições que o PT esqueceu. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/vinteedois/marcos_oliveira_22HTM. Acesso em: 04 de agosto de 2005.

PETRAS, J. Os Fundamentos do Neoliberalismo. *In*: OURIQUES, Nildo Domingos (org.), RAMPINELLI, waldir José (org.). No Fio da Navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

POULANTZAS, N. & MILIBAND, R. Debate sobre o Estado Capitalista. Porto: Afrontamento, 1975.

ROJAS, C. A. A. Immanuel Wallerstein: crítica del sistema-mundo capitalista. México: Ediciones Era, 2003.

SECRETARIA DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO DIRETÓRIO NACIONAL E FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. O PT faz a história. 2ª ed. Jul/03. Disponível em: http://www.paginasdinamicas.com.br/pt_historia/lib/pt_historia.pdf. Acesso em: 04.08.05.

SILVA, I. G. A Reforma do Estado Brasileiro nos anos 90: processos e contradições. *In*: Lutas Sociais. vol.7, p.81-94. São Paulo: 2001. Disponível em: <http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta025.pdf>. Acesso em: 18.10.05.

SILVEIRA, P. Estrutura e História. *In*: Encontros em a Civilização Brasileira. v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasil, 1978.

SOARES, L. T. Desigualdades Sociais na América Latina: as marcas do retrocesso neoliberal e o debate das alternativas. Conferência proferida no Seminário Internacional Pós Neoliberalismo 3: Crise Social e Alternativa Democrática na América Latina. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), setembro de 2002. Disponível em: http://www.desempregozero.org.br/artigos/desigualdades_sociais_na_america_latina.pdf. Acesso: 05.10.05.

_____. Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal no Brasil. In: Sader, Emir (org.). El Ajuste estructural em América Latina: Costos sociales y Alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/publicaciones/>. Acesso: 21/09/05.

TOLEDO, C. N. Utopia e Socialismo em Florestan Fernandes. In: MARTINEZ, P. H. (org.). Florestan ou o Sentido das Coisas. São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. A Modernidade Democrática da Esquerda: adeus à revolução? In: Revista Crítica Marxista. Vol. 1, nº 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TÓTORA, S. As Esquerdas e a Democracia na Década de 1980. In: BERNARDO, T.; TÓTORA, S. (orgs.) Ciências Sociais na Atualidade: percursos e desafios. São Paulo: Cortez, 2004.

WALLERSTEIN, I. Utopística ou As Decisões Históricas do Século Vinte e Um. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. Após o Liberalismo: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002a.

_____. O Fim do Mundo Como o Concebemos: ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2002b.

_____. Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. A Reestruturação Capitalista e o Sistema-Mundo. *In*: GENTILI, P. Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. EL invento de las realidades del tiempoespacio: hacia una comprensión de nuestros sistemas históricos. *In*: Impensar as Ciências Sociais. México, DF: Siglo Veintiuno, 1998.

_____. As Agonias do Liberalismo. *In*: Lua Nova: Revista de Cultura e Política. Nº. 34. São Paulo: Tec Art, 1994.

_____. El Moderno Sistema Mundial. I: La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

WEBER, M. A Objetividade do Conhecimento nas Ciências e na Política Sociais. Sobre a teoria das ciências sociais. Lisboa: Presença, 1977.